

DELIVERING



FOR LIFE

PARTE IV

Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais



Índice

Parte IV – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração Consolidada da Posição Financeira _____ **4**

Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral **5**

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio _____ **6**

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa _____ **7**

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 _____ **8**

1. Bases de preparação _____ 8

2. Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos, estimativas e alterações _____ 8

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas IFRS _____ 14

4. Informação por segmentos _____ 15

5. Ativos tangíveis _____ 18

6. Ativos intangíveis _____ 25

7. Locações _____ 27

8. Goodwill _____ 30

9. Participações em associadas e empreendimentos conjuntos _____ 32

10. Inventários _____ 35

11. Clientes e outras contas a receber _____ 36

12. Outros ativos financeiros _____ 39

13. Caixa e seus equivalentes _____ 40

14. Dívida _____ 41

15. Fornecedores e outras contas a pagar _____ 44

16. Impostos, imposto sobre o rendimento e contribuições diferidas _____ 45

17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios _____ 49

18. Provisões e ativos e passivos contingentes _____ 54

19. Instrumentos financeiros derivados _____ 57

20. Ativos e passivos financeiros _____ 63

21. Gestão de riscos financeiros _____ 66

22. Estrutura de Capital _____ 70

23. Interesses que não controlam _____ 70

24. Proveitos e ganhos _____ 71

25. Custos e perdas _____ 72

26. Custos com o pessoal _____ 73

27. Proveitos e custos financeiros _____ 75

28. Compromissos _____ 76

29. Transações com partes relacionadas _____ 78

30. Informação sobre matérias ambientais _____ 79

31. Empresas do Grupo Galp _____ 80

32. Eventos subsequentes _____ 85

33. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas _____ 85

2. Demonstrações financeiras individuais

Demonstração da posição financeira _____ **96**

Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral _____ **97**

Demonstração das alterações no capital próprio _____ **98**

Demonstração dos fluxos de caixa _____ **99**

Notas às demonstrações financeiras _____ **100**

1. Informação corporativa _____ 100

2. Informações materiais sobre a política contabilística, estimativas e julgamentos _____ 100

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS _____ 102

4. Ativos tangíveis _____ 103

5. Ativos intangíveis _____ 103

6. Direitos de uso e responsabilidades por locações _____ 103

7. Subsídios _____ 105

8. Goodwill _____ 105

9. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos _____ 106

10. Inventários _____ 107

11. Clientes e outras contas a receber _____ 108

12. Outros ativos e passivos financeiros _____ 110

13. Caixa e seus equivalentes _____ 112

14. Dívida financeira _____ 113

15. Fornecedores e outras contas a pagar _____ 115

16. Imposto sobre o rendimento _____ 116

17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios _____ 117

18. Provisões _____ 117

19.	Instrumentos financeiros derivados	118
20.	Ativos e passivos financeiros	118
21.	Gestão de riscos financeiros	119
22.	Estrutura de capital	120
23.	Proveitos e ganhos	122
24.	Custos e perdas	123
25.	Custos com pessoal	124
26.	Proveitos e custos financeiros	126
27.	Ativos e passivos contingentes	127
28.	Transações com partes relacionadas	128
29.	Informação sobre matérias ambientais	129
30.	Eventos subsequentes	129
31.	Aprovação das demonstrações financeiras	129





Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)			
Ativo	Notas	2023	2022
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	5	6.029	5.700
Ativos intangíveis	6	659	672
Goodwill	8	44	70
Direitos de uso de ativos	7	1.630	1.116
Participações em associadas e empreendimentos conjuntos	9	255	417
Ativos por impostos diferidos	16	615	559
Outras contas a receber	11	305	263
Outros ativos financeiros	12	351	256
Total de ativos não correntes:		9.888	9.055
Ativo corrente:			
Inventários	10	1.447	1.361
Outros ativos financeiros	12	207	339
Clientes	11	1.395	1.464
Outras contas a receber	11	931	942
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	0	3
Caixa e seus equivalentes	13	2.200	2.432
Ativos não correntes detidos para venda	2,2	537	500
Total dos ativos correntes:		6.716	7.041
Total do ativo:		16.606	16.096
Capital Próprio e Passivo			
	Notas	2023	2022
Capital próprio:			
Capital social e prémios de emissão	22	773	897
Ações próprias	22	0	0
Reservas	22	1.449	1.562
Resultados transitados		2.187	1.701
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		4.409	4.161
Interesses que não controlam	23	920	956
Total do capital próprio:		5.329	5.117
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Dívida financeira	14	3.026	3.187
Responsabilidades por locações	7	1.543	1.095
Outras contas a pagar	15	95	99
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	17	225	252
Passivos por impostos diferidos	16	476	555
Outros instrumentos financeiros	19	99	48
Provisões	18	1.437	1.430
Total do passivo não corrente:		6.900	6.666
Passivo corrente:			
Dívida financeira	14	575	800
Responsabilidades por locações	7	267	182
Fornecedores	15	1.268	1.005
Outras contas a pagar	15	1.758	1.505
Outros instrumentos financeiros	19	100	373
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	311	361
Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda	2,2	97	87
Total do passivo corrente:		4.376	4.314
Total do passivo:		11.276	10.979
Total do capital próprio e do passivo:		16.606	16.096

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.



Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2022

		(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)	
	Notas	2023	2022
Vendas	24	20.455	26.485
Prestação de serviços	24	314	355
Outros proveitos operacionais	24	441	321
Proveitos financeiros	27	134	877
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9;24	49	152
Total de proveitos e ganhos:		21.394	28.189
Custo das vendas	25	(14.580)	(20.920)
Fornecimentos e serviços externos	25	(2.224)	(1.888)
Custos com o pessoal	26	(450)	(370)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	25	(987)	(1.380)
Provisões e imparidades de outras contas a receber	25	(162)	(133)
Outros custos operacionais	25	(189)	(88)
Custos financeiros	27	(215)	(164)
Total de custos e perdas:		(18.807)	(24.943)
Resultado antes de impostos e outras contribuições:		2.585	3.246
Impostos e PE	16	(997)	(1.434)
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	16	(44)	(34)
Taxa sobre lucros extraordinários	16	(95)	(53)
Resultado líquido consolidado do exercício		1.451	1.726
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		1.242	1.475
Interesses que não controlam	23	209	251
Resultado básico por ação (valor em Euros)		1,56	1,81
Resultado diluído por ação (valor em Euros)		1,56	1,81
Resultado líquido consolidado do exercício		1.451	1.726
Itens que no futuro não serão reciclados para o resultado do exercício:			
Remensurações	17	13	(30)
Imposto relacionado com remensurações	17	0	0
Itens que no futuro poderão ser reciclados para o resultado do exercício:			
Diferenças de conversão cambial		(187)	299
Reservas de cobertura	19	53	(13)
Imposto relacionado com os itens acima	16	(19)	3
Subtotal do rendimento integral do exercício		(141)	258
Total do rendimento integral do exercício, atribuível a:		1.310	1.983
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		1.147	1.680
Interesses que não controlam		163	304

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados e da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Galp Energia, SGPS, S.A

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)

	Notas	Capital social e Prémios de emissão		Ações próprias	RCC (*)	Reservas		Resultados transitados	Subtotal	IQNC (**)	Total
		Capital Social	Prémios de Emissão			Reservas de cobertura	Outras reservas				
Em 1 de janeiro de 2022		829	82	0	(232)	24	1.535	813	3.052	918	3.970
Resultado líquido consolidado do exercício		0	0	0	0	0	0	1.475	1.475	251	1.726
Outros ganhos e perdas reconhecidos no capital próprio		0	0	0	245	(10)	0	(31)	205	53	258
Rendimento integral do exercício		0	0	0	245	(10)	0	1.444	1.680	304	1.983
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0	0	(420)	(420)	(266)	(686)
Recompra de ações		0	0	(150)	0	0	0	0	(150)	0	(150)
Cancelamento de ações		(14)	0	150	0	0	0	(136)	(0)	0	(0)
Aumento/redução em reservas de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rendimento cumulativo em 31 de dezembro de 2022 - RCC com Ativos não correntes detidos para venda		0	0	0	160	0	0	0	160	0	160
Perdas cumulativas em 31 de dezembro de 2022 - Outros RCCs		0	0	0	(147)	0	0	0	(147)	0	(147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		815	82	0	13	14	1.535	1.701	4.161	956	5.117
Saldo em 1 de janeiro de 2023		815	82	0	13	14	1.535	1.701	4.161	956	5.117
Resultado líquido consolidado do exercício		0	0	0	0	0	0	1.242	1.242	209	1.451
Outros ganhos e perdas reconhecidos no capital próprio		0	0	0	(141)	34	0	13	(95)	(46)	(141)
Rendimento integral do exercício		0	0	0	(141)	34	0	1.255	1.147	163	1.310
Distribuição de dividendos	22, 23	0	0	0	0	0	0	(422)	(422)	(197)	(619)
Recompra de ações		0	0	(500)	0	0	0	0	(500)	0	(500)
Cancelamento de ações		(42)	0	500	0	0	0	(458)	0	0	0
Diminuição em reservas de capital		0	(82)	0	0	0	(31)	111	(2)	(2)	(4)
Incentivos a longo prazo		0	0	0	0	0	25	0	25	0	25
Rendimento cumulativo em 31 de dezembro de 2023 - RCC com Ativos não correntes detidos para venda		0	0	0	142	0	0	0	142	0	142
Perdas cumulativas em 31 de dezembro de 2023 - Outros RCCs		0	0	0	(270)	0	0	0	(270)	0	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		773	0	0	(128)	48	1.529	2.187	4.409	920	5.329

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

(*) Reservas de conversão cambial

(**) Interesses que não controlam



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2022

	Notas	Dezembro 2023	Dezembro 2022
(Montantes expressos em milhões de Euros– € m)			
Resultados antes de impostos do período		2.586	3.246
Ajustamentos por:			
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	25	987	1.380
Provisões		105	124
Ajustamentos ao valor realizável líquido de inventários	25	(36)	70
Mark-to-market de derivados	27	22	(806)
Outros custos/proveitos financeiros	24, 25	59	93
Underlifting e/ou Overlifting	24, 25	(24)	(55)
Ganhos/(perdas) em empreendimentos conjuntos e associadas	9	(49)	(152)
Outros		123	(13)
Aumento/redução em ativos e passivos:			
(Aumento)/redução em inventários		(50)	(473)
(Aumento)/redução em contas a receber correntes		68	(221)
(Redução)/aumento em contas a pagar correntes		264	225
(Aumento)/redução em outras contas receber, líquido		(103)	714
Resultados relativos a participações em associadas e empreendimentos conjuntos	9	31	26
Impostos pagos	16	(1.355)	(1.087)
Fluxos das atividades operacionais		2.628	3.071
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(1.056)	(1.078)
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, líquido		0	(48)
Outras saídas de caixa de investimentos		(38)	(140)
Outras entradas de caixa de investimentos	15	77	0
Fluxos de atividades de investimento		(1.017)	(1.266)
Empréstimo obtidos	14	1.904	4.297
Empréstimos reembolsados	14	(2.409)	(4.483)
Juros reembolsados		(57)	(39)
Locações reembolsadas	7	(157)	(132)
Juros de locações	7	(102)	(85)
Alterações em interesses não controlados		0	0
Dividendos pagos aos acionistas da Galp	22	(422)	(420)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	22, 23	(169)	(245)
Aquisição de ações próprias	22	(500)	(150)
Fluxos de atividades de financiamento		(1.912)	(1.257)
(Redução)/aumento em caixa e seus equivalentes		(302)	547
Diferenças de conversão de moeda em caixa e seus equivalentes		(48)	62
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	2.421	1.812
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	2.071	2.421

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

A Galp Energia SGPS, S.A. (a Empresa) é a empresa mãe do Grupo Galp.

Em 2 de janeiro 2024 A Empresa mudou a sua sede para a Avenida da Índia, em Lisboa, Portugal.

As ações da Galp encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

O Grupo desenvolve as suas atividades no setor da energia, nomeadamente eletricidade de fontes renováveis, exploração, produção e comercialização de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), refinação e distribuição de lubrificantes, gás, gasolina, gasóleo, *fuel oil*, combustível para aviação, asfalto e outros, e aquisição e distribuição grossista de gás natural.

1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia SGPS, S.A. e das suas subsidiárias (coletivamente referidas no presente documento como Galp ou Grupo Galp) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e sujeitas a endosso pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp foram preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, e ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

As políticas contabilísticas descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios apresentados, exceto para a adoção a 1 de janeiro de 2023 das alterações à IFRS 17 Contratos de seguro (IFRS 17) e IAS 12 Impostos sobre o rendimento (IAS 12). A transição dos pronunciamentos contabilísticos, listados abaixo, não têm impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp (Nota 3).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros e todos os valores são arredondados para o milhão de Euros mais próximo, salvo indicação em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

2. Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos, estimativas e alterações

2.1 Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais da Galp são divulgadas nas respetivas notas das demonstrações financeiras consolidadas.

Aplicação da materialidade

As demonstrações financeiras consolidadas são o resultado da agregação de um grande número de transações por natureza. Quando agregadas, as transações são apresentadas em classes de itens semelhantes. Se um item não for individualmente material, será agregado a outros itens de natureza semelhante nas demonstrações financeiras consolidadas ou nas notas explicativas. A Administração inclui as divulgações específicas exigidas pelas IFRS, a menos que as informações sejam consideradas irrelevantes para a tomada de decisão económica dos utilizadores das presentes demonstrações financeiras ou caso as mesmas não sejam aplicáveis.

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e entidades sob o seu controlo. O controlo existe quando a Galp detém poder efetivo sobre uma entidade e está exposta a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade. Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, proveitos e custos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados, desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda. Os interesses que não controlam representam a percentagem de capital das subsidiárias que não é atribuível, direta ou indiretamente, aos acionistas da Galp.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de entidades do Grupo Galp são mensurados usando a moeda do ambiente económico principal em que a subsidiária opera (moeda funcional). A moeda de apresentação do Grupo é o Euro, que é a moeda funcional da empresa-mãe.

Conversão de transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

Conversão de empresas do Grupo

Na consolidação, os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos, proveitos, outro rendimento integral e os fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada em outro rendimento integral na rubrica reservas de conversão cambial.

As seguintes variações cambiais são reconhecidas em outro rendimento integral: (i) A conversão da demonstração do rendimento integral das subsidiárias estrangeiras é efetuada tendo em conta a média histórica das taxas de câmbio do final do exercício; (ii) Empréstimos concedidos por acionistas a subsidiárias em moedas distintas da moeda funcional da entidade-mãe que não possuam prazo de pagamento estipulado são tratados como extensão líquida ao investimento nestas subsidiárias estrangeiras. Nesta conformidade, as variações cambiais resultantes desses empréstimos que não foram eliminadas na consolidação são reclassificadas do resultado para o capital próprio atribuível aos acionistas, para a rubrica de reservas de conversão cambial.

Principais estimativas e julgamentos

Inerente à aplicação das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das presentes demonstrações financeiras encontra-se a necessidade da Administração efetuar julgamentos, estimativas e pressupostos, que

afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a divulgação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas e pressupostos considerados.

Os julgamentos e as estimativas contabilísticas que possam ter um impacto material nos resultados do Grupo são descritos no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com as políticas contabilísticas materiais correspondentes. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e estimativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são: (i) Contabilização de participações em acordos conjuntos e associadas (Nota 9); (ii) Contabilização das atividades de petróleo e gás natural, incluindo a estimativa de reservas de petróleo e gás e preços futuros sobre commodities (Nota 5); (iii) Recuperabilidade do valor contabilístico dos ativos (Notas 5, 6, 8 e 9); (iv) Provisões e contingências (Nota 18); (v) Pensões e outros benefícios pós-emprego (Nota 17); (vi) Imposto sobre o rendimento (Nota 16); (vii) Locações (Nota 7); (viii) Mensuração de derivados financeiros, incluindo instrumentos financeiros ao justo valor (Nota 19 e 20). Quando uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contabilísticos de ativos e passivos em exercícios financeiros seguintes, é especificamente mencionado na respetiva nota.

Transição Energética

A transição energética refere-se à mudança gradual de uma produção e consumo energético baseados em combustíveis fósseis para fontes de energia renovável como a energia eólica, solar e hidroelétrica, assim como baterias de iões de lítio, hidrogénio e biocombustíveis.

Embora seja expectável que o consumo de energia continue a aumentar, a maior incidência de fontes de energia renováveis na cadeia de fornecimento energético, o aumento da eletrificação nos transportes, na manufatura e nos edifícios, e as subsequentes necessidades de melhoria no armazenamento de energia, de novas soluções de mobilidade e de tecnologias de eficiência energética são os principais impulsionadores e desafios da transição energética.

A Galp pretende desempenhar um papel importante na transição energética, adaptando a sua carteira de negócios para acompanhar a mudança de paradigma nas fontes de energia, aproveitando ao máximo as sinergias com os negócios e redes de distribuição existentes. O Grupo já deu nos últimos anos passos significativos para diversificar a sua base de ativos, simultaneamente trabalhando para uma melhoria da eficiência operacional da energia e eletrificação, com vista a mitigar a pegada de carbono nas áreas de negócio relacionadas com os combustíveis fósseis, mantendo-se empenhado rumo à sua contínua jornada da sustentabilidade, uma vez que a integração de energias de baixo carbono e o aumento da geração de energia renovável serão fundamentais para preparar a Galp para enfrentar opções futuras e continuar a descarbonizar o seu portefólio, mantendo um alinhamento com a sociedade e os objetivos da UE.

Consulte as secções 2.1 a 2.3 do capítulo 2, no relatório integrado de gestão (Livro I) para mais detalhes sobre o quadro estratégico relacionado com a transição energética.

Esta nota descreve como a Galp considerou os impactos relacionados com o clima em algumas áreas-chave das demonstrações financeiras e como isso se traduz na avaliação de ativos e mensuração de passivos à medida que a Galp avança na transição energética.

A secção “Informações materiais sobre as políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas” acima fornece a referência específica às notas onde as incertezas relevantes, incluindo aquelas que têm o potencial de ter um efeito material no balanço patrimonial consolidado nos próximos 12 meses, são descritas.

Esta nota descreve as principais áreas de impactos climáticos que potencialmente têm efeitos de curto e longo prazo sobre os valores reconhecidos no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023. Quando relevante, esta nota contém referências a outras notas às demonstrações financeiras consolidadas e objetivos para fornecer um resumo abrangente.

Planeamento financeiro e pressupostos

As ambições de descarbonização do Grupo (ver acima) estão inseridas no plano de negócios da Galp. A Galp continuará a rever o seu plano de negócios, perspetivas de preços e pressupostos à medida que avança para o objetivo de emissões líquidas zero até 2050.

O plano financeiro inclui o custo esperado para a evolução das regulamentações de carbono com base numa previsão da participação financeira da Galp nas emissões de ativos operados e não operados, considerando também o impacto estimado das licenças gratuitas. As estimativas do custo de carbono variam em torno de 120€ por tonelada de emissões de GEE em 2030, €220 por tonelada em 2040 e €330 por tonelada em 2050 (em termos nominais).

Potenciais Impactos Contabilísticos da Transição Energética

Alterações futuras no preço das mercadorias e potenciais imparidades

Conforme referido, de acordo com as IFRS, as demonstrações financeiras da Galp baseiam-se em pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa atual da Administração do conjunto de condições económicas que podem existir no futuro previsível.

Espera-se que a transição energética traga volatilidade e há grande incerteza sobre a forma como os preços de *commodities* se desenvolverão nas próximas décadas. Os cenários climáticos externos ao nível de preços diferem entre si apresentando um preço estrutural mais baixo durante o período de transição, enquanto outros pressupostos de preços consideram preços estruturais de *commodities* mais altos como consequência das alterações na oferta e na procura.

Consulte a nota 5 para a melhor estimativa da Galp quanto a preços futuros de petróleo e gás, incluindo margens de refinação, e sensibilidades relacionadas. Se forem utilizadas perspetivas de preços diferentes de cenários externos e mudanças climáticas normalizadas, isso poderá impactar a recuperabilidade de determinados ativos reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023. Esses cenários externos não são representativos da razoável estimativa da Administração sobre os preços.

Alterações à Carteira

A estratégia da Galp em desempenhar um papel importante na transição energética poderá também resultar em novos investimentos e desinvestimentos em ativos, que irão impactar a demonstração da posição financeira e os resultados futuros do Grupo. As alterações à carteira foram iniciadas em exercícios anteriores com o encerramento da refinaria de Matosinhos, com a aquisição da Titan 2020, S.A. (tendo-se obtido controlo integral em 2022 na sequência da aquisição dos remanescentes interesses participativos de 25%) um grande *player* do setor solar fotovoltaico e o desinvestimento dos ativos de *Upstream* em Angola (Nota 2.2.2, concentrando-se nos seus ativos com menor intensidade na emissão de dióxido de carbono).

O Grupo continua a executar a sua estratégia proposta focando-se na execução dos projetos chave de sucesso, combinando crescimento e transformação na sua carteira com disciplina financeira e com grande foco em crescimento rentável.

Término antecipado das provisões para abandono

A transição energética pode levar a compromissos de descomissionamento/restauração ambiental mais cedo do que o planeado. A Galp reconheceu nas suas contas provisões para abandono para todos os ativos cujos custos de abandono sejam relevantes, exceto para o complexo industrial da refinaria de Sines. A Galp pretende manter as suas operações na área industrial em Sines, transformando-se e descarbonizando-se naturalmente para responder às necessidades de um sistema energético de baixo carbono e garantindo viabilidade a longo prazo. A recente decisão final de investimento (FID) num dos maiores projetos de eletrolisadores na Europa para a produção de hidrogénio renovável e numa grande fábrica de biocombustíveis avançados para produzir HVO e SAF demonstram o compromisso da Galp em garantir o fornecimento de energia do futuro.

Alterações Climáticas

A par da Transição Energética, a Galp tem vindo a trabalhar na avaliação do potencial impacto dos riscos das alterações climáticas nas suas atividades. Esta análise tem o duplo objetivo de avaliar a resiliência da estratégia da Galp em diferentes cenários e, ao mesmo tempo, identificar as oportunidades e ameaças relevantes.

A Galp integrou as recomendações da TCFD na identificação das alterações climáticas. De forma a estimar o impacto das alterações climáticas e *value at risk* nas operações da Galp foram recolhidas um conjunto de variáveis físicas e de mercado.

Potencial impacto contabilístico das alterações climáticas

Riscos físicos dos Ativos devido a catástrofes climáticas

A Galp está a realizar múltiplos estudos que permitem aumentar a compreensão dos riscos físicos. Estes estudos irão permitir uma melhor compreensão da resiliência dos ativos físicos da Galp no curto e longo prazo, tendo em conta o ritmo das alterações climáticas.

A Galp detém vários ativos associados à sua atividade principal nas zonas costeiras e detém participações em operações conjuntas em águas profundas e em unidades flutuantes de extração e produção ("Floating Production and Offloading Vessels" - FPSO). Estes ativos, bem como outros ativos da Galp, estão cobertos por seguros.

Alterações nos preços de commodities e CO₂

As alterações climáticas poderão afetar a oferta e procura de energia, tanto a nível local como a nível global, que por sua vez, poderá impactar as demonstrações financeiras do Grupo Galp através de variáveis como os preços de CO₂ ou o preço e quantidades das mercadorias no geral. Tais riscos são monitorizados pelo Grupo e são adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras caso ocorram.

2.2 Alterações significativas durante o ano

2.2.1 Mudança da morada da sede

A 2 de janeiro de 2024, a Galp alterou a morada da sua sede para a Avenida da Índia, 8, em Lisboa, Portugal.

2.2.2 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

A 16 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração decidiu proceder ao desinvestimento do segmento *Upstream* em Angola, através da venda da Galp Energia Overseas Block 32 BV e da Galp Energia Overseas Block 14 BV. Em 13 de fevereiro 2023, a Galp assinou um acordo para a venda dos seus ativos de *upstream* em Angola. É expectável que o encaixe atinja cerca de \$830 m, já deduzido de impostos sobre mais-valias, incluindo cerca de \$655 m a receber até a concretização do negócio e \$175 m em pagamentos contingentes até 2024 e 2025, dependente do preço do Brent. Espera-se, agora, que a concretização do negócio ocorra durante 2024. Em 2023, a Galp recebeu €77 m de sinal (que se encontra registado na rubrica de "Outros proveitos diferidos" – nota 13) e €132 m de *leakage* (distribuição de dividendos interinos).

O Conselho de Administração considerou que os critérios a serem classificados como Ativos não correntes detidos para venda ainda se mantêm: (i) os ativos estão disponíveis para venda imediata e podem ser vendidos ao comprador no seu estado atual; (ii) as ações para completar a venda foram iniciadas e espera-se que estejam concluídas no prazo de um ano a partir da data da classificação inicial; (iii) foi identificado um potencial comprador e as negociações à data de relato encontram-se numa fase adiantada.

Os respetivos ativos e passivos das entidades do segmento *Upstream* em Angola encontram-se classificados como "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda", apresentados separadamente, como correntes, nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

Os ativos, passivos e reservas de conversão acumuladas no capital próprio que compõem os valores apresentados nas demonstrações financeiras são os seguintes:

	Unid: € m
	2023
Ativos não correntes detidos para venda	537
Ativos intangíveis	7
Ativos tangíveis	487
Direitos de uso de ativos	1
Inventários	5
Outras contas a receber	37
Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda	(97)
Passivos por impostos diferidos	(5)
Provisões	(78)
Outras contas a pagar	(15)
Capital Próprio	(142)
Reservas de conversão acumuladas	(142)

2.2.3 Alterações no perímetro de consolidação

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, a Galp participou nas seguintes principais transações:

Entidade Legal	País	%	Transação	Método de Consolidação
Acauã Solar Energia SPE Ltda	Brasil	100%	Devolvido SER	-
Citrino Solar Energia SPE Ltda	Brasil	100%	Devolvido SER	-
C-M-791 - operação conjunta	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
PEPB-M-783 – operações conjuntas	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
PEPB-M-839 - operação conjunta	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
Ventos de Santo Antão Energias Renováveis, S.A.	Brasil	100%	Aquisição	Consolidação integral
Vereda Solar Energia, S.A. (8 entidades de II-IX)	Brasil	100%	Fundada	Consolidação integral
Enacolgest, Lda	Cabo Verde	48%	Fusão	Fundida com a Enacol, S.A.R.L. (a entidade resultante da fusão)
Carrigo Cogeração, S.A.	Portugal	65%	Liquidação	-

Para mais informações sobre o perímetro de consolidação e participações financeiras do Grupo Galp, ver Nota 31.

2.2.4. Determinação do justo valor de empréstimos que não vencem juros

O Grupo estabeleceu em 2017, um empréstimo que não vence juros com determinadas especificações firmes com a Coral FLNG para suportar as suas atividades. Sob a IFRS 9, no reconhecimento inicial o empréstimo deve ser reconhecido ao justo valor e subsequentemente mensurado ao custo amortizado, pela estimativa da calendarização de reembolso até à maturidade do empréstimo, bem como pela determinação de uma taxa de desconto que possa refletir quer a maturidade quer o risco de crédito da empresa para passivos financeiros similares. Na originação, a diferença entre o empréstimo e o seu justo valor (valor presente usando taxas de mercado para instrumentos similares) é tratada como uma contribuição de capital para a Coral FLNG, que representa um investimento adicional pelo Grupo à Coral FLNG.

Em 2023, como resultado da modificação do calendário de reembolso do empréstimo, a gestão reanalisou o tratamento contabilístico do empréstimo conforme a IFRS 9 (que anteriormente estava caracterizado para fins contabilísticos como uma contribuição de capital – participação financeira) (nota 9).

2.2.5 Aquisição de ações próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos ao capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido nos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital próprio do Grupo.

A Galp iniciou em 15 de fevereiro de 2023 um programa de recompra de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A., no valor de €500 m.

Em 15 de dezembro de 2023, a Galp concluiu este programa de recompra de ações. No âmbito da conclusão do programa, o Conselho de Administração da Galp aprovou a redução do capital social da Empresa através da extinção de 42.028.823 ações próprias, representativas de aproximadamente 5,16% do seu capital social em 1 de janeiro de 2023. O preço médio da recompra das ações foi de €11,90/ação.

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas IFRS

3.1 Novas normas e alterações aprovadas pela União Europeia com aplicação a 1 de janeiro de 2023 e em exercícios posteriores

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2023 e com aplicação contabilística em 2023 ou nos exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IFRS/IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivo de locação numa operação de venda e de relocação (emitido em 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos materiais
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: • Classificação de Passivos como Correntes e Não correntes (emitida em 23 de janeiro de 2020); • Classificação de Passivos como Correntes e Não correntes - Diferimento da Data Efetiva (emitida em 15 de julho de 2020); e • Passivos não Correntes com <i>Covenants</i> (emitida em 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos estimados

Normas IFRS/IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida em 23 de maio de 2023)	09/11/2023	01/01/2023	2023	**
Alterações à IFRS 17 Contratos de seguros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais *
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (emitido a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e Declaração Prática 2 da IFRS: Divulgação de Políticas contabilísticas (emitido a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Impacto contabilístico na divulgação
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017); incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais *

*Espera-se que o impacto relativo à entidade resseguradora Tagus RE detida pelo Grupo Galp não seja material para as contas consolidadas. A Galp decidiu não aplicar a IFRS 17 nas contas consolidadas de acordo com o parágrafo 8 da IAS 8.

** Em 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois, estando o Grupo Galp (Galp) abrangido por estas regras. Dada a data de aprovação desta legislação (ainda em curso em alguns países onde a Galp opera) e dada a extensão da informação a analisar, a Galp, com base na aplicação da isenção temporária, não irá ainda reconhecer impostos diferidos no âmbito do Pilar Dois, nem divulgar informação sobre os mesmos, tal como previsto na IAS 12. Assim, a Galp está atualmente a proceder à avaliação dos impactos relacionados com este tema, pelo que não é possível avançar, para já, com uma estimativa razoável do impacto destas alterações.

4. Informação por segmentos

Segmentos operacionais

O Grupo está organizado em quatro segmentos operacionais os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados: (i) *Upstream*, (ii) Industrial & *Midstream* e (iii) Comercial e (iv) Renováveis e Novos Negócios.

O segmento de *Upstream* representa a presença da Galp no sector de exploração e produção da indústria de petróleo e gás, que envolve a gestão de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente, no Brasil, Moçambique, Namíbia e Angola¹ (até ao fim de 2022).

O segmento Industrial & *Midstream* opera o complexo industrial de Sines em Portugal, que inclui todas as atividades correntes de refinação, bem como todas as atividades relacionadas com o *Midstream*, nomeadamente a gestão energética de produtos petrolíferos, gás e eletricidade. Este segmento compreende ainda toda a infraestrutura de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos, gás e a venda de eletricidade para a rede em Portugal e Espanha, tanto para exportação como para importação.

O segmento de Comercial engloba a área de venda ao consumidor final B2B e B2C de produtos petrolíferos, gás, eletricidade e conveniência.

O segmento das Renováveis e Novos Negócios representa a presença da Galp na indústria das energias novas e renováveis.

Para além dos quatro segmentos de negócio, o Grupo classifica como "Outros" a empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e as empresas com atividades diversas, incluindo a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., resseguradora e prestadora de serviços partilhados ao nível corporativo, respetivamente.

O relato por segmentos é apresentado numa ótica de *replacement cost* (RC ou custo de reposição), que consiste no indicador utilizado pelo *Chief Operating Decision Maker* (neste caso a Comissão Executiva) para tomar decisões quanto à alocação de recursos e avaliação de desempenho. Com base no método do custo de reposição, o custo das vendas apurado ao abrigo das IFRS (método do custo médio ponderado) é substituído pelo preço de referência do crude (p.e. *Dated Brent*) à data do balanço, como se o custo das vendas fosse mensurado ao custo de reposição dos inventários vendidos. Foi ainda incluída nesta nota uma reconciliação entre os resultados apurados de acordo com os IFRS e os resultados apresentados no relato por segmentos.

¹ Apesar das entidades do segmento *Upstream* angolanas serem classificadas como Ativos não correntes detidos para venda, os seus resultados são incluídos na demonstração consolidada dos resultados.

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é apresentada como segue:

	Unid: € m													
	Consolidado		Upstream		Industrial & Midstream		Comercial		Renováveis e Novos Negócios		Outros		Ajustamentos de consolidação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	20.769	26.840	3.717	4.401	8.317	11.000	10.296	13.410	161	190	293	236	(2.016)	(2.320)
Custo das vendas	(14.521)	(20.956)	(193)	(367)	(6.542)	(9.904)	(9.444)	(12.472)	26	(91)	(19)	(8)	1.651	1.811
Das quais variação de produção	(121)	304	(136)	(28)	15	332	0	0	0	1	0	0	0	0
Outros proveitos e custos	(2.479)	(2.035)	(1.036)	(951)	(846)	(645)	(563)	(640)	(57)	(48)	(342)	(263)	365	509
Dos quais <i>Underlifting</i> e <i>Overlifting</i>	24	55	24	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EBITDA a custo de reposição	3.769	3.849	2.488	3.083	929	451	290	298	131	50	(69)	(34)	0	0
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	(987)	(1.380)	(532)	(855)	(154)	(266)	(157)	(217)	(113)	(18)	(32)	(24)	0	0
Provisões (líquido)	(105)	(124)	4	1	(82)	(119)	(1)	(7)	0	0	(25)	1	0	0
EBIT a custo de reposição	2.676	2.345	1.960	2.229	693	66	132	75	18	32	(126)	(57)	0	0
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	49	152	(32)	28	51	(13)	7	8	21	126	2	3	0	0
Resultados financeiros	(81)	713												
Impostos a custo de reposição	(1.017)	(1.432)												
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	(44)	(34)	0	0	(21)	(20)	(14)	0	0	0	(9)	(14)	0	0
Taxa sobre lucros extraordinários	(95)	(53)	(64)	0	0	0	(31)	0	0	0	0	(53)	0	0
Resultado líquido consolidado a custo de reposição, do qual:	1.489	1.691												
Atribuível a interesses que não controlam	209	251												
Atribuível a acionistas da Galp Energia SGPS SA	1.280	1.440												
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Ativos do Segmento ⁽¹⁾														
Participações financeiras ⁽²⁾	255	417	110	283	29	18	27	35	89	81	(0)	0	0	0
Outros ativos	16.351	15.678	8.528	7.540	3.538	3.263	2.850	2.889	1.704	2.061	2.743	2.536	(3.012)	(2.611)
Ativos do Segmento	16.606	16.096	8.638	7.823	3.567	3.281	2.877	2.924	1.792	2.142	2.743	2.536	(3.012)	(2.611)
dos quais Direitos de uso de ativos	1.630	1.116	1.070	702	235	165	159	167	91	70	75	12	0	(0)
dos quais ativos tangíveis e intangíveis	6.732	6.442	3.860	3.825	741	662	700	711	1.308	1.168	123	76	0	(0)
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis ⁽³⁾	1.091	1.078	581	595	196	72	125	113	147	260	41	39	0	0

¹ Montante líquido

² Inclui "Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos" (Nota 9) e "Outros ativos financeiros" – Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e capital subscrito" (Nota 12)

³ Exclui provisões de abandono (€53 m) e Carry interest do segmento Upstream (€20 m)

As informações detalhadas sobre vendas e prestação de serviços, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos para cada região geográfica em que a Galp opera são as seguintes:

	Vendas e prestações de Serviços ¹		Ativos tangíveis e intangíveis		Participações financeiras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	20.769	26.840	6.732	6.442	255	417
África	758	757	830	710	130	301
América Latina	2.567	3.971	3.122	3.218	79	77
Europa	17.444	22.112	2.779	2.514	45	39

¹ Valor líquido consolidado

As transações comerciais e financeiras entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições usuais de mercado, de forma semelhante às transações entre partes independentes.

A reconciliação entre o Relato por Segmentos e a Demonstração dos Resultados Consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	20.769	26.840
Custo das vendas	(14.580)	(20.920)
Ajustamento custo de reposição (1)	59	(36)
Custo das vendas a custo de reposição	(14.521)	(20.956)
Outros proveitos e custos	(2.479)	(2.035)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	(987)	(1.380)
Provisões (líquido)	(105)	(124)
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	49	152
Resultados financeiros	(81)	713
Resultado antes de impostos e outras contribuições a custo de reposição	2.645	3.210
Ajustamentos do custo de reposição	(59)	36
Resultado antes de impostos e outras contribuições em IFRS	2.585	3.246
Imposto sobre o rendimento	(997)	(1.434)
Imposto sobre o Rendimento (Ajustamento do custo de reposição) (2)	(20)	2
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	(44)	(34)
Taxa sobre lucros extraordinários	(95)	(53)
Resultado líquido consolidado do exercício a custo de reposição	1.489	1.691
Custo de reposição (1) +(2)	(38)	35
Resultado líquido consolidado do exercício em IFRS	1.451	1.726

5. Ativos tangíveis

Políticas contábilísticas

Reconhecimento

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas de transporte, montagem, obrigações de descomissionamento e os encargos financeiros suportados pela Empresa durante o período de construção. Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Gastos com reparação e manutenção

As despesas com grandes manutenções ou reparações representam o custo de ativos de reposição de ativos ou partes de ativos, custos de inspeção e custos de revisão. Quando um ativo ou parte de um ativo que foi depreciado separadamente é substituído e é provável que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo, a despesa é capitalizada e o valor contabilístico do ativo substituído é abatido. Os custos de inspeção associados aos principais programas de manutenção são capitalizados e amortizados ao longo do período até a próxima inspeção. Os custos de revisão dos principais programas de manutenção e todos os outros custos de manutenção são registados como gastos do exercício, quando incorridos.

Ativos tangíveis *upstream*

Os custos de exploração de hidrocarbonetos são contabilizados de acordo com o método de Esforços Bem Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*) pelo qual os custos de exploração são reconhecidos no resultado quando incorridos (i.e. despesas relacionadas com estudos geológicos e geofísicos (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A)), exceto custos de perfuração exploratória, incluídos nos ativos tangíveis (em ativos em curso) sujeitos à determinação de reservas confirmadas e sujeitos a análises de imparidade quando identificados indícios. Poços secos são reconhecidos como custos do exercício. No início da produção, os custos capitalizados são depreciados com base na política de depreciação em uso.

Depreciações

Ativos tangíveis *upstream*

Os Ativos tangíveis relacionados com atividades de produção de hidrocarbonetos, incluindo os oleodutos respetivos, direitos minerais e custos futuros com descomissionamento são, por princípio, depreciados numa base de unidades de produção (UOP) sobre as reservas confirmadas e desenvolvidas na área em causa.

A taxa UoP para a depreciação de ativos comuns considera as despesas incorridas à data, conjuntamente com a estimativa de despesas futuras a incorrer para o desenvolvimento das reservas não desenvolvidas e que se espera venham a ser processadas utilizando as infraestruturas comuns. Plataformas flutuantes (FPSO) são presentemente depreciadas tendo em consideração o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil estimada do ativo e o período de concessão do campo em que a plataforma está implantada.

Taxas de depreciação para Ativos tangíveis

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Taxas de depreciação	2023	2022
Edifícios e outras construções	4,0%	2,2%
Equipamento básico	10,0%	13,4%
Equipamento de transporte	12,0%	11,0%
Ferramentas e utensílios	11,0%	20,0%
Equipamento administrativo	14,0%	27,0%
Taras e vasilhame	11,0%	14,0%
Outros ativos tangíveis	12,0%	13,0%

Análise de Imparidade

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico dos ativos não seja recuperável ou que as imparidades registadas em anos anteriores tenham que ser revertidas. Na realização dos testes de imparidade, os ativos tangíveis são alocados à respetiva Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertença, com base no método de fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto são calculadas através do ajustamento da taxa pós-imposto para refletir os níveis específicos de risco das UGC.

Testes de imparidade aos ativos dos segmentos Industrial & Midstream e Comercial

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com os segmentos de Industrial & Midstream e Comercial são avaliados pelo Grupo quanto à existência de imparidade no final de cada período de relato, ou quando indicadores de imparidades (ou indicadores de reversão de imparidades) são identificados, considerando fontes internas e externas de informação.

Comercial

No seu teste anual de imparidade ao segmento Comercial, o Grupo considera a unidade geradora de caixa da estação de serviço como sendo cada estação de serviço individual.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável na rede de postos em comparação com o seu valor líquido contabilístico no final de cada período de relato. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o valor presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio para o posto na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto uma taxa pós-imposto ajustada dos riscos específicos para este segmento de negócio.

Industrial & Midstream

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de Industrial & Midstream, nomeadamente a refinaria de Sines e aos ativos tangíveis associados às atividades de logística e armazenamento. O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

A determinação do valor em uso dos ativos de refinação foi baseada nos pressupostos definidos no plano de negócio, como se segue:

- i. Margem de refinação
- ii. Preços do carbono
- iii. Disponibilidade de refinação
- iv. Futuros custos operacionais e de investimento
- v. Taxa de desconto

Testes de imparidade aos ativos do segmento Upstream

As imparidades dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- Não forem encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada; e
- O valor contabilístico exceda o valor recuperável.

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento *Upstream* são sujeitos a uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade. A unidade geradora de caixa será o projeto ou o Bloco específico, dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos. A avaliação de imparidade é efetuada pelo modelo *Expected Monetary Value* (EMV) através da comparação do valor contabilístico dos investimentos efetuados com o valor presente esperado de fluxos de caixa futuros, através de uma taxa de desconto pós-imposto ajustada pelo risco específico do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não foram ajustadas, calculados atendendo a estimativas de:

- i. Reservas prováveis;
- ii. O investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii. Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- iv. Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v. Preço de referência do Barril de Brent;
- vi. Taxa de câmbio aplicável;
- vii. Mecanismos de tributação da Unidade Geradora de Caixa (UGC);
- viii. Nível de produção estimado e período de concessão; e
- ix. Custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a *Probability of Geological Success* (ou *Probability of Success* - PoS) que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade Bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra informação de G&G. Essa informação é mensurada tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza das reservas (*data controls*). O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de Exploração & Produção, isto é, na fase de exploração, de desenvolvimento e produção, quando os factos e circunstâncias sugerem que o valor líquido contabilístico de um ativo de exploração e produção poderá exceder o montante do seu valor recuperável.

Na fase de exploração, a UGC depende das características/condições de investimento de cada projeto. Numa fase inicial de investimento a UGC é o país, dado que o investimento compreende o investimento em bónus de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área/áreas totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Nesta fase onde ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos testes de imparidade os recursos prospetivos e contingentes com PoS muito baixa.

Assim, se reservas concretas forem registadas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade. Na fase de desenvolvimento e se for necessário, os testes de imparidade também têm em consideração a PoS (mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis) e reservas 2P (reservas prováveis), de forma a estimar os fluxos de caixa futuros que são expectáveis de ser gerados pelo bloco em análise.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Pressupostos de preço de commodities

Os pressupostos de preço futuro de *commodities* e margens de refinação usadas nos testes de imparidade no segmento de *Upstream* e *Industrial & Midstream* (ativos da refinação), respetivamente, são avaliados regularmente pela Administração.

A estimativa da Administração das margens de refinação usada no teste de imparidade foi baseada num software de simulação linear de refinação considerando a configuração atual da refinaria e para gerar, de uma forma otimizada, rendimentos estimados de produtos de refinaria e dados de consumo de energia com base numa mistura de refinação de brent disponível e outras matérias-primas de refinaria. A margem de refinação da Galp incorpora também os custos associados de CO₂.

Os futuros preços das *commodities* e as margens de refinação utilizadas nos testes de imparidade fornecem uma fonte de incerteza de estimativa, conforme referido no parágrafo 125 da IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (IAS 1.125).

As informações sobre os valores contabilísticos de ativos e imparidades e sua sensibilidade a mudanças nas estimativas significativas são apresentadas nesta nota 5.

Reservas de petróleo e gás

As estimativas das reservas de petróleo e gás são parte integrante do processo de tomada de decisão relativamente aos ativos da atividade de exploração e desenvolvimento de ativos *Upstream*. O volume de reservas confirmadas é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, de acordo com o método das unidades de produção. Os volumes de produção esperados, que compreendem as reservas provadas e as reservas não provadas são usadas para se determinar o valor recuperável dos projetos. A estimativa das reservas provadas é também utilizada para a avaliação anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento. A estimativa das reservas provadas está sujeita a julgamento e a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, preços, ou fim de contrato. O impacto das alterações de estimativas nas amortizações, depreciações e provisões para custos de abandono resultantes de variações

nas reservas confirmadas estimadas é tratado de forma prospetiva. A estimativa de reservas de petróleo e gás e os movimentos ocorridos no exercício encontram-se descritos na Informação Suplementar a este Relatório Integrado, a qual não foi auditada.

Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método a aplicar são essenciais para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas a nível internacional. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
Unid: € m					
<i>Em 31 de dezembro de 2023</i>					
Custo aquisição	1.338	11.401	534	2.641	15.913
Imparidade	(37)	(226)	(3)	(234)	(501)
Depreciação acumulada	(812)	(8.131)	(441)	0	(9.384)
Valor Líquido	489	3.044	90	2.406	6.029
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>					
Custo aquisição	1.300	11.167	523	2.189	15.179
Imparidade	(39)	(232)	(3)	(279)	(553)
Depreciação acumulada	(801)	(7.668)	(456)	0	(8.925)
Valor Líquido	459	3.267	64	1.910	5.700

Os movimentos em ativos tangíveis em 2023 e 2022 são os seguintes:

	Unid: € m				
	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	462	2.866	46	1.794	5.169
Adições	0	321	1	714	1.036
Depreciações e imparidades	(36)	(763)	(19)	(176)	(994)
Alienações e abates	(2)	(16)	(2)	(5)	(25)
Transferências	21	580	25	(625)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	13	279	13	209	514
Saldo em 31 de dezembro de 2022	459	3.267	64	1.910	5.700
Saldo em 1 de janeiro de 2023	459	3.267	64	1.910	5.700
Adições	1	56	0	1.056	1.113
Depreciações e imparidades	(22)	(594)	(25)	(35)	(677)
Alienações e abates	(3)	(34)	0	(50)	(87)
Transferências	54	443	51	(548)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	1	(94)	0	73	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	489	3.044	90	2.406	6.029

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo realizou essencialmente investimentos no segmento *Upstream* relacionados com projetos no Brasil (€431 m), Moçambique (€43 m) e Namíbia (€117 m). Também foram feitos investimentos nos segmentos Industrial & *Midstream* (€196 m), Comercial (€119 m), Renováveis (€145 m) e Outros (€14 m). Os valores acima mencionados não incluem a capitalização de encargos financeiros no montante de €48 m (Nota 27).

No ano corrente, a Galp reconheceu uma imparidade nos ativos tangíveis no valor de €40 m relacionadas com os ativos do segmento das renováveis no Brasil (€5 m) e em Espanha (€6 m), ativos do segmento industrial e comercial em Portugal (€15 m) e com ativos da distribuição de retalho (Portugal e Espanha) (€3.5 m). As alienações e abates no período estão relacionadas com ativos de exploração totalmente em imparidade no Brasil (€50 m) e ativos do segmento industrial (€33 m).

Ativos do segmento *Upstream*

O detalhe das imobilizações em curso e dos ativos em produção do segmento *Upstream* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluindo Ativos Tangíveis e Intangíveis, são apresentados na tabela abaixo:

	Unid: € m					
	África		América Latina		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos de Exploração e Produção	740	623	3.121	3.203	3.860	3.826
Imobilizações em curso	541	382	1.616	1.161	2.157	1.543
Bônus de assinatura	0	0	0	0	0	0
Na fase de exploração	389	322	0	137	389	459
Na fase de desenvolvimento	115	0	1.492	981	1.607	981
Juros capitalizados	9	37	123	43	132	80
Outros	28	23	0	0	28	23
Ativos em produção	199	241	1.505	2.042	1.704	2.283
Bônus de assinatura	6	9	0	289	6	298
Na fase de produção	193	216	1.503	1.639	1.696	1.855
Juros capitalizados	0	16	2	113	2	129
Outros	0	0	0	1	0	1

Análise de imparidade

Refinaria, logística e armazenamento

Foram realizados testes de imparidade para diversas UGCs do segmento de Industrial & *Midstream* incluindo instalações de refinação e armazenamento. Com base no teste de imparidade realizado os benefícios futuros esperados dos ativos são superiores ao valor contábilístico.

As projeções de fluxo de caixa ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 8,3% e 2022: 9,2%).

A análise de final de ano da sensibilidade do valor contábilístico dos ativos de refinação inclui variações nos fluxos de caixa, na margem de refinação e nas taxas de desconto. A margem de refinação (em termos nominais) considerada no teste de imparidade esteve no intervalo de \$6,7/bbl a \$8,8/bbl durante o período do plano de negócios, diminuindo até cerca \$4/bbl a longo prazo (a partir de 2034).

O teste de sensibilidade dos pressupostos consistiu na redução de 10% nos fluxos de caixa ou no aumento de 1% na taxa de desconto, não tendo sido identificada qualquer imparidade.

Ativos de distribuição a retalho

Uma perda por imparidade total no valor de € 3,5 m em Ativos Tangíveis relativa aos ativos de distribuição a retalho em Portugal e Espanha.

As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 6,3-6,5% e 2022: 6,6%).

Os pressupostos do teste de sensibilidade apontaram para uma redução de 10% nos fluxos de caixa ou um aumento de 1% na taxa de desconto, o que poderia levar a uma potencial perda adicional de imparidade no valor de €18 m relativamente aos ativos de distribuição a retalho em Portugal e Espanha.

Ativos do segmento Upstream

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento *Upstream* foram sujeitos no final do exercício a um teste de imparidade e uma análise de sensibilidade ao valor contabilístico dos principais ativos face às flutuações no preço do Brent.

Os preços previstos do Brent (em termos nominais) considerados no teste de imparidade foram os seguintes: \$80/bbl a \$83/bbl durante o período de 2024 a 2028, \$81/bbl a \$87/bbl de 2029 a 2033 e para o longo prazo (2034 em diante) cerca de \$70/bbl (em termos reais).

Para os ativos já em desenvolvimento e produção, e apesar de não terem sido identificados indícios de imparidade, as avaliações de imparidade mostram que os benefícios futuros esperados dos ativos são superiores ao valor contabilístico por UGC para as regiões em que Galp opera (Moçambique e Brasil). Para Angola foi feita uma análise do justo valor, uma vez que os ativos serão vendidos em vez de serem utilizados pela Galp. Não se espera qualquer imparidade nos ativos disponíveis para venda.

A taxa de desconto utilizada reflete os riscos específico dos ativos relacionados com os ativos de segmento *Upstream*, para os quais não foram ajustadas as estimativas de fluxos de caixa futuros, calculada em base de Dólares (2023: 11,7% e 2022: 11,6%).

Foi realizada uma análise de sensibilidade para verificar o impacto da volatilidade do preço do Brent no valor dos principais ativos do segmento *Upstream*. A análise de sensibilidade foi preparada com base numa redução de 10% nos fluxos de caixa e um aumento de 1% na taxa de desconto. Os resultados desta análise indicaram nenhuma imparidade nas áreas geográficas em que a Galp opera.

Ativos do segmento das Renováveis

Foi efetuado um teste de imparidade aos ativos tangíveis e intangíveis do segmento das renováveis. As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 5,8-6,2% e 2022: 6,4%). Foi reconhecida uma perda de imparidade no valor de €52 m relativamente ao segmento das renováveis no Brasil (dos quais €5 m relacionados com ativos tangíveis e €42 m relacionados com ativos intangíveis) e em Espanha (dos quais €6 m relacionados com ativos tangíveis). Para os outros ativos do segmento das renováveis foi realizada uma análise de sensibilidade considerando uma redução de 10% nos fluxos de caixa ou um aumento de 1% na taxa de desconto. A utilização destes pressupostos poderia levar a uma potencial perda por imparidade no valor de €8 m.

6. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Reconhecimento

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que estes sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático, prémios pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício. As despesas com desenvolvimento somente são reconhecidas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e financeira para desenvolver o ativo, tiver tomado a decisão de completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstrar igualmente que é provável que o ativo criado gere benefícios económicos futuros.

Upstream

Os bónus de assinatura (p.e. Direitos Minerais) consistem em direitos de propriedade para exploração de recursos subterrâneos, como petróleo e gás natural e são reconhecidos como ativos intangíveis.

Ver informação adicional sobre as políticas de reconhecimento para os ativos do segmento *Upstream* na Nota 5.

Amortização

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método linear. As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível. Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera, nomeadamente bónus de assinatura, encontram-se registados ao custo de aquisição e são amortizados com base na taxa UoP após o início da produção.

Imparidade

Os testes de imparidade dos ativos intangíveis são baseados nas projeções da Administração sobre o valor presente da estimativa futura de fluxos de caixa. Os valores residuais são baseados na expectativa de vida útil dos respetivos produtos, na previsão do ciclo de vida e nos fluxos de caixa para esse período, bem como nas vidas úteis económicas dos ativos subjacentes.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis e valores residuais dos ativos intangíveis

O cálculo dos valores residuais e da vida útil dos ativos, bem como o método de amortização a ser aplicado, são essenciais para determinar a amortização reconhecida na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Esses parâmetros são definidos com base no julgamento da Administração, bem como nas práticas adotadas pelos *peers* do setor.

Imparidade de ativos intangíveis

Determinar se ocorreram imparidades de ativos requer um elevado nível de julgamento por parte da Administração, especificamente em torno da identificação e avaliação dos indicadores da imparidade ou reversão da imparidade, projeção de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Vide Nota 5 para detalhes acerca da análise de imparidades.

	Unid: € m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
<i>Em 31 de dezembro de 2023</i>			
Custo de aquisição	1.319	93	1.412
Imparidade	(169)	(23)	(192)
Amortização acumulada	(561)	0	(561)
Valor líquido	589	69	659
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>			
Custo de aquisição	1.247	126	1.372
Imparidade	(156)	(24)	(180)
Amortização acumulada	(520)	0	(520)
Valor líquido	571	102	672

Os movimentos em ativos intangíveis em 2023 e 2022 foram como segue:

	Unid: € m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	595	50	645
Adições	(7)	48	41
Amortizações e imparidades	(182)	0	(182)
Abates/Alienções	0	0	0
Transferências	37	(37)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	129	41	170
Saldo em 31 de dezembro de 2022	572	101	672
Saldo em 1 de janeiro de 2023	572	101	672
Adições	6	45	51
Amortizações e imparidades	(92)	0	(92)
Abates/Alienções	(21)	0	(21)
Transferências	45	(45)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	81	(32)	48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	589	69	659

As adições de ativos intangíveis ocorreram essencialmente no segmento Comercial de €24 m e no segmento *Corporate* de €27 m.

No ano corrente, a Galp reconheceu uma imparidade no valor de €42 m relacionada com ativos do segmento das renováveis no Brasil.

7. Locações

Políticas contábilísticas

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontada a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis, dependentes de uma determinada taxa ou índice, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa aplicável à data de início do contrato;
- Montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual; e
- Preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção e pagamentos de locação relativos à renovação do período de opção, se for razoavelmente certo que o Grupo exercerá a opção; e Pagamento de penalidades pela cessação antecipada do contrato, exceto se for razoavelmente certo que o locatário não cancele antecipadamente o contrato.

A responsabilidade por locação é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros de locação derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se o valor contabilístico do ativo do direito de uso já se encontrar reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo reconhece os pagamentos associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciações

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Estimativas contábilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, a estimativa das suas vidas úteis e as taxas de desconto aplicadas têm por base as premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Administração, assim como as melhores práticas em uso na indústria.

Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Administração, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Direitos de uso são sujeitos aos requisitos de imparidade mencionados nos Ativos Tangíveis (Nota 5).

Os direitos de uso são detalhados como se segue:

	FPSOs ¹	Edifícios	Áreas de Serviço	Afretamento a tempo	Outros direitos de uso	Total
Unid: € m						
<i>Em 31 de dezembro de 2023</i>						
Custo aquisição	1.200	93	319	316	284	2.212
Depreciação acumulada	(237)	(18)	(78)	(132)	(83)	(549)
Imparidade	0	0	(33)	0	0	(33)
Valor líquido	963	75	208	184	200	1.630
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>						
Custo aquisição	697	37	291	227	288	1.540
Depreciação acumulada	(187)	(21)	(43)	(76)	(64)	(391)
Imparidade	0	0	(33)	0	0	(33)
Valor líquido	510	16	215	151	224	1.116

Os movimentos dos direitos de uso em 2023 e 2022 são como se segue:

	FPSOs ¹	Edifícios	Áreas de Serviço	Afretamento a tempo	Outros direitos de uso	Total
Unid: € m						
Em 1 de janeiro de 2022	565	75	212	59	168	1.079
Adições	0	0	29	137	23	189
Depreciações e perdas por imparidade	(47)	(5)	(68)	(50)	(15)	(185)
Abates/Alienções	0	(54)	0	0	0	(54)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(8)	0	41	5	48	86
Saldo em 31 de dezembro de 2022	510	16	215	151	224	1.116
Em 1 de janeiro de 2023	510	16	215	151	224	1.116
Adições	485	69	29	96	29	708
Depreciações e perdas por imparidade	(58)	(7)	(36)	(59)	(18)	(178)
Abates/Alienções	0	0	0	0	0	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	26	(3)	0	(4)	(35)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	963	75	208	184	201	1.630

¹ Unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga ("floating, production, storage and offloading unit") - sistema flutuante de produção, construído com base numa estrutura de navio, dotado de capacidade de processamento da produção de petróleo e gás natural, armazenamento líquido e descarga de petróleo para navios (inclui o navio FLNG (*Floating Liquefied Natural Gas*)).

No corrente ano a Galp celebrou novos contratos de arrendamento, sendo os mais relevantes a participação proporcional no navio FLNG (€ 485m), a nova sede (€ 69m) e o novo acordo de afretamento a tempo da APEX (€ 90m).

As responsabilidades por locações são como se segue:

	Unid: € m	
	2023	2022
Análise de maturidade – fluxos de caixa contratuais não descontados	2.649	1.835
Inferior a um ano	309	209
Um a cinco anos	1.038	697
Mais de cinco anos	1.301	929
Responsabilidades por locações na posição financeira consolidada	1.810	1.277
Corrente	267	182
Não Corrente	1.543	1.095

Os montantes reconhecidos nos resultados consolidados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

		Unid: € m	
	Notas	2023	2022
		769	600
Juros relativos a locações	27	102	85
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis ¹		667	515

¹ Inclui locações operacionais de curta duração e com pagamentos variáveis reconhecidos na rubrica de Transporte de mercadorias.

Os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa são como segue:

	Unid: € m	
	2023	2022
Atividades de financiamento	259	217
Pagamentos relativos a locações	157	132
Pagamentos relativos a juros locações	102	85

8. Goodwill

Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas). As diferenças negativas são registadas de imediato nos resultados do exercício.

Imparidade

O valor contabilístico do Goodwill é alocado à respetiva UGC. O valor recuperável é estimado para a UGC à qual pertence. A metodologia do valor em uso é usada para determinar o valor recuperável. O valor em uso representa o fluxo de caixa futuro esperado da UGC, descontado a uma taxa de desconto apropriada que reflete os riscos específicos da UGC. O valor contabilístico do Goodwill é testado anualmente por imparidades.

Vide Nota 5 para detalhes sobre a análise de imparidades.

	Unid: € m	
	2023	2022
	44	70
Galp Comercialização Portugal, S.A. (incorporada na Petrogal)	34	34
Galp Eswatini (PTY) Limited	0	21
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	6	6
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	4	4
Galp Moçambique, Lda.	0	4
Outros	0	1

Durante o exercício de 2023 e 2022, o movimento de Goodwill apresentou-se como se segue:

	Unid: € m
	Goodwill
Saldo em 1 de janeiro de 2023	70
Adições	0
Imparidade	(25)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44
Saldo em 1 de janeiro de 2022	84
Adições	1
Imparidade	(16)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70

As imparidades registadas em 2023, no montante de €25 m, referem-se ao negócio do segmento Commercial em África (ativos do retalho).

As imparidades respeitantes a 2022 são relacionadas com os ativos do retalho (distribuição) em Portugal, sendo que a imparidade do Goodwill foi refletida na demonstração de resultados consolidada na rubrica de "Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos".

9. Participações em associadas e empreendimentos conjuntos

Políticas contabilísticas

Acordos conjuntos e associadas

Os acordos ao abrigo dos quais a Galp concordou contratualmente em partilhar o controlo com outra parte ou partes são considerados como acordos conjuntos. Estes podem ser empreendimentos conjuntos onde as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo, ou operações conjuntas onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações decorrentes dos passivos relacionados com o contrato. Os investimentos em entidades sobre as quais a Galp tem o direito de exercer influência significativa, mas não tem controlo nem controlo conjunto, são classificados como associadas.

Os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e subsequentemente ajustado pela participação da Galp nos resultados líquidos pós-aquisição. Os investimentos também são ajustados pelos dividendos recebidos e pela participação da Galp em outro rendimento integral. O goodwill relacionado com a associada ou empreendimento conjunto está incluído no valor contabilístico do investimento e não é testado separadamente por imparidades.

A demonstração de resultados reflete a participação da Galp nos resultados das operações da associada ou empreendimento conjunto. Qualquer alteração em Outros rendimentos integrais dos investimentos é apresentada como parte dos Outros rendimentos integrais da Galp. Além disso, quando houver uma alteração reconhecida diretamente no capital próprio da associada ou empreendimento conjunto, a Galp reconhece a sua parte de quaisquer alterações, quando aplicável, na Demonstração de alterações no capital próprio. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre o Grupo Galp e a associada ou empreendimento conjunto são eliminados na medida do interesse na associada ou empreendimento conjunto.

As demonstrações financeiras da associada ou empreendimento conjunto são preparadas para o mesmo período de relato que o Grupo Galp.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos aos saldos e resultados do exercício das demonstrações financeiras de empreendimentos conjuntos e associadas para uniformizar as políticas contabilísticas utilizadas com as da Galp. A Galp reconhece os seus ativos e passivos relacionados com interesses em operações conjuntas, incluindo a sua parte de ativos detidos conjuntamente e passivos incorridos em conjunto com outros parceiros.

Imparidade

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Galp determina se é necessário reconhecer uma perda por imparidade no seu investimento na sua associada ou empreendimento conjunto. Em cada período de relato, a Galp determina se existem indícios objetivos de que o investimento na associada ou no empreendimento conjunto tem imparidade registada. Caso existam tais indícios, a Galp calcula o montante da imparidade como a diferença entre o montante recuperável da associada ou empreendimento conjunto e o seu valor contabilístico, e depois reconhece a perda em "Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos" na demonstração de resultados.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Imparidade

Determinar se ocorreram imparidades de ativos requer um elevado nível de julgamento por parte da Administração, especificamente em torno da identificação e avaliação dos indicadores da imparidade ou reversão da imparidade, projeção de fluxos de caixa futuros e taxas de desconto aplicáveis. Os pressupostos-chave utilizados para determinar o montante recuperável do empreendimento conjunto relevante (Coral FLNG), que pertence ao segmento *Upstream*, são divulgados na Nota 5.

Informações sobre acordos conjuntos e associadas encontram-se na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores contabilísticos líquidos dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas eram os seguintes:

	Unid: € m	
	2023	2022
Empreendimentos conjuntos	131	292
Associadas	124	125

Os movimentos em participações financeiras em empreendimentos conjuntos são como se segue:

	Em 31 de dezembro de 2022	Aumento / redução do capital social	Método de Equivalência Patrimonial	Outros ajustamentos	Dividendos	Reclassificações	Em 31 de dezembro de 2023
	292	(182)	(23)	47	(4)	0	131
Coral FLNG, S.A.	279	(174)	(23)	28	0	0	110
Outros empreendimentos conjuntos	13	(7)	0	19	(4)	0	21

Unid: € m

A diminuição no valor de € 174 m na participação do Coral FLNG está relacionada com a reclassificação do "Acordo de empréstimo acionista" para Ativos financeiros não mensurados ao justo valor (Nota 12). O empréstimo sem juros tem uma amortização final em 31 de janeiro de 2035 e foi descontado utilizando taxas de juro correntes de mercado para ativos similares. A diferença entre o montante do empréstimo e o seu justo

valor, que na sua constituição é tratada como uma contribuição para uma participação financeira para a Coral FLNG (sendo apresentado nessa rubrica), totaliza em €76 m.

Seguidamente é apresentado um resumo dos indicadores financeiros dos empreendimentos conjuntos mais significativos a 31 de dezembro de 2023:

	Unid: € m
	Coral FLNG, S.A.*
Total de ativos não correntes	7.247
Total de ativos correntes	624
Dos quais caixa e seus equivalentes	434
Total do ativo	7.871
Total de passivos não correntes	5.783
Dos quais dívida	4.200
Total de passivos correntes	854
Dos quais dívida	-
Total do passivo	6.637
Total de proveitos operacionais	102
Total de custos operacionais	(120)
Resultados operacionais	(18)
Resultados financeiros líquidos	(144)
Resultados antes de impostos	(161)
Imposto sobre o rendimento	28
Resultado líquido do exercício	(133)

* Demonstrações financeiras previsionais à data de fecho utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial, convertidas à taxa de câmbio de fecho e média para os indicadores da demonstração da posição financeira e dos resultados, respetivamente.

Os movimentos em participações financeiras em associadas são como se segue:

	Em 31 de dezembro de 2022	Aumento / redução do capital social	Método de Equivalência Patrimonial	Diferenças cambiais e outros ajustamentos	Dividendos	Reclassificações	Em 31 de dezembro de 2023
	125	(17)	33	(7)	(9)	0	124
Belém Bioenergia Brasil, S.A.	73	(19)	25	3	(3)	0	79
Floene Energias, S.A.	8	0	0	0	0	0	8
Outras associadas	43	2	8	(10)	(6)	0	37

Unid: € m

Para informações comparativas sobre Empreendimentos Conjuntos e Associadas, consultar as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos ascenderam a um ganho de € 10m.

Dividendos recebidos no período adicionado de distribuições com reduções de capital social totalizaram a €31 m (2022: €26 m).

Com base na análise de imparidade efetuada aos investimentos relevantes em empreendimentos conjuntos e associadas, não foram identificados indícios de imparidade e, como tal, não foi registada qualquer imparidade.

Transações com empreendimentos conjunto e associadas

Vide Nota 29 para detalhes sobre a natureza das transações e saldos.

10. Inventários

Políticas contabilísticas

Os inventários, para além do Petróleo bruto detido para venda, encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização. As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

	Unid: € m	
	2023	2022
	1.447	1.361
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	383	276
Petróleo bruto	19	103
Petróleo bruto em trânsito	115	0
Outras matérias-primas	96	126
Gás	4	0
Matérias-primas em trânsito	150	46
Produtos acabados e intermédios	713	811
Produtos acabados e intermédios em trânsito	44	0
Mercadorias	375	389
Reduções de Inventários	(69)	(115)

As alterações nas reduções de inventários são como segue:

	Unid: € m				
	Notas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Mercadorias	Total
Reduções no início do exercício		43	57	14	115
Reduções líquidas	25	(33)	(17)	13	(37)
Outros ajustamentos		0	0	(9)	(9)
Reduções no final do exercício		10	40	18	69

11. Clientes e outras contas a receber

Políticas contabilísticas

As contas a receber são inicialmente registadas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor. A Galp realiza atividades de *Underlifting* e *Overlifting* face à sua quota bruta de petróleo. *Underlifting* e *Overlifting* são práticas comuns da indústria destinadas a otimizar a alocação de custos de transporte entre parceiros. Os pagamentos e recebimentos relacionados com *Underlifting* e *Overlifting* são efetuados numa data subsequente em barris de petróleo bruto, conforme definido pelo contrato de partilha da produção (CPP) aplicável.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Imparidades de contas a receber

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta a perda em caso de *default*. A probabilidade de *default* representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando um *default* ocorre.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Administração relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, a avaliação do risco de crédito avalia a qualidade de crédito do cliente, considerando sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo Conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Administração.

As vendas a clientes do retalho são liquidadas em dinheiro ou utilizando os principais cartões de crédito, reduzindo assim o risco de crédito. Não há concentrações significativas de risco de crédito, seja por exposição a clientes individuais, setores específicos da indústria e/ou regiões.

Como medidas de mitigação adicionais do risco de crédito, faz parte da política de risco global da Galp a utilização de garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

Cientes

	Notas	2023	2022
		1.395	1.464
Cientes		1.507	1.595
Provisões para créditos de cobrança duvidosa		(111)	(131)
Antiguidade da dívida líquida de clientes	Exposição ao risco	1.395	1.464
Não vencidos	Baixo	1.304	1.382
Vencidos até 180 dias	Médio	74	24
Vencidos entre 181 dias e 365 dias	Alto	3	16
Vencidos há mais de 365 dias	Muito alto	14	42
Movimento em provisões para créditos de cobrança duvidosa			
Provisões no início do exercício		131	136
Aumento	25	38	9
Diminuição	25	(50)	(4)
Utilização		(7)	(7)
Outros ajustamentos		0	(3)
Provisões no final do exercício		111	131

Unid: € m

> Índice
> Parte IV
1. 2.

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais



Outras contas a receber

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
		931	305	942	263
Estado e outros entes públicos		109	0	82	0
Outros devedores		328	225	320	167
Blocos não operados		26	0	65	0
<i>Underlifting</i>		108	0	90	0
Outras contas a receber		195	225	165	167
Partes relacionadas		2	0	2	0
Ativos resultantes de contratos		347	48	401	64
Vendas e prestação de serviços realizadas e não faturadas		224	0	323	0
Acertos de desvio tarifário – "pass through"		26	0	27	0
Outros acréscimos de proveitos		97	48	51	64
Custos diferidos		154	32	147	32
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	16	6	11	8	16
Custos diferidos relacionados com serviços		4	11	4	13
Outros custos diferidos		144	11	134	3
Imparidade de outras contas a receber		(10)	0	(10)	0

Unid: € m

A diminuição da dívida dos blocos não operados está essencialmente relacionada com a diminuição dos devedores da Petrogal Brasil, S.A.

Os outros custos diferidos não correntes incluem o montante de €9 m (2022: €1 m) relacionado com o ativo de benefícios pós-emprego (Nota 17). Outros custos diferidos (correntes) incluem €73 m (2022: €85 m) de licenças de CO₂ adquiridas a serem utilizadas essencialmente em 2024 para satisfazer obrigações ambientais.

O saldo outras contas a receber não correntes inclui um montante de €222 m (2022: €164 m) de um depósito judicial referente a uma ação entre o consórcio BM-S-11 e a ANP. A ANP alega que os campos petrolíferos de Lula e Cernambi, que se encontram localizados dentro do BM-S-11, devem ser unificados para fins de PE, contudo o consórcio tem outro entendimento. Assim, o depósito judicial representa parte da diferença entre os dois critérios em discussão.

Vendas e prestação de serviços realizadas e não faturadas diminuíram em comparação com o ano anterior, refletindo um ambiente de preços mais baixos das commodities (gás e eletricidade) no final do ano, bem como de uma menor procura por gás natural.

Os outros acréscimos de proveitos (correntes) incluem principalmente acréscimos relativos a outros proveitos operacionais, enquanto os não correntes incluem desvios de tarifas de gás natural do mercado regulado.

12. Outros ativos financeiros

Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a Outros ativos financeiros, consulte a divulgação na Nota 20.

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
		207	351	339	256
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados- derivados	19	165	96	304	110
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	1	0	3
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e Capital Subscrito		41	235	34	102
Outros		1	19	1	42

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados refere-se a derivados financeiros (nota 19). O aumento da rubrica Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e Capital Subscrito inclui uma reclassificação de um empréstimo de Investimentos em empreendimentos conjuntos no montante de €174 m (nota 9). A 31 de dezembro de 2023, o justo valor do “Acordo de empréstimo acionista” da Coral FLNG ascende a €169 m (Nota 29).

Durante o ano o empréstimo à Galp IPG Matola Terminal, Lda. foi totalmente reembolsado (€39 m).

13. Caixa e seus equivalentes

Políticas contábilísticas

Os montantes incluídos em caixa e seus equivalentes correspondem a valores monetários, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras com vencimento inferior a três meses e que podem ser imediatamente mobilizados com risco de alterações de valor insignificantes.

Para efeitos da demonstração do fluxo de caixa, caixa e seus equivalentes incluem também os descobertos bancários registados na demonstração da posição financeira como empréstimos e descobertos.

Os recursos financeiros incluem caixa e seus equivalentes, títulos e valores mobiliários com vencimento original inferior a três meses e linhas de crédito comprometidas, mas não utilizadas, que expiram após um ano.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os detalhes de caixa e seus equivalentes são os seguintes:

	Notas	2023	2022
		2.071	2.421
Caixa e depósitos bancários		2.200	2.432
Descobertos bancários	14	(129)	(11)

14. Dívida

Política contabilística

Os empréstimos são inicialmente registados pelo justo valor nominal, líquido de gastos incorridos na emissão destes empréstimos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os gastos de financiamento são calculados pela taxa de juro efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo princípio da especialização dos exercícios de acordo com cada contrato de empréstimo.

		2023		2022	
	Notas	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários		575	3.026	800	3.187
<i>Origination fees</i>		0	(6)	(0)	(6)
Empréstimos bancários e papel comercial		150	1.398	39	1.476
Descobertos bancários	13	129	0	11	0
Obrigações e outros títulos de dívida		295	1.634	750	1.717
<i>Origination fees</i>		0	(5)	0	(7)
Obrigações		295	1.139	250	1.224
Outros títulos de dívida		0	500	500	500

O custo médio da dívida financeira no exercício em análise, incluindo encargos com linhas de crédito e descobertos bancários, foi de 3,53% (1,68% em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, do montante total de € 3.601m relativo a dívida total (excluindo linhas de crédito e descobertos), cerca de € 1.489m referem-se a empréstimos com taxa de juro fixa.

O justo valor das Notes era de € 484m em 31 de dezembro de 2023 e € 460m em 31 de dezembro de 2022, mensurado com base em variáveis observáveis de mercado e classificado como Nível 1 da hierarquia do Justo Valor (ver a hierarquia do Justo Valor na Nota 20).

Os empréstimos bancários e obrigações, correntes e não correntes, excluindo *origination fees* e descobertos bancários, têm o seguinte plano de amortização em 31 de dezembro de 2023:

Vencimento	Unid: € m		
	Total	Corrente	Empréstimos Não Corrente
	3.483	445	3.038
2024	445	445	0
2025	543	0	543
2026	784	0	784
2027	1.046	0	1.046
2028 e seguintes	665	0	665

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As variações da dívida durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram como se segue:

	Unid: € m					
	Saldo inicial	Empréstimo obtidos	Amortizações de capital	Movimentações em descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Saldo final
	3.987	1.904	(2.409)	118	(0)	3.600
Empréstimos bancários:	1.520	1.685	(1.654)	118	2	1.671
<i>Origination fees</i>	(6)	0	0	0	0	(6)
Empréstimos bancários e papel comercial	1.515	1.685	(1.654)	0	2	1.548
Descobertos bancários	11	0	0	118	0	129
Obrigações e outros títulos de dívida:	2.467	219	(755)	0	(2)	1.929
<i>Origination fees</i>	(7)	0	0	0	2	(5)
Obrigações	1.474	219	(255)	0	(4)	1.434
Outros títulos de dívida	1.000	0	(500)	0	0	500

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As seguintes obrigações foram emitidas durante o exercício de 2023:

				Unid: € m
Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Vencimento	
	219			
GALP ENERGIA/2023	150	EURIBOR 6M + spread	Março 2028	
GALP PARQUES FOTOVOLTAICOS DE ALCOUTIM/2023	69	EURIBOR 6M + spread	Junho 2043	

Os reembolsos das obrigações emitidas durante o exercício de 2023 foram como segue:

					Unid: € m
Reembolsos	Montante em dívida	Taxa de juro	Vencimento	Reembolso	
	750				
GALP ENERGIA/2017-EMTN-EUR 500.000.000 OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA FIXOS	500	Fixo	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023	
EUR 100.000.000 Obrigações com taxa flutuante com vencimento em 2023	100	EURIBOR 6M + spread	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023	
EUR 150.000.000 Obrigações com taxa flutuante com vencimento em 2023	150	EURIBOR 6M + spread	Março 2023	Março 2023	

Adicionalmente, a Galp reembolsou, durante 2023, €5 m de dívida programada no âmbito de Project Finance.

15. Fornecedores e outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores	1.268	0	1.005	0
Outros credores	1.758	95	1.506	99
Estado e outros entes públicos	421	0	346	0
IVA a pagar	264	0	246	0
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	107	0	88	0
Outros impostos	51	0	12	0
Outras contas a pagar	279	43	331	44
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	184	43	196	44
Outros credores	95	0	135	0
Empresas relacionadas	38	(3)	20	0
Outras contas a pagar	130	11	88	10
Acréscimos de custos	781	23	701	36
Fornecimentos e serviços externos	579	0	515	0
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias e respetivos encargos	102	1	83	6
Outros acréscimos de custos	101	21	103	30
Passivos resultantes de contratos	28	0	17	0
Outros proveitos diferidos	81	21	4	10

Unid: € m

Os montantes registados em fornecedores são maioritariamente referentes a compras de petróleo, gás natural, eletricidade e mercadoria em trânsito nessas datas.

“Estado e outros entre públicos – Outros impostos” incluem um montante de €33 m referente ao montante a pagar relacionado com taxas sobre lucros extraordinários.

A rubrica "Outros credores" inclui €18 m de adiantamentos de Clientes (2022: € 49 m) e € 75 m de contas a pagar a blocos petrolíferos não operados (2022: €89 m).

“Outros proveitos diferidos” incluem €77 m de um sinal relacionado com a venda dos ativos de upstream e Angola (Nota 2.2.2).

16. Impostos, imposto sobre o rendimento e contribuições diferidas

Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Galp.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e dos respetivos montantes para efeitos de tributação e os prejuízos fiscais reportáveis. O montante dos prejuízos fiscais reportáveis é incluído nos ativos por impostos diferidos quanto existem expectativas de que estes venham a ser utilizados em lucros tributáveis futuros. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas no final do período de relato.

O Grupo paga impostos e Participação Especial no âmbito da atividade de *Upstream* que a Empresa classifica como imposto sobre o rendimento e Participação Especial, nomeadamente:

- Imposto sobre o Rendimento Petrolífero (IRP) em Angola, regulado pela Lei 13/04. A taxa aplicável aos contratos de partilha da produção (CPP) é de 50% sobre o *profit oil* dos projetos. O cálculo do IRP é, em todos os aspetos, semelhante a um imposto sobre o rendimento. Assim, as empresas petrolíferas sujeitas ao IRP não estão sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola;
- Participação Especial (PE) no Brasil, regulado pelo Decreto-Lei n.º 2.705 emitido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A PE é uma contribuição, devida trimestralmente, calculada pelas concessionárias de petróleo e gás natural com base na produção de cada projeto. A Participação Especial é calculada sobre um determinado proveito, dos quais qual os custos operacionais relacionados com a produção de hidrocarbonetos são deduzidos. A taxa de PE varia entre 0% e 40%, dependendo do nível de produção do projeto.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Galp está sujeita a imposto sobre o rendimento nas localizações em que opera. Julgamentos e estimativas significativas são necessários para determinar a estimativa global para imposto sobre o rendimento, ativo e passivo por imposto diferido e provisão para posições fiscais incertas.

Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os ativos por impostos diferidos são avaliados pela Administração no final de cada período, tendo em conta as expectativas do desempenho futuro do Grupo (ou seja, o Plano Orçamental), e tais ativos só são reconhecidos se houver uma elevada expectativa de recuperação futura.

Estimativas relativas a posições fiscais incerta

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Administração exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode ser diferente deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o imposto sobre o rendimento corrente a pagar apresenta-se como segue:

	Unid: € m			
	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
	0	3	(311)	(361)
Estado e outros entes públicos	0	3	(311)	(361)

O montante total de imposto sobre o rendimento, IRP, PE e CESE I pago durante o exercício de 2023 ascendeu a €1.355 m (2022: €1.087 m).

Os Impostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram como segue:

	2023			2022		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do período	1.147	(149)	997	1.615	(181)	1.434
Imposto sobre o rendimento	507	(152)	355	771	(180)	591
IRP - Imposto sobre o Rendimento Petróleo	25	2	28	26	(1)	25
PE - Participação Especial	615	0	615	818	0	818

Em 31 de dezembro de 2023 os detalhes da Contribuições Extraordinárias sobre o Setor Energético foram os seguintes:

	Estado e outros entes públicos				Demonstração da posição financeira		Demonstração dos resultados	
	Outros impostos		Taxa sobre lucros extraordinários		Custo diferido "CESE II" (Nota 11)		Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	Taxa sobre lucros extraordinários
			Provisões (Nota 18)		Corrente	Não Corrente		
Em 1 de janeiro de 2023	0	(53)	(133)	(247)	8	16	0	0
Aumento	(95)	0	(11)	(11)	0	0	44	95
Diminuição	0	0	1	0	(3)	(6)	0	0
Utilização	116	0	79	0	0	0	0	0
Outros ajustamentos	(53)	53	0	0	0	0	0	0
31 de dezembro de 2023	(33)	0	(64)	(258)	6	11	44	95

Os "outros ajustamentos" na rubrica de "Taxa sobre lucros extraordinários" dizem respeito a uma reclassificação de "Provisões – Taxa sobre lucros extraordinários" (Nota 18) para a rubrica de "Estado e outros entes públicos – Outros impostos".

Durante o período foi reconhecido um custo de €95 m (2022: €53 m) como "Taxa sobre lucros extraordinários" (€31 m de taxa sobre lucros extraordinário na Península Ibérica e €64 m de taxa sobre lucros extraordinário no Brasil – taxa temporária sobre a exportação de produtos petrolíferos), que foi refletido na Demonstração da posição financeira na rubrica "Estado e outros entes públicos - Outros impostos".

Durante o período foi pago um montante de €116 m, respetivamente a taxas sobre lucros extraordinários (Iberia e Brasil), além de um montante €79 m referente à CESE I (Nota 18).

Adicionalmente, foi reconhecido um custo de €44 m (2022: €34 m) como "Contribuição extraordinária sobre o setor energético" no período, dos quais €14 m foram já pagos.

A rubrica "Estado e outros entes públicos - Outros impostos" do quadro acima refere-se apenas à Taxa sobre lucros extraordinários.

O Grupo Galp opera em várias geografias, através de entidades jurídicas estabelecidas localmente, cujo rendimento tributável é calculado com base nas taxas legais em vigor em cada jurisdição, variando entre 25% em Espanha, 25,8% no Países Baixos, 31,5% em Portugal e 34% no Brasil.

	2023	2022
Taxa efetiva de imposto	38,50%	44,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento da sociedade Galp Energia SGPS, S.A.	31,50%	31,50%
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(0,60%)	(1,30%)
PE- Participação Especial e IRP - Imposto sobre o Rendimento do Petróleo*	24,80%	26,10%
Outros acréscimos e deduções	(17,20%)	(11,80%)

* Os custos relativos a PE, registados na demonstração dos resultados, são dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos apresenta-se como se segue:

	Em 1 de janeiro de 2023	Impacto na Demonstração dos resultados	Impacto em Capital Próprio	Efeito da variação cambial	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos por impostos diferidos	559	70	(19)	4	616
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	126	58	0	2	187
Benefícios de reforma e outros benefícios	73	(7)	0	0	66
Prejuízos fiscais reportáveis	36	(7)	0	0	29
Proveitos permitidos	8	(5)	0	0	2
Provisões temporariamente não aceites fiscalmente	246	(12)	0	2	237
Outros	70	43	(19)	0	95
Passivos por impostos diferidos	(555)	79		0	(476)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(540)	83	0	0	(457)
Proveitos permitidos	(14)	5	0	0	(9)
Outros	(1)	(9)	0	0	(10)

Os prejuízos fiscais relativamente aos quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos foram os seguintes:

	Prejuízos fiscais reportáveis	Ano limite de utilização	Impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	110		27
Espanha	65	Sem limite	16
Moçambique	34	2029	8
Portugal	11	Sem limite	2

Unid: € m

Para além dos €110 m acima referidos, existem €65 m (2022: €105 m) de prejuízos fiscais transitados em Espanha para os quais não foram contabilizados ativos fiscais diferidos, com base no julgamento da Administração relativamente ao calendário provável e ao nível de lucros tributáveis futuros.

17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

Políticas contabilísticas

Planos de contribuição definida

A Galp possui um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes. As contribuições da Galp para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração de resultados no período em que ocorram.

Planos de benefício definido

A Galp tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por uma entidade independente.

Reconhecimento de planos de benefício definido

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este método reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como na utilização de uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade na Zona Euro. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em outro rendimento integral no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados. O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (p.e., ativo) só é reconhecido na medida em que a Galp seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano não é financiado, é reconhecido um passivo pelas obrigações com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos em Custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

Outros benefícios pós-emprego

Juntamente com os planos acima mencionados, a Galp fornece benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e benefícios mínimos (para invalidez e sobrevivência).

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e esperança de vida.

Benefícios pós-emprego

	Notas	2023	2022
Ativo registado na rubrica "Outras contas a receber" (não correntes)	11	9	1
Passivo		(225)	(252)
Responsabilidades líquidas		(216)	(250)
Obrigações, das quais:		(414)	(453)
Serviços passados cobertos pelo Fundo de Pensões		(188)	(202)
Passivos relativos a outros benefícios		(226)	(251)
Ativo		198	203

Obrigações pós emprego

	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados no final do exercício	414	453
RSP no final do exercício anterior	453	500
Custo dos serviços correntes	5	6
Custo de juros	13	7
(Ganhos)/perdas atuariais	(3)	1
Pagamento de benefícios efetuados pelo fundo	(21)	(21)
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(30)	(34)
Alterações ao plano de benefícios	0	0
Cortes - Reformas antecipadas	0	0
Cortes - Pré-reformas	1	1
Cortes - Migração para CD	0	1
Outros ajustamentos	(4)	(8)

A maturidade média dos passivos associados aos planos de benefícios definidos é de 8,3 anos (2022: 8,5 anos).

Em 31 de dezembro de 2023, a repartição do valor esperado dos pagamentos de benefícios futuros para os próximos quatro anos é como segue:

Expetativa de pagamento do Grupo	Unid: € m		
	Total	Benefícios de reforma	Outros benefícios
	97	51	46
2024	29	18	12
2025	26	14	12
2026	22	11	11
2027	20	8	11

Fundo de pensões de benefício definido

	Notas	Unid: € m	
		2023	2022
Valor dos ativos no final do exercício corrente		198	203
Valor dos ativos no final do exercício anterior		203	248
Juro líquido	26	6	4
Contribuição dos associados		0	0
Pagamento de benefícios		(21)	(21)
Cortes		0	1
Ganhos/(perdas) financeiras		10	(29)

A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e outros investimentos e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações e imóveis. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da Bloomberg. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da Bloomberg.

Tipo de ativos 2023	
Liquidez	0%
Outros investimentos	2%
Ações	20%
Imobiliário	22%
Obrigações	56%

	Unid: € m	
	2023	2022
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	8,36%	(10,45%)
Retorno Real dos Ativos do Plano	16	(26)

O número de participantes e beneficiários dos fundos de pensões foi de 5.385 em dezembro de 2023 e de 5.564 em dezembro de 2022.

Custos com benefícios pós-emprego

	Unid: € m		
	Notas	2023	2022
Custo dos serviços correntes	26	5	6
Custo de juros	27	7	3
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais		12	9
Impacto de cortes - reformas antecipadas	26	0	0
Impacto de cortes - pré-reformas	26	1	1
Outros ajustamentos	26	(6)	(9)
Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos		8	1
Contribuição definida	26	6	5
Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida		6	5
Total		14	6

Remensurações

	Unid: € m		
	Notas	2023	2022
		(13)	(30)
Ganhos e perdas reconhecidos através de outro rendimento integral		(13)	(30)
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(23)	(14)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		0	12
Ganho/(perda) financeiro		10	(29)
Outros ganhos/perdas		0	0
Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais	16	0	0

Pressupostos

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2023	2022	2023	2022
Taxa de rendimentos dos ativos	3,75%	3,00%	-	-
Taxa de desconto	3,75%	3,00%	3,75%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários/custos	3% (2024);2% (2025);1% (2026-)	4% (2023-24);1% (2025-)	3% (2024);2% (2025);1% (2026-)	4% (2023-24);1% (2025-)
Taxa de crescimento das pensões	1,50% (2024);1,00% (2025);0,5% (2026-)	[1,40% - 4,00%] -2023-24: [0,5%-1,40%] - 2025-	[1,40% - 3,00%] -2024-25: [0,5%-1,40%] - 2026-	4,00% (2023-24);1,00% (2025-)
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV88/90	TV88/90	TV88/90	TV88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV88/90	TV88/90	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50%EVK80	50%EVK80
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

	Unid: € m	
Taxa de desconto 3,75%		-0,25%
Total	414	8
Benefícios de reforma	263	4
Outros benefícios	151	4

Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

	Unid: € m	
Taxa de Crescimento de 3%		-1,00%
Serviços Passados	132	(13)
		16

18. Provisões e ativos e passivos contingentes

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas unicamente quando: (1) o Grupo tem uma obrigação presente resultante de um evento passado; (2) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (3) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. A Galp calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser efetuada uma estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para custos de descomissionamento e restauração de blocos destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas. O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador, os quais são reconhecidos pela Galp de forma proporcional assim que constrói cada poço produtor. Estas provisões são capitalizadas como parte dos ativos (Nota 5).

As provisões para despesas ambientais surgem principalmente em ligação com instalações de fabrico de produtos petrolíferos, tais como refinaria, logística e instalações de armazenamento. As despesas ambientais necessárias para que o Grupo obtenha benefícios económicos futuros dos seus ativos são capitalizadas como parte desses ativos. As despesas relacionadas com uma condição existente causada por operações passadas que não contribuem para resultados futuros são consideradas despesas. As responsabilidades por custos ambientais são reconhecidas quando surge uma obrigação legal ou construtiva ou quando uma descontaminação é provável e os custos associados podem ser estimados de forma fiável. Tais obrigações também podem concretizar-se durante o período de funcionamento de uma instalação ou de parte dela através de uma alteração na legislação ou através de um compromisso com um plano de ação formal, uma decisão de terminar as operações ou, se anterior, durante o desinvestimento ou o encerramento de instalações inativas. O montante reconhecido é a melhor estimativa para satisfazer a obrigação. As provisões ambientais para descontaminação são estimadas, tendo como base tecnologia existente, preços futuros e atualizadas com uma taxa de desconto nominal.

Outras disposições são reconhecidas no período em que uma obrigação surge, e o montante pode ser razoavelmente estimado.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. A Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos

futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, a Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

Embora a Administração acredite que os montantes totais das provisões para processos judiciais sejam adequados tendo por base as informações atualmente disponíveis, não há garantias de que não ocorrerão mudanças nos factos ou de que os valores de futuros processos, reivindicações, procedimentos ou investigações não sejam materiais.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Provisões para ações judiciais e outros litígios

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registada.

Provisões para descomissionamento

As provisões para custos de descomissionamento e restauração, que surgem principalmente associadas a instalações de produção de hidrocarbonetos e oleodutos, são mensuradas com base nos requisitos, tecnologia e níveis de preços atuais; o valor presente é calculado com base em valores descontados e considerando a vida útil económica dos bens. O passivo é reconhecido (juntamente com o valor correspondente ao ativo tangível em questão) sempre que exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelar um ativo, restaurar o local em que o mesmo está localizado e quando uma estimativa razoável possa ser efetuada. Os efeitos das alterações decorrentes de revisões no prazo ou no valor da estimativa original da provisão são refletidos prospectivamente, ajustando o valor contabilístico do ativo tangível relacionado. No entanto, quando não há ativo relacionado, ou a alteração implica um valor contabilístico nulo, o efeito, ou o valor excedente da redução do ativo relacionado, é reconhecido na demonstração de resultados. A taxa de desconto aplicada em 31 de dezembro de 2023, situou-se entre 3,68% - 4,25% (2022: 3% - 4,6%).

Provisões ambientais

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para o cálculo das suas obrigações conhecidas nomeadamente as obrigações relativas o abandono de instalações e descontaminação de solos, baseados na informação atual relativa a custos esperados e planos de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações da legislação e regulamentos, alterações das condições de uma determinada localização, bem como variação nas tecnologias de reabilitação. Desse modo, qualquer alteração nas circunstâncias associadas a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos, poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estas matérias. O prazo e o valor dos gastos futuros, relacionados com provisões ambientais são revistos anualmente, juntamente com a taxa de juro utilizada no desconto dos fluxos de caixa.

A taxa de desconto aplicada em 31 de dezembro de 2023, situou-se entre 2,11% - 3,63% (2022: 3% - 4,6%).

Os custos de abandono das instalações (desmantelamento) associados à refinação, logística e instalações de armazenamento não são geralmente reconhecidos, uma vez que as potenciais obrigações não podem ser mensuradas, dadas as suas datas de liquidação indeterminadas. Relativamente aos ativos de refinação (Sines), a Administração está a desenvolver planos para as instalações existentes remanescentes na carteira, que seriam compatíveis com a estratégia de Transição Energética da Galp (Nota 2.1). A Galp revê periodicamente os seus ativos de longa duração das instalações de refinaria, logística e armazenamento de forma regular para determinar quaisquer alterações nos factos e circunstâncias, incluindo a vida útil esperada, que possam resultar no reconhecimento de uma provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as provisões apresentavam o seguinte detalhe:

Unid: € m

	Dezembro 2023					Dezembro 2022
	Descomissionamento/matérias ambientais	CESE (I e II)	Taxa sobre lucros extraordinários	Outras provisões	Total	
No início do exercício	715	380	53	282	1.430	1.208
Provisões adicionais e aumento das provisões existentes	33	22	0	58	113	219
Diminuição das provisões existentes	(11)	(1)	0	(1)	(13)	(2)
Utilização no exercício	(6)	(79)	0	(11)	(96)	(30)
Regularizações	52	0	(53)	(44)	(45)	(64)
Ajustamentos no exercício	(14)	0	0	62	48	99
No final do exercício	769	322	0	346	1.437	1.430

Os aumentos e diminuições das provisões durante o exercício apresentam-se como se segue:

Unid: € m

	Processos judiciais	Provisões	Ativos tangíveis	(Ganhos) e perdas financeiras	CESE	Custos diferidos CESE	Resultados de participações financeiras	Outros	Total
2023	34	49	(42)	16	30	(8)	0	22	100
Custos de descomissionamento/ambientais	0	47	(42)	16	0	0	0	1	22
Taxa sobre lucros extraordinários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CESE I e II	0	0	0	0	30	(8)	0	(1)	21
Outras provisões	34	2	0	0	0	0	0	21	57

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Descomissionamento de blocos e custos ambientais

O montante de €769 m inclui essencialmente uma provisão para o abandono de blocos (€389 m), estabelecida para cobrir os custos a incorrer para obrigações de reforma de ativos no final da vida útil dessas áreas (€370 m no Brasil e €19 m em Moçambique) e uma provisão para custos ambientais estabelecida para custos de desmantelamento, descomissionamento e descontaminação da refinaria de Matosinhos (€269 m) e uma provisão para desmantelamento e descontaminação de estações de serviços e parques logísticos (€70 m).

CESE I e II

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica CESE (I e II) - "Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético I e II" no montante de €322 m representa a responsabilidade total à data e corresponde às contribuições efetuadas entre 2014 e 2023. Em 2023, o Grupo pagou um montante de €79 m, relativo à CESE I para os períodos de 2014 a 2017.

Em 2014, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético CESE I), nos termos do artigo n.º 228 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, que declara que as empresas do sector da energia que detém ativos líquidos em determinadas atividades, a partir de 1 de janeiro de 2014, estão sujeitas a um imposto calculado sobre o montante de ativos líquidos elegíveis a partir dessa data.

Em 2015, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, CESE II), nos termos da Lei n.º 33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015, de 28 de maio. A CESE II aplica-se ao valor das vendas futuras, com base nos quatro contratos existentes de fornecimento de GNL de longo prazo, em regime de *take-or-pay*. Em 2017, nos termos da Portaria n.º 92-A/2017 de 2 de março, o valor económico dos contratos *take-or-pay* foi alterado, o que se refletiu no aumento da provisão da CESE.

De acordo com a lei e os regulamentos fiscais, a Galp contabilizou adequadamente a obrigação legal da CESE I e II, embora estas obrigações estejam atualmente sujeitas a litígio legal.

Outras provisões

O valor de €344 m de outras provisões inclui uma provisão de €222 m (2022: €162 m) referente a uma disputa entre a ANP e o consórcio do BM-S-11, conforme explicado na Nota 11 e uma provisão de €26 m (2022: €72 m) relativamente ao compromisso de reembolsar a CESE I aos acionistas da Floene na sequência do contrato de compra e venda. A regularização no período, no valor de €44 m, respeita a uma reversão parcial da obrigação (CESE I) resultante da decisão favorável do tribunal constitucional a uma entidade pertencente ao Grupo Floene Energias, S.A. relativamente ao litígio existente com a autoridade fiscal. Os ajustamentos no período, no valor de €62 m dizem sobretudo respeito ao aumento de €60 m do litígio com a ANP.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa e as suas subsidiárias apresentavam processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de €33 m para os quais provisões no montante de €11 m foram constituídas em anos anteriores.

Não foram reconhecidas provisões para contingências fiscais relacionadas com operações no Brasil no montante de €318 m (2022: €230 m), essencialmente relacionadas com a retenção na fonte (IRRF) e outros impostos ou taxas (PIS/COFINS e CIDE) relacionadas com pagamentos de aluguer de embarcações no exterior (2023: €185 m e 2022: €159 m). Não é esperado que seja requerido um pagamento para satisfazer a obrigação. Caso a Galp seja requerida a pagar tais impostos ou taxas, poderá resultar num potencial passivo de aproximadamente €318 m (€230 m em 2022).

19. Instrumentos financeiros derivados

Políticas contabilísticas

Instrumentos financeiros derivados

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados para cobrir o risco de taxa de juro e outros riscos de mercado, particularmente no que respeita ao risco de variações no preço de petróleo bruto, produtos acabados e margem de refinação, bem como o risco de variação de preço de gás natural e eletricidade que afetam o valor financeiro dos ativos e os fluxos de caixa futuros expectáveis das suas atividades.

Os ganhos e perdas realizados na liquidação financeira das mercadorias (isto é, Brent, eletricidade e gás) futuros e *swaps* são apresentados dentro do custo das vendas, exceto se os futuros de *commodities* forem fisicamente liquidados, enquanto os ganhos e perdas serão registados em vendas como um ajustamento de preço da *commodity* vendida. Alterações de justo valor de posições em aberto são apresentadas em resultados financeiros, na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros. Dado que os futuros são negociados em bolsa, sujeitos a compensação central, os ganhos e perdas são continuamente registados em rendimentos de instrumentos financeiros derivados até à data de maturidade, exceto se designados numa relação de cobertura de fluxo de caixa em que são registados em reservas de cobertura.

Ganhos e perdas realizados com *Forwards* e *Swaps* cambiais são apresentados em Custo das Vendas se estiverem relacionados com transações de *commodities*, caso contrário, são apresentados em resultados financeiros, em diferenças de câmbio realizadas. Alterações ao justo valor de posições em aberto são apresentadas em resultados financeiros, em diferenças de câmbio não realizadas.

Alguns contratos bilaterais de *Title Transfer Facility* – "TTF" que são de entrega física são contabilizados como derivados porque satisfazem o critério de liquidação pelos valores líquidos e não satisfazem o critério de isenção para uso próprio (*own use exemption criteria*). O justo valor desses contratos é apresentado conjuntamente com *Swaps* nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são compensados se a Galp tiver um direito legalmente executável de compensação e se existir intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e passivo em simultâneo.

Os resultados do 1º dia (*Day one gains or losses*) classificados como nível 3 na hierarquia do justo valor não se qualificam para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Estes resultados do 1º dia são divulgados nas demonstrações financeiras e apenas reconhecidos quando os preços se tornam suficientemente observáveis ou à medida que o contrato atinge o seu termo. Os montantes de ganhos cumulativos de MTM do 1º dia não reconhecidos ascendem a €5,7 m (2022: €6,3 m). O montante cumulativo é reconhecido em resultados do exercício durante a vida do derivado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados são designados como de cobertura contabilística se cobrirem fluxos de caixa referentes a preços de *commodities* (riscos associados com transações altamente prováveis de compras de gás). Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo para cobrir o risco de taxa de juro da dívida a taxa flutuante são designados como coberturas de fluxo de caixa qualificadas do risco de taxa de juro. Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes e bancos, reduzindo a ineficácia da cobertura. Alguns derivados que são realizados para gerir riscos, tais como aqueles que gerem riscos globais de posições líquidas de preços de *commodities* (margens petrolíferas) e futuras compras de eletricidade e gás, não qualificam ao abrigo da norma IFRS 9, como coberturas contabilísticas e deste modo são contabilizados como derivados de negociação em que as flutuações do seu justo valor são reconhecidas de forma imediata nos resultados.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados designados em relações de cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas em capital próprio na rubrica de reservas de cobertura.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de reunir as condições para qualificar como instrumento de cobertura de fluxo de caixa, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são acrescidas ao valor contabilístico do ativo que deu origem à transação de cobertura, apenas se o derivado se vendeu e a cobertura é eficiente. De outro modo, se a cobertura não for eficiente, as reavaliações subseqüentes são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados. Se a cobertura for descontinuada porque já não se espera que a transação ocorra, todo o *Mark-to-Market* (MTM) diferido no capital próprio é reclassificado para resultados. Se houver uma alteração no objetivo de gestão de risco, mas ainda se espera que a transação coberta ocorra, o montante na reserva de cobertura de fluxo de caixa é reconhecido em resultados quando a transação anteriormente coberta afeta a demonstração de resultados. A contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vende, é vendido, a Administração altera a estratégia de gestão do risco ou os seus objetivos, ou uma transação deixa de ser altamente provável.

Em 2023, a cobertura da compra prevista de eletricidade altamente provável foi descontinuada e vendeu, sendo que todos os montantes anteriormente diferidos na reserva de cobertura de fluxos de caixa foram reclassificados para resultados com as operações anteriormente cobertas.

Os derivados financeiros são mensurados pelo seu justo valor.

Para mais explicações sobre os métodos de avaliação utilizados e atividades de gestão do risco de derivados vide Nota 20.

A posição financeira dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como segue:

	Unid: € m									
	2023					2022				
	Ativos (Nota 12)		Passivos		Capital Próprio	Ativos (Nota 12)		Passivos		Capital Próprio
Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente		Não Corrente	Corrente	Não Corrente		
	169	96	(100)	(99)	71	304	110	(373)	(48)	18
Derivados designados de cobertura										
Gás										
Swaps	44	29	0	0	74	0	0	0	0	0
Eletricidade										
Futuros	0	0	0	0	0	15	0	0	0	15
Taxa de juro										
Swaps (IRS)	0	2	0	(6)	(4)	0	3	0	0	3
Derivados não designados de cobertura										
Petróleo										
Futuros	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Swaps	1	0	(1)	0	0	125	0	(205)	0	0
Gás										
Futuros	4	0	0	0	0	25	0	0	0	0
Swaps	87	36	(89)	(39)	0	60	29	(155)	(36)	0
Opções	18	2	(7)	(1)	0	0	0	0	0	0
Eletricidade										
Futuros	7	0	0	0	0	13	0	0	0	0
Swaps	8	1	(3)	(53)	0	63	38	(10)	(12)	0
Derivados sobre câmbios										
Forwards	0	0	0	0	0	4	0	(3)	0	0
Taxa de juro										
Swaps (IRS)	0	26	0	0	0	0	40	0	0	0

Os derivados são classificados como corrente e não corrente, conformidade com a data expectável para a sua liquidação.

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobrir a exposição económica principalmente relacionada com alterações nos preços de petróleo, eletricidade

e gás natural e taxas de juro. Os derivados para cobertura das taxas de juro e alguns derivados para cobertura do preço do gás foram designados como coberturas de fluxos de caixa qualificadas.

O nocial dos derivados em aberto e as respetivas maturidades são apresentados abaixo:

		Dezembro 2023		Dezembro 2022	
		Vencimento		Vencimento	
		Menos de 1 ano	1 ano ou mais	Menos de 1 ano	1 ano ou mais
		34	(418)	(48)	(437)
Derivados designados de cobertura					
Futuros de <i>commodities</i>	Compra	0	0	(6)	0
	Vendas	0	0	0	0
<i>Swaps de commodities</i>	Compra	0	0	0	0
	Vendas	126	99	0	0
IRS	Compra	0	(130)	0	(16)
	Vendas	0	0	0	0
Derivados não designados de cobertura					
Futuros de <i>commodities</i>	Compra	(237)	(2)	(875)	(4)
	Vendas	205	2	876	4
<i>Swaps de commodities</i>	Compra	(243)	(291)	(547)	(231)
	Vendas	209	160	525	75
Opções de <i>commodities</i>	Compra	(62)	(8)	0	0
	Vendas	36	5	0	0
IRS	Compra	0	(253)	0	(265)
	Vendas	0	0	0	0
<i>Forwards e swaps cambiais</i>	Compra	0	0	(43)	0
	Vendas	0	0	22	0

Nocial = Preço Fixo x Quantidades

Unid: € m

O impacto contabilístico em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados é apresentado no quadro seguinte:

	2023				2022				Unid: € m
	Demonstração dos resultados			Capital Próprio	Demonstração dos resultados			Capital Próprio	
	MTM	Real (Nota 25)	MTM + Realizado		MTM	Real (Nota 25)	MTM + Realizado		
	(23)	47	24	53	787	(983)	(196)	(13)	
Derivados designados de cobertura									
Gás									
Swaps (Cobertura de fluxo de caixa)	0	0	0	74	0	0	0	0	
Eletricidade									
Futuros	0	0	0	(15)	0	35	35	(34)	
Swaps	0	0	0	0	0	(12)	(12)	18	
Taxa de juro									
Swaps (IRS)	0	1	1	(7)	0	0	0	3	
Derivados não designados de cobertura									
Petróleo									
Futuros	0	0	0	0	0	10	10	0	
Swaps	80	(77)	3	0	(84)	(363)	(447)	0	
Opções	0	0	0	0	4	(4)	0	0	
Gás									
Futuros	(97)	140	43	0	590	(899)	(308)	0	
Swaps	95	(5)	89	0	318	153	471	0	
Opções	13	0	13	0	0	0	0	0	
Eletricidade									
Futuros	32	(45)	(13)	0	1	(40)	(39)	0	
Swaps	(131)	20	(111)	0	(44)	78	34	0	
Derivados sobre câmbios									
Forwards	0	5	5	0	(19)	59	40	0	
Taxa de juro									
Swaps (IRS)	(14)	8	(6)	0	21	0	21	0	

O MTM relativo a *Swaps e Forwards* cambiais (2023: nulo) é reconhecido em Resultados Financeiros dentro das variações cambiais e os montantes realizados são reconhecidos em Outros custos operacionais (€5 m) entre a liquidação de outras Divisas de Faturação com Clientes e Fornecedores.

A posição financeira de 2023 mostra no capital próprio, sob a rubrica de Reservas de cobertura, o montante positivo de €71 m relativo às coberturas de fluxo de caixa. A cobertura de fluxo de caixa refletida em capital próprio, quando liquidada, é reclassificada para a demonstração de resultados no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos expectáveis afetam o resultado (quando a venda do derivado de cobertura acontece). O montante de instrumentos de cobertura liquidados relativamente a coberturas de fluxos de caixa ascende a € 1m positivo em 2023 e € 23m positivos em 2022 e foi reconhecido na rubrica Custo das vendas.

Em 2022 as posições fechadas com futuros sobre commodities incluem um custo de €401 m, relacionado com futuros do gás que foram realizados fisicamente em Bolsa, que foi refletido em vendas como um ajustamento ao preço do gás vendidos (Nota 24).

Estimativa contabilística significativa

O MTM não realizado sobre *swaps* não atribuídos (no valor de €131 m) inclui MTM negativos (no valor de €119 m), relativos a Contratos de Aquisição de Energia (CAE) Sintéticos de projetos solares em Espanha, para os

	Unid: € m	
	2023	2022
	(22)	806
<i>Swaps de commodities</i>	44	170
Opções	13	4
Futuros de <i>commodities</i>	(65)	591
Swaps de taxa de juro (IRS)	(14)	41
Outras operações de negociação	(0)	0

A tabela acima inclui o MTM de todos os derivados financeiros, exceto derivados cambiais que são contabilizados na rubrica Variação cambial.

quais a avaliação do justo valor não se baseou em dados observáveis de mercado (Nível 3). Os derivados têm várias datas de início, sendo que o primeiro teve início no segundo semestre de 2020, e todos têm uma vida útil de cerca de 12 anos. Incluída nestes estes Contratos de Aquisição de Energia Sintéticos, encontra-se uma quantidade fixa de Garantias de Origem transferida dos projetos solares para a Galp no mesmo período. Todo o acordo é registado como uma única unidade contabilística ao Justo valor por resultados sem que haja separação contabilística respeitante às Garantias de Origem.

Os *inputs* no modelo de avaliação incluem volumes contratuais fixos, preços de eletricidade previstos, seleção do cenário para o preço *forward* e imposto sobre a produção de energia em Espanha.

A estimativa do justo valor é altamente sensível a mudanças em *inputs* não observáveis e as mudanças nesses inputs podem resultar numa mensuração do justo valor significativamente superior ou inferior. O MTM total destes CAE em 31 de dezembro de 2023 é de € 48m.

A rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros inclui o valor potencial de MTM de derivados de *commodities*, conforme o quadro abaixo:

A maturidade dos derivados apresentados no passivo na demonstração da posição financeira são como segue:

	Unid: € m			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	2 anos ou mais	Total
2023				
<i>Swaps de commodities</i>	93	51	41	185
IRS	0	0	6	6
<i>Opções de commodities</i>	7	1	0	7
2022				
<i>Swaps e opções de commodities</i>	370	35	13	418
<i>Forwards de taxas de câmbio</i>	3	0	0	3

De salientar que, apesar da atual posição passiva ser no valor de € 198 m (2022: €422 m), o Grupo Galp tem atualmente posições ativas no valor de € 165 m (2022: €414 m) relacionadas com derivados a receber. A posição líquida é uma responsabilidade de €33 m (2022: €8 m).

20. Ativos e passivos financeiros

Políticas contabilísticas

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e efetua uma reavaliação no final de cada período de relato, se, e apenas se, ocorrer uma mudança no modelo de negócio. Para passivos financeiros, a alteração da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas a partir da data de negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através de resultados são, subsequentemente, registados ao justo valor. As divulgações de justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no final do período de relato.

Contudo, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao custo, como uma aproximação do seu justo valor. Uma vez que não são cotados numa bolsa de valores, não se encontra disponível informação recente que permita estimar o seu justo valor de forma fiável, e os montantes em questão são imateriais.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos a receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativos financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são mantidos exclusivamente para pagamentos de capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado através do método do juro efetivo, deduzidos de imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor com base numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração.

A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – O justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2 – O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Estimativas contábilísticas e julgamentos

Quando os justos valores dos ativos e passivos financeiros registados na demonstração da posição financeira não podem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, o seu justo valor é mensurado através de técnicas de avaliação interna, incluindo o modelo dos fluxos de caixa descontados (FCD). Os *inputs*

para estes modelos são retirados de mercados observáveis sempre que possível, mas quando tal não é viável, é necessário um certo grau de julgamento para estabelecer justos valores. Os julgamentos incluem considerações de *inputs* tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas metodologias de avaliação e nos pressupostos associados a estes fatores podem afetar o justo valor reportado dos instrumentos financeiros.

		Mensuração do justo valor usando				Unid: € m
2023		Total do Justo valor	Cotações em mercados ativos (Nível 1)	<i>Inputs</i> observáveis no mercado (Nível 2)	<i>Inputs</i> não observáveis no mercado (Nível 3)	Valor contábilístico
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
	Nota					
<i>Swaps</i>	19	236	0	236	0	236
Opções	19	18	0	18	0	18
Futuros de <i>commodities</i>	19	7	7	0	0	7
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Investimento de capital	12	1	0	0	1	1
		262	7	254	1	262
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e Capital subscrito	12	277	0	0	277	277
Cientes e outras contas a receber	11	2.631	0	0	2.631	2.631
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
<i>Swaps</i>	19	(191)	0	(149)	(42)	(191)
Opções	19	(7)	0	(7)	0	(7)
		(198)	0	(156)	(42)	(198)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e papel comercial	14	1.547	0	1.547	0	1.547
Fornecedores e outras contas a pagar	15	3.121	0	0	3.121	3.121
Obrigações	14	1.434	0	1.434	0	1.434
Notas	14	484	484	0	0	500

Unid: € m

2022	Nota	Mensuração do justo valor usando				Valor contabilístico
		Total do Justo valor	Cotações em mercados ativos (Nível 1)	Inputs observáveis no mercado (Nível 2)	Inputs não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
<i>Swaps</i>	19	355	0	265	90	355
Futuros de <i>commodities</i>	19	53	53	0	0	53
<i>Forwards</i>	19	4	4	0	0	4
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Investimento de capital	12	3	0	0	3	3
		414	56	265	93	414
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e Capital subscrito	12	136	0	0	136	136
Clientes e outras contas a receber	11	2.669	0	0	2.669	2.669
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
<i>Swaps</i>	19	(418)	0	(399)	(19)	(418)
<i>Forwards</i>	19	(3)	(3)	0	0	(3)
		(421)	(3)	(399)	(19)	(421)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e papel comercial	14	1.515	0	1.515	0	1.515
Fornecedores e outras contas a pagar	15	2.609	0	0	2.609	2.609
Obrigações	14	1.474	0	1.474	0	1.474
Notas	14	959	959	0	0	1.000

> Índice
> Parte IV
1. 2.

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais



21. Gestão de riscos financeiros

Política contabilística

O Grupo Galp dispõe de normas, modelos, metodologias e sistemas para apoiar a identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos diferentes riscos a que está exposto, nomeadamente os riscos financeiros, e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas aplicáveis a toda a Empresa.

A Administração avaliou os seguintes riscos relevantes:

Tipo	Exposição ao risco
Risco de preço de <i>commodities</i>	Alto
Risco da taxa de câmbio	Médio
Risco de taxa de juro	Médio
Risco de Liquidez e Seguro	Alto
Risco de crédito	Médio

Risco da volatilidade do preço de *commodities*

Fatores como as incertezas macroeconómicas, os riscos geopolíticos (incluindo o conflito prolongado na Ucrânia e uma potencial escalada do conflito entre Israel e o Hamas), os riscos tecnológicos, as restrições de abastecimento e as circunstâncias operacionais podem ter impacto na oferta e na procura de petróleo, produtos petrolíferos, gás natural, GNL e eletricidade. Alterações nos padrões de consumo, aumento da procura de soluções com menor emissão de dióxido de carbono, catástrofes naturais e situações extremas como pandemias podem também afetar a procura e a oferta de petróleo e gás, influenciando os preços destas matérias-primas.

O risco de volatilidade nos preços de *commodities* é mitigado através de instrumentos de cobertura disponíveis na bolsa e no mercado de balcão (OTC - *Over-the-Counter*), tais como Futuros e *Swaps*. (Nota 19). A gestão destes riscos encontra-se estabelecida numa política de risco específica, incluindo estratégias de cobertura, bem como limites de exposição. O programa estratégico de cobertura é anualmente definido/revisto.

Adicionalmente e em relação às atividades petrolíferas, de gás natural e de eletricidade, o Grupo mitiga este risco pelo estabelecimento de compra e venda de brent, gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

Análise da sensibilidade ao preço das commodities

A análise de sensibilidade foi efetuada para saldos relacionados com derivados financeiros sobre *commodities*. Uma desvalorização imediata de 10% no preço das *commodities* abaixo indicadas teria impacto nos resultados da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Derivados sobre <i>commodities</i> de gás natural ¹	84	(2)	13	(1)
Contratos TTF (Gás natural)	0	0	(90)	10
Derivados de <i>commodities</i> de petróleo	4	0	(79)	12
Derivados de eletricidade ²	(42)	4	91	(31)

¹ Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa em 31/12/2023.

² Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa em 31/12/2022.

Risco da taxa de câmbio

Associado a fatores macroeconómicos, o risco de taxa de câmbio resulta das flutuações das taxas de câmbio das divisas em que a Empresa desenvolve a sua atividade e em que prepara as suas demonstrações financeiras. O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural., contudo, a Galp prepara as suas demonstrações financeiras em Euros, o que, entre outros fatores, expõe as suas operações ao risco cambial. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tendo em conta que este risco está associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, e que o nível de exposição dos fluxos de caixa, e sobretudo a demonstração da posição financeira, é função destes preços.

O Grupo adota uma abordagem cautelosa na cobertura do risco cambial, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e o fluxo de caixa.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial numa base integrada e não numa base de transação individual, exceto em casos específicos. Visto que o objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio, a Galp gera o seu risco centralmente através de instrumentos financeiros de taxa de juro variável e fixa e derivados de cobertura. Em 31 de dezembro de 2023, para minimizar o risco de câmbio, a Galp detinha contratos derivados como FX *Forwards* e *Swaps* cambiais (Nota 19).

Análise de sensibilidade à variação cambial

A análise de sensibilidade inclui os saldos significativos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira com impacto na demonstração dos resultados da Galp. Uma desvalorização de 10% do Euro em relação a outras moedas teria impacto nos resultados da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Empréstimos obtidos e Dívida com Locações	(83)	(8)	(94)	(9)
Títulos e valores mobiliários (incluídos em Caixa e seus equivalentes)	50	4	222	22
Derivados ¹	0	0	(78)	(6)
Cientes e outras contas a receber	535	54	379	38
Fornecedores e outras contas a pagar	(290)	(29)	(830)	(83)

¹Inclui derivativos em USD e FX *Forwards*, tendo em consideração flutuações no MTM.

Taxa de câmbio das principais moedas

	2023		2022	
	Média	Final do exercício	Média	Final do exercício
EUR/USD	1,08	1,10	1,05	1,07
EUR/BRL	5,40	5,36	5,44	5,64
USD/BRL	5,00	4,87	5,17	5,22
EUR/CHF	1,08	0,93	1,01	0,99

Risco da taxa de juro

O risco de taxa de juro, associado à volatilidade das taxas de juro de empréstimos bancários ou de outros instrumentos de dívida, a que a Empresa recorre para financiar as suas atividades,

a dívida da Galp, principalmente empréstimos bancários e obrigações remuneradas, está exposta à volatilidade das taxas de juro, decorrente de fatores económicos e políticos. Alterações adversas nas taxas de juro podem ter um efeito adverso material no desempenho financeiro da Galp e nos seus resultados.

Para reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados, a Galp gere o risco de taxa de juro centralmente através de instrumentos financeiros de taxa de juro variáveis e fixa, bem como derivativos de cobertura, seguindo uma política de gestão de risco de taxa de juro. Em 31 de dezembro de 2023, a Galp detém posições em derivativos de taxa de juro (IRS) para cobrir a variabilidade das taxas de juro dos empréstimos de financiamento de projetos.

Análise sensibilidade à taxa de juro

A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos com taxa de juro variável. Um aumento de 0,5% na taxa de juro teria impacto no resultado financeiro da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Empréstimo obtidos	(3.600)	(9)	(4.000)	(9)
Juros a taxa fixa	(1.607)	0	(1.441)	0
Juros a taxa variável	(1.992)	(9)	(2.559)	(9)
Derivados (IRS) ⁽¹⁾	22	5	43	6
Títulos e valores mobiliários	1.316	0	864	1

Unid: € m

Nota: Caixa e seus equivalentes na Demonstração da Posição Financeira compreende títulos e valores mobiliários

¹Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa.

Os derivados de taxa de juro reduzem a exposição a flutuações da taxa de juro nos resultados relativamente a empréstimos para financiamento de projetos no Grupo Titan.

Risco de Liquidez e Seguro

O risco de liquidez está associado com a capacidade de se aceder aos mercados financeiros e de capital para obter os recursos necessários financeiros para a execução da estratégia da Galp. O risco de seguro está associado a uma menor apetência das seguradoras para o sector do Petróleo e do Gás. A incapacidade de aceder a fundos para financiar a sua estratégia e obter cotações de seguros para os seus projetos de investimento pode ter um efeito negativo no lucro e/ou fluxo de caixa do Grupo.

A Galp financia-se a si própria através do fluxo de caixa gerados pelas suas operações e mantém uma carteira diversificada de empréstimos e obrigações. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito, cujos montantes não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Os plafonds de crédito disponíveis, mas não utilizados de curto prazo e médio-longo prazo ascendem a € 1,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 1,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2022). A Galp dispõe ainda de caixa e seus equivalentes disponíveis para uso no montante de € 2,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 2,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2022). O montante agregado destes valores ascende a € 3,8 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 4,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2022).

No que respeita a seguros, a Galp conta com um amplo Programa de Seguros (danos materiais, responsabilidade civil de terceiros, interrupção de negócios, responsabilidade ambiental, crédito comercial, entre outros) alinhado com a sua estrutura empresarial e a apetência pelo risco.

Risco de crédito

O risco de crédito surge quando existe a possibilidade de uma contraparte puder não satisfazer totalmente as suas obrigações de pagamento contratualizadas, incluindo aquelas respeitantes a participações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionado com taxa de câmbio, taxas de juro ou outros), bem como aquelas resultantes de relações comerciais entre a Empresa e as suas contrapartes, que estão associadas ao risco da contraparte.

O risco de crédito é mitigado através de uma carteira diversificada de ambas as contrapartes financeiras e clientes, a seleção de contrapartes financeiras de referência, a atenção cuidada na redação dos contratos incluindo termos comerciais apropriados e o estabelecimento de colaterais quando for relevante. A gestão deste risco segue normas internas, nomeadamente o Manual de Gestão de Crédito, que estabelece procedimentos para avaliar a exposição ao risco de crédito e assegura a sua gestão transversal. O *rating* de risco é atribuído a cada cliente, de modo a estabelecer o seu limite de crédito e calcular o rácio respetivo de risco-retorno (i.e. Índice de Sharpe).

Ver Nota 11 para mais avaliações de risco, especificamente no que diz respeito a Clientes e outras contas a receber.

22. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Galp apresenta um capital próprio no valor de €5,3 mil milhões (2022: €5,1 mil milhões).

Capital social, distribuição aos acionistas e resultado por ação

Capital social

O capital social da Galp Energia SGPS, S.A. é constituído por 773.082.725 ações, com valor nominal de 1 Euro cada uma, integralmente subscrito. Durante 2023, a Galp levou a cabo o seu programa de recompra de €500 m. Foram adquiridas 42.028.823 ações a um preço médio de €11,90 por ação. Estas ações foram canceladas em 31 de dezembro de 2023 (Nota 2.2.5).

Distribuição aos acionistas

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2023, os acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. receberam dividendos no montante de €425 m (€ 0,52/ação) relativos à distribuição do resultado líquido do exercício de 2022, o qual foi pago a 20 de setembro de 2022 (€213 m) e a 23 de maio de 2023 (€209 m), de acordo com as ações em circulação na data de pagamento. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023, foi pago um dividendo antecipado no valor de €213 m (€0,27/ação) relativo aos lucros do ano de 2023, a 25 de agosto de 2023. Foram pagos dividendos, no montante de €169 m (2022: €245 m), pelas subsidiárias do grupo Galp aos acionistas não-controladores durante 2023.

Em resultado do acima exposto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo pagou dividendos no montante de €591 m (2022: €665 m).

Outras reservas

As outras reservas da demonstração da posição financeira ascendem a €1.449 m e referem-se a reservas de conversão acumuladas de (€128 m), reservas de cobertura de fluxos de caixa de €48 m (líquidas de impostos diferidos), incentivos de pagamento com base em ações (reserva de incentivos de longo prazo (LTI)) de €25 m e outras reservas de €1.504 m.

23. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio é como segue:

Unit: € m					
31/12/2022	Resultado líquido do exercício	Reservas de conversão cambial	Dividendos	Liquidação do Carrigo Cogeração	31/12/2023
956	209	-46	-197	-2	920

Os dividendos durante 2023 foram atribuídos principalmente à Sinopec (participação detida na Petrogal Brasil, S.A.).

24. Proveitos e ganhos

Políticas contabilísticas

Para os segmentos Industrial & *Midstream*, Comercial, Renováveis e Novos Negócios, o rédito é reconhecido quando a Galp satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir os produtos ou serviços prometidos ao cliente. O produto é transferido quando o cliente obtém o controlo do mesmo.

As vendas são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, com exceção do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, descontos e abatimentos.

Para o segmento *Upstream*, o rédito resultante da produção de hidrocarbonetos de propriedades em que a Galp tem interesse em acordos conjuntos é reconhecido com base no interesse participativo da Galp (*entitlement method*). O rédito resultante da produção de petróleo ao abrigo de contratos de partilha de produção é reconhecido pelos montantes relativos às recuperações de custos da Galp e à parte da Galp na produção restante.

Conforme mencionado na Nota 11, a Galp realiza operações de *underlifting* e *overlifting*. No caso do *underlifting*, o parceiro efetua um levantamento de barris que já pertencem à Galp e efetua uma venda por conta do Grupo. Assim, os rendimentos de *underlifting* são reconhecidos por contrapartida de um ativo (devedor). No caso do *overlifting*, esta situação ocorre quando a Galp efetua um levantamento de barris aos quais ainda não tem direito. Estes montantes são apresentados em Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais (Nota 25), respetivamente.

A variação cambial decorrente dos saldos de fornecedores e clientes é reconhecida nos resultados operacionais.

O princípio contabilístico descrito na IFRS 15 considera o enquadramento Principal vs. Agente em relação ao custo incorrido e bens e serviços prestados. Tendo em conta o anteriormente exposto, a Galp analisou, entre outras, a atividade de comercialização de Gás Natural, nomeadamente no que se refere às tarifas de eletricidade e de gás pagas às entidades de distribuição e reconhecidas como custos. Os serviços prestados ou prometidos a clientes finais contêm o custo das tarifas incluídas no preço e são reconhecidos como proveito operacional. A Galp concluiu que cada prestação contratual para fornecer o bem ou serviço especificado é da responsabilidade do Grupo, controlando assim os bens ou serviços fornecidos ao cliente, antes de os entregar aos clientes finais. A Galp atua, portanto, como principal e não como Agente no cumprimento das suas obrigações contratuais.

	Notas	2023	2022
			Unid: € m
Total de vendas		21.394	28.188
Mercadorias		10.121	14.875
Produtos		10.333	11.609
Prestação de serviços		314	355
Outros proveitos operacionais		441	321
<i>Underlifting</i>		24	55
Outros		417	265
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	49	152
Proveitos financeiros	27	134	877

A prestação de serviços inclui, entre outros, a recarga de custos relacionados com tarifas de eletricidade e gás, serviços de armazenamento e logística, transporte de mercadorias e serviços de transporte.

Outros proveitos operacionais - outros incluem principalmente o redébito de despesas com o transporte de mercadorias e outras despesas e encargos a terceiros para a utilização de ativos de gás associados à atividade do segmento *upstream*.

Em 2022, "Vendas – Mercadorias" incluiu um efeito negativo de 401 m relacionado com um ajustamento ao preço do gás vendido devido ao fecho de posições de Futuros (Nota 19).

Os Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos no valor de €49 m incluem equivalência patrimonial de associadas e empreendimentos conjuntos de €10 m (Nota 9) e um ganho de €39 m essencialmente resultante de uma reversão parcial da provisão da CESE I assumida pela Galp em relação à Floene Energias, S.A. (€44 m) e uma imparidade de €5 m relacionada com uma participação minoritária detida numa entidade de investigação.

25. Custos e perdas

Os custos operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 detalham-se como segue:

	Notas	2023	2022
Unid: € m			
Total de custos:		18.807	24.942
Custo das vendas		14.580	20.920
Matérias-primas e subsidiárias		3.123	4.352
Mercadorias		8.837	13.682
Imposto sobre produtos petrolíferos		2.494	2.402
Variação da produção		121	(304)
Imparidade de inventários	10	(36)	70
Custos com emissões de CO ₂		74	81
Derivados financeiros	19	(33)	640
Variação cambial		(0)	(2)
Fornecimentos e serviços externos		2.224	1.888
Subcontratos - utilização de redes		88	176
Transporte de mercadorias		338	249
E&P – Custos de Produção		392	167
Royalties		282	345
E&P – Custos de Exploração		14	25
Outros custos		1.110	926
Custos com o pessoal	26	450	370
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	5/6/7	987	1.380
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	11/18	162	133
Outros custos		189	88
Outros impostos		49	39
Outros custos operacionais		140	49
Custos financeiros	27	215	164

A rubrica Subcontratos – utilização de redes refere-se a encargos pelo uso de: (i) rede de distribuição (URD); (ii) rede de transporte (URT) e (iii) sistema global (UGS), conforme incluído no preço das tarifas.

O montante de €282 m relativo a royalties refere-se majoritariamente à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. Os *royalties* são calculados com base numa taxa aplicável de 10% sobre os volumes de produção na proporção da participação da Galp valorizada ao preço de referência da ANP.

"Outros custos" inclui, entre outros, subcontratos e serviços especializados, custos de transporte, aluguer, custos de seguros, eletricidade, vapor, água e combustível, custos de armazenamento e manutenção e reparação.

Os derivados financeiros incluem a liquidação financeira dos derivativos, com exceção dos derivativos cambiais que são reconhecidos em outros custos (€ 5m positivos) (2022: €59 m).

26. Custos com o pessoal

Políticas contabilísticas

Custos com o pessoal

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Galp.

Remuneração do Conselho de Administração

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

Pagamento baseado em ações

O custo das transações liquidadas com empregados com instrumentos patrimoniais é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital na data em que são concedidos e é reconhecido como uma despesa a partir da data da concessão durante o período de aquisição com um correspondente aumento (crédito) diretamente no capital próprio. A Galp mensura o justo valor dos serviços recebidos por referência ao justo valor dos instrumentos de capital concedidos.

O custo das transações liquidadas em dinheiro é reconhecido como um custo durante o período de aquisição, mensurado por referência ao justo valor do correspondente passivo que é reconhecido na posição financeira (como outras contas a pagar). O passivo é remensurado ao justo valor em cada data de reporte até à liquidação, sendo as alterações no justo valor reconhecidas na demonstração de resultados (como custos com pessoal).

	Notas	2023	2022
		Unid: € m	
Custos com o pessoal		450	369
Capitalização de custos com o pessoal		0	0
Total de custos com o pessoal do exercício		450	369
Remunerações dos órgãos sociais		5	8
Remunerações do pessoal		336	274
Encargos sociais		76	63
Benefícios de reforma - pensões e seguros	17	8	4
Outros seguros		13	11
Variação cambial		0	0
Outros custos		12	10
Remunerações dos órgãos sociais		5	8
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS		4	6
Remunerações e prémios		3	5
Contribuições para fundos de pensões		1	1
Órgãos sociais das subsidiárias		1	1
Remunerações e prémios		1	1
Número de empregados a tempo integral no final do ano		7.054	6.715

Os planos de remuneração de empregados baseados em ações são de incentivos de longo prazo (LTI). A atribuição de ações da empresa no âmbito dos LTI é garantida sob certas condições a empregados elegíveis. O número real de ações que podem ser adquiridas varia entre 0% e 160% dos prêmios, dependendo do resultado das condições de desempenho prescritas durante um período de três anos com início em 1 de janeiro do ano do plano. O plano LTI compreende um plano de incentivos contínuo de 3 anos, sendo que em cada ano será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia SGPS,

S.A.. O valor total acumulado registado em Capitais Próprios com o plano de remuneração baseado em ações é de €25 m em 31 de dezembro de 2023 e o valor reconhecido como custo foi de €23 m. Os outros antigos planos de LTI para empregados que eram pagos em dinheiro foram cancelados.

Os planos LTI por triénio e valores acumulados reconhecidos em Capital Próprio por contrapartida de Resultados do exercício são conforme se segue:

	Unid: €m
	2023
Total	25
Plano 1 (2021-2023)	8
Plano 2 (2022-2024)	13
Plano 3 (2023-2025)	4

27. Proveitos e custos financeiros

Políticas contabilísticas

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos e obrigações, locações e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de custos financeiros na demonstração dos resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

	Notas	2023	2022
		(81)	713
Proveitos financeiros		134	877
Juros de depósitos bancários		108	51
Juros obtidos e outros proveitos relativos a partes relacionadas		21	11
Outros proveitos financeiros		5	9
Resultados de instrumentos financeiros derivados	19	0	806
Custos financeiros		(215)	(164)
Juros de empréstimos, obrigações, descobertos bancários e outros		(121)	(61)
Juros suportados relativos a partes relacionadas		0	(1)
Juros capitalizados nos ativos fixos	5	49	30
Juros relativos a locações	7	(102)	(85)
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios	17	(7)	(3)
Encargos relacionados com empréstimos e obrigações		(10)	(10)
Ganhos/(perdas) cambiais líquidas		29	(8)
Resultados de instrumentos financeiros derivados	19	(22)	0
Outros custos financeiros		(32)	(26)

No período homólogo anterior os proveitos financeiros de €877 m referem-se maioritariamente a resultados com instrumentos financeiros derivados de €806 m. Este ganho decorreu principalmente de derivados cujo saldo era passivo em 2021 (perdas) com vencimento em 2022, sendo as perdas de MTM realizadas apresentadas em custo das vendas e vendas. O impacto negativo da liquidação de derivados (€983 m) em relação à liquidação líquida financeira encontra-se refletido no Custo das Vendas (€640 m negativos) (Nota 25), a liquidação de derivados cambiais (€59 m positivos) está refletida em outros custos (Nota 25) e a liquidação física de derivados com gás vendido (€401 m negativos) em Vendas (Nota 24).

28. Compromissos

As obrigações contratuais e os passivos não correntes reconhecidos detalham-se como se segue (pagamentos devidos em cada período):

	Unid: € m			
	1-3 anos	4-5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Obrigação total reconhecida na demonstração da posição financeira	78	38	101	216
Benefícios pós-emprego	43	16	1	60
Outros benefícios	35	22	99	157
Obrigação total não reconhecida na demonstração da posição financeira	3.092	861	10.867	14.820
Compras de gás natural	4.134	1.789	13.772	19.695
Vendas de gás natural	(1.042)	(928)	(2.905)	(4.874)

Estes contratos exigem uma quantidade mínima de compra e estão sujeitos a mecanismos de revisão de preços indexados a cotações internacionais de petróleo/gás. Os valores foram calculados com base nos períodos remanescente de cada um dos diferentes contratos, e, pressupondo a gestão dos preços futuros do gás natural em 31 de dezembro de 2023.

Decorrente das suas operações comerciais, o Grupo celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

	Unid: € m	
	2023	2022
Garantias prestadas	10.956	9.492
Rio Grande LNG, LLC	1.962	2.032
Venture Global, LLC	1.810	1.875
Acordo de Afretamento FPSO	1.778	1.516
Projeto Coral South FLNG	445	472
Grenergy	155	155
Cercena Investments, S.L.U.	125	151
Garantias associadas a energia solar prestadas a organismos estatais	75	53
ANP - Brasil	50	23
Petrobras	35	38
Outras relacionadas com atividades principais	4.521	3.177

Ao abrigo dos contratos com Venture Global LLC e Rio Grande LNG LLC, relacionados com o Contrato de Compra e Venda de GNL, a Galp emitiu garantias da empresa-mãe no valor total do contrato de €1.810 m (2022: €1.875 m) e €1.962 m (2022: €2.032 m), respetivamente.

Em relação aos quatro acordos de afretamento para FPSOs, a Galp emitiu garantias da empresa-mãe no valor total de €1.778 m (2022: €1.516 m), em nome da Tupi, B.V., que representa a proporção da Galp no consórcio BM-S-11.

Ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS S.A. tem vindo a emitir garantias da empresa-mãe em relação ao contrato *Debt Service Undertaking* (DSU) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção da sua participação. Esta garantia expira na "data real de conclusão" (estimada para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Galp na obrigação ascendia a €401 m (2022: €425 m). Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS SA presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos") um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG, o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Galp na responsabilidade assumida relativa à ENH ascendia a €45 m (2022: €48 m).

O Grupo celebrou um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) com a X-Elio (também referida como Cercena Investments) e com a Grenergy por forma a fornecer energia solar e para os quais foram providenciadas garantias da empresa-mãe no valor de €125 m e €155 m, respetivamente (2022: €151 m e €155 m, respetivamente).

A garantia dada à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás") no montante de €35 m é devida para garantir o contrato de fornecimento de gás dos módulos de desenvolvimento do Lula Pilot e Lula NE.

As garantias dos acordos de concessão de exploração de petróleo bruto foram concedidas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), por um montante de €50 m (2022: €23 m). A garantia foi concedida no âmbito da realização dos programas mínimos de exploração, segundo os quais a Galp, enquanto membro do consórcio, é obrigada a realizar certas atividades sísmicas assim como perfuração de poços durante o período de exploração.

As outras garantias relacionadas com as atividades principais estão essencialmente relacionadas com a atividade comercial e de *trading* de petróleo. O aumento do montante das garantias deve-se às garantias prestadas para a atividade comercial.

O Grupo Galp tem uma dívida financeira que, em alguns casos, têm cláusulas que caso sejam acionadas pelos bancos, podem levar ao reembolso antecipado dos montantes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total ascendia a €3,6 mil milhões dos quais €2 mil milhões com *covenants*. Os *covenants* existentes são definidos essencialmente para garantir o cumprimento dos rácios financeiros que monitorizam a posição financeira da Empresa, incluindo a sua capacidade para fazer face ao serviço da dívida. O rácio Dívida Líquida Total sobre EBITDA RC (excluindo *leasing* – IFRS 16) consolidado é o mais utilizado e, em 31 de dezembro de 2023, era de 0,37x, de acordo com a metodologia definida nos contratos de financiamento. No âmbito dos contratos celebrados é, em termos gerais, estipulado que o rácio deve ser igual ou inferior ao intervalo de 3,25 - 3,75 x EBITDA.

29. Transações com partes relacionadas

Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras, como segue:

- (a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora.
- (b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as

empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave de gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O Grupo realizou as seguintes transações relevantes com partes relacionadas:

	Unid: € m			
	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saldos ativos:	64	168	53	29
Associadas	61	0	48	29
Empreendimentos conjuntos	1	169	3	0
Outras entidades relacionadas	2	0	2	0

	Unid: € m			
	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saldos Passivos:	(102)	(26)	(68)	(53)
Associadas	(5)	(26)	(3)	(53)
Empreendimentos conjuntos	(59)	0	(44)	0
Winland International Petroleum, S.A.R.L.	(37)	0	(20)	0
Outras entidades relacionadas	(1)	0	(1)	0

	Unid: € m					
	2023			2022		
	Compras	Custos/proveitos operacionais	Custos/proveitos financeiros	Compras	Custos/proveitos operacionais	Custos/proveitos financeiros
Transações:	0	(36)	13	(2)	(18)	0
Associadas	0	(28)	4	(2)	(34)	0
Empreendimentos conjuntos	0	(15)	9	0	(11)	0
Outras entidades relacionadas	0	7	0	0	27	0

30. Informação sobre matérias ambientais

Emissões de gases com efeito de estufa (Emissões de CO₂)

Políticas contabilísticas

A Galp faz julgamentos e estimativas para o cálculo das obrigações ambientais, tais como as resultantes das emissões de gases com efeito de estufa (CO₂). A Galp recebe anualmente licenças gratuitas, *Emission Unit Allowances* (EUA), da Agência Portuguesa do Ambiente, para satisfazer as emissões de gases com efeito de estufa. Se as licenças gratuitas forem insuficientes para satisfazer as emissões de gases com efeito de estufa, a Galp pode adquirir licenças complementares (EUA) assumindo um custo que é registado em "Custo das vendas - Custos com emissões de CO₂". No entanto, se as emissões de gases com efeito de estufa excederem as licenças em carteira no final do exercício financeiro, é especializado um custo para a melhor estimativa das despesas a fazer à cotação de mercado à vista das licenças.

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industriais do Grupo e as licenças de CO₂ que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de licenças de CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) a existência de custos a serem incorridos pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado não seja estimada, situação na qual uma especialização de custos é reconhecida ou; (ii) seja considerado que não são alienados. Em caso de excedentes e venda destas garantias é reconhecido um lucro.

A Galp reconheceu em "Custo das vendas - Custos com as emissões de CO₂" o montante de €74 m (Nota 25). Em 31 de Dezembro de 2023, os certificados detidos na carteira são reconhecidos em "Outras contas a receber - Custos diferidos - Outros custos diferidos", no montante de €73 m (2022: €85 m) (Nota 11) e o custo estimado para cobrir a falta de certificados em "Outras contas a pagar - Acréscimos de custos - outros acréscimos de custos", no montante de €74 m (2022: €87 m) (Nota 15). As licenças de CO₂ (licenças em carteira) e a responsabilidade pelas emissões de CO₂ são ambos desreconhecidos na liquidação da responsabilidade (a qual ocorre, por norma, no ano subsequente com a entrega das respetivas licenças) com a agência do ambiente.

Certificados de Biocombustíveis

Políticas contabilísticas

Na ausência de diretrizes específicas para a contabilização dos títulos de biocombustível, a IAS 20 permite que os subsídios governamentais não monetários e os ativos relacionados (neste caso, os títulos de biocombustível) recebidos sejam mensurados pelo valor nominal.

Os títulos de biocombustível emitidos gratuitamente pela ENSE, E.P.E. (Entidade Nacional para o Sector Energético, E.P.E.) são reconhecidos pelo valor nominal (ou seja, pelo valor zero).

A obrigação em relação aos biocombustíveis é reconhecida em "Outras contas a pagar" quando decorre de regulamentos locais. Na medida em que esteja coberta pelos títulos de biocombustível detidos para efeitos de conformidade legal, a responsabilidade é mensurada de acordo com o valor desses títulos detidos e a parte remanescente não coberta pelo valor de mercado.

Os títulos de biocombustível e a responsabilidade pelos biocombustíveis são ambos desreconhecidos na liquidação de responsabilidade com a agência portuguesa do ambiente.

Todos os anos são definidas metas e obrigações nacionais para a incorporação de biocombustível. Os biocombustíveis são misturados com combustíveis existentes, tais como a gasolina e o gasóleo, para reduzir as emissões líquidas. A quota de biocombustíveis na mistura total de vendas de combustíveis é utilizada para cumprir os requisitos regulamentares. Isto pode ser alcançado através da mistura de biocombustíveis em refinarias e/ou armazéns de distribuição, através da importação de biocombustíveis (para jurisdições que concedem títulos de biocombustível no ponto de importação) ou através da compra de títulos a terceiros (para jurisdições que têm um mecanismo de título de biocombustível comercializáveis).

Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:

- Custos operacionais - reconhecidos em "Custos das vendas": €125 m (2022: €172 m)
- Ativos (resultantes da compra de títulos) – reconhecidos em "Inventários": €17 m (2022: €20 m)
- Passivos – reconhecidos em "Outras contas a pagar – Acréscimos de custos – Outros acréscimos de custos": €0 m (2022: €0 m)

31. Empresas do Grupo Galp

Sempre que uma entidade é adquirida ou a participação modificada, é exercido julgamento por parte da Administração de forma a proporcionar uma imagem fiel e clara das demonstrações financeiras consolidadas. Nesta avaliação, são considerados diversos fatores para suportar a tomada de decisão, nomeadamente:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

São ainda minuciosamente analisados os acordos parassociais e as cláusulas contratuais, no sentido de identificar se as mesmas são substantivas quanto à existência de controlo ou se apenas são conferidos direitos de proteção ao investidor. É ainda avaliada a substância sobre a forma legal destes acordos no âmbito do tratamento contabilístico a adotar.

Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas na consolidação, de acordo com o método de consolidação integral são divulgadas abaixo:

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Empresa mãe		
Galp Energia, SGPS, S.A., Portugal		
Subsidiárias por grupo		
Galp Energia, S.A., Portugal	100%	•
Subgrupo Galp Energia E&P		
Galp Energia E&P, BV, Países Baixos	100%	•
Galp Sinopec Brazil Services BV, Países Baixos	70%	•
Galp E&P Brazil BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Brasil, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo Solar Energia I, Ltd, Brasil	100%	•
Cascudo II Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Cascudo III Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo IV Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo V Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo VI Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo VII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion Solar Energia SPE Ltda, Brasil	100%	•
Murion II Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion III Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion IV Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion V Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VI Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VIII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão II Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão III Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão IV Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Chalana Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Açucena Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Cerrado Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Vereda II Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda III Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda IV Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda V Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VI Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VII Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VIII Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda IX Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Petrogal Brasil, BV, Países Baixos	100%	•
Petrogal Brasil, S.A., Brasil	70%	•
Petrogal Brasil Comercializadora, Lda.(anteriormente denominada Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda), Brasil	70%	•
Galp East Africa BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Portugal Holdings BV, Países Baixos ¹	100%	•

Atividade: • Upstream • Industrial & Energy Management • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Galp Energia Rovuma BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Rovuma BV(Sucursal em Moçambique), Moçambique	-	•
Galp West Africa, S.A. (anteriormente denominada Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.), Portugal	100%	•
Galp São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada, São Tomé e Príncipe	100%	•
Windhoek PEL 23 BV, Países Baixos	100%	•
Windhoek PEL 23 BV (Sucursal na Namíbia), Namíbia	-	•
Windhoek PEL 28 BV, Países Baixos	100%	•
Windhoek PEL 28 BV (Sucursal na Namíbia), Namíbia	-	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV, Países Baixos ⁽²⁾	100%	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV – Sucursal em Angola*	-	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV, Países Baixos ⁽²⁾	100%	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV – Sucursal em Angola*	-	•
Galp Trading, S.A., Suíça	100%	•
Tagus Re, S.A., Luxemburgo	100%	•
Subgrupo Galp New Energies		
Galp New Energies, S.A., Portugal	100%	
GDP Gás de Portugal, S.A. (anteriormente denominada GDP - Gás de Portugal, S.A.), Portugal	100%	•
Enerfuel, S.A., Portugal	100%	•
Galp Bioenergy BV, Países Baixos	100%	•
Galp Parques Fotovoltaicos de Alcoutim Lda, Portugal	100%	•
GowithFlow, S.A., Portugal	100%	•
Enercapital Power Italia Uno SRL, Itália	100%	•
Fornax Energy, S.L.U., Espanha	100%	•
Magallon 400, S.L., Espanha ⁽³⁾	68%	•
ISDC International Solar Development Corporation, Lda., Portugal	100%	•
QNO - Sociedade Agrícola, Unipessoal, Lda, Portugal	100%	•
Bujeo 2021, SLU (anteriormente denominada Éter Solarbay S.L.), Espanha	100%	•
Jerjes Energia, SLU (anteriormente denominada Cíclope Solarbay, S.L.), Espanha	100%	•
Duplexia Experts, S.L.U., Espanha	100%	•

*Entidades classificadas como Ativos não corrente classificados como detidos para venda em 31 de dezembro de 2023, esperando-se que sejam vendidas em 2024.

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Gastroselector Market, S.L.U., Espanha	100%	•
Pitarco Energia, S.L.U., Espanha	100%	•
Ventinveste, S.A., Portugal	100%	•
Parque Eólico de Vale Grande, S.A., Portugal	100%	•
Titan 2020, S.A.U., Espanha	100%	•
Renovables Spínola I, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia de Suria, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia Faetón, S.L.U., Espanha	100%	•
Logro Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Orion, S.L.U., Espanha	100%	•
Navabuena Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
PV XXVI Rescesvinto, S.L., Espanha	100%	•
Ictio Toledo Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Auriga, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Manzanares Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Caliza Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Taburete Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
PV XXIX Égica, S.L.U., Espanha	100%	•
Ahín PV Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Andrómeda, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Berenice, S.L.U., Espanha	100%	•
Alcañiz Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Perseus, S.L.U., Espanha	100%	•
Instalaciones y Servicios Spínola I, S.L.U., Espanha	100%	•
Instalaciones y Servicios Spínola II, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia Sierrezuela, S.L.U., Espanha	100%	•
Titan 2020 PV, S.L.U., Espanha	100%	•
Palabra Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Planta Solar Alcázar 1, S.L.U., Espanha	100%	•
Planta Solar Alcázar 2, S.L.U., Espanha	100%	•
PE Valdecarro, S.L.U., Espanha	100%	•
Energías Ambientales de Soria, S.L.U., Espanha	100%	•
El Robledo Eólica, S.L.U., Espanha	100%	•

Índice
Parte IV
1. 2.

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais



Atividade: • Upstream • Industrial & Energy Management • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Ribagrande Energia, S.L.U., Espanha	100%	•
Valdelagua Wind Power, S.L.U., Espanha	100%	•
Escarnes Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Envitero Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Mocatero Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Escatrón Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ignis Solar Uno, S.L.U., Espanha	100%	•
Emoción Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Mediomonte Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Esplendor Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Hazaña Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Talento Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Subgrupo Petrogal		
Petrogal, S.A., Portugal	100%	• •
Petrogal, S.A. (Branch in Spain), Espanha	-	•
Galp Energia España, S.A.U., Espanha	100%	•
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U., Espanha	100%	•
Galp Energia Independiente, S.L.U. (ex- Recule Investments SL), Espanha	100%	•
Galp Energia Independiente SL (Branch in Portugal), Portugal	-	•
EI Galp, S.A. (anteriormente denominada Perfeito e Empolgante, S.A.), Portugal	100%	•
Galp Açores S.A., Portugal	100%	•
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Portugal	68%	•
Galp Madeira S.A., Portugal	100%	•
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Portugal	75%	•
Sacor Marítima, S.A., Portugal	100%	•
C.L.T. – Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda., Portugal	75%	•
Tanquisado – Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A., Portugal	100%	•
Portcogeração, S.A., Portugal	100%	•
Galp Marketing Internacional, S.A., Portugal	100%	•

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Petrogal Guiné-Bissau, Lda., Guiné-Bissau	100%	•
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda., Guiné-Bissau	80%	•
Petrogás – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda., Guiné-Bissau	65%	•
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda., Guiné-Bissau	90%	•
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L, Cabo Verde*	48%	•
Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A., Cabo Verde	48%	•
Petrogal Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda. (Branch in Malawi), Malawi	-	•
Galp Eswatini (PTY) Limited, Essuatíni	100%	•
Petrogal Angola, Lda., Angola	100%	•
Galp Gás Natural, S.A., Portugal	100%	• •
GDP - Gás de Portugal, S.A. (anteriormente denominada Transgás Armazenagem, S.A.), Portugal	100%	•
Transgás, S.A., Portugal	100%	•
Lisboagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Lusitaniagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Setgás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A., Portugal	100%	•
LGA – Logística Global de Aviação, Lda, Portugal	60%	•

* Durante 2023 a Enacolgest fundiu-se com a Enacol, S.A.. O Grupo controla as políticas financeiras e operacionais da Enacol e espera-se que continue a fazê-lo através de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração.

(1) 73,24% da participação detida pela Galp Energia E&P, BV e 26,76% pela Petrogal, S.A.

(2) 61,84% da participação detida pela Galp Energia E&P, BV e 38,16% pela Galp West Africa, S.A.

(3) 53,24% da participação detida pela Fornax Energy, SLU, 7,14% pela Duplexia Experts, SL e 7,14% pela Gastroselector Market, SL.

Operações conjuntas não incorporadas

Operações conjuntas – Consórcios petrolíferos

Consórcio	Participação da Galp
Consórcio no Brasil	
BM-S-8	20%

Índice
Parte IV
1. 2.

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais



Operações conjuntas – Consórcios petrolíferos

Consórcio	Participação da Galp
BM-S-11	10%
BM-S-11 A ⁽¹⁾	10%
BM-S-24 ⁽²⁾	20%
BAR-300	10%
BAR-342	10%
BAR-344	10%
BAR-388	10%
Carcará Norte	20%
Bloco Uirapuru	14%
Cabinuas	10%
Consórcio em Moçambique	
Área 4	10%
Consórcio na Namíbia	
PEL83	80%
Consórcio em São Tomé e Príncipe	
Bloco 6	45%
Bloco 11	20%
Bloco 12	41%
Consórcio em Angola	
Bloco 14**	9%
Bloco 14K**	4,5%
Bloco 32**	5%
Sonagás*	10%
Consórcio no Uruguai*	
Área 3	20%
Área 4	20%

* Operações conjuntas sem atividade durante 2023 e em processo de liquidação

** Em processo de venda

⁽¹⁾ Inclui o campo Atapú (participação Galp 1,7%)

⁽²⁾ Inclui o campo Sépia (participação Galp 2,4%)

Operações conjuntas incorporadas

Atividade: • Upstream • Industrial & Energy Management • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E., Portugal	60,00%	•
Pergás – Armazenamento de Gás, A.C.E., Portugal	51,00%	•
Comunidad de Bienes Chiprana Este, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Jarrina, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Aragon Sul, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Samper de Calanda, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Peaker, Espanha	83,33%	•
Comunidad de Bienes El Corralito, Espanha	68,08%	•
Multiservicios Galp Barcelona, Espanha	50,00%	•

Empreendimentos conjuntos

Atividade: • Upstream • Industrial & Energy Management • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Tupi B.V., Países Baixos*	6,48%	•
Iara B.V., Países Baixos*	1,20%	•
Coral FLNG, S.A., Moçambique*	10,00%	•
Coral South FLNG DMCC, Emirados Árabes Unidos*	10,00%	•
Rovuma LNG, S.A., Moçambique*	10,00%	•
Rovuma LNG Investments (DIFC) LTD., Emirados Árabes Unidos*	10,00%	•
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A., Portugal*	65,00%	•
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., Portugal	50,00%	•
Aurora Lith, S.A., Portugal	50,00%	•
Talar Renewable Energy, S.L., Espanha	50,00%	•

*Galp detém controlo conjunto para as entidades seleccionadas, mesmo que se detenha uma participação superior ou inferior a 50% das ações por meio de um acordo acionista que em substância confere poder de modo a se concluir a existência de controlo conjunto para o parceiro do consórcio ou Galp.

Investimentos em associadas

Atividade: • Upstream • Industrial & Energy Management • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Porcentagem de capital detido	Atividade
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários, Guiné-Bissau*	50,00%	•
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd, Espanha	22,80%	•
Galp IPG Matola Terminal Lda, Moçambique	45,00%	•
Geo Alternativa, S.L., Espanha	25,00%	•
IPG Galp Beira Terminal Lda, Moçambique	45,00%	•
Metragaz, S.A., Marrocos	22,64%	•
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L, Cabo Verde	23,05%	•
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda., Angola	49,00%	•
Hytlantic, S.A., Portugal	28,50%	•
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda., Portugal	15,90%	•
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda, Moçambique	5,88%	•
CMD – Aeroportos Canarios S.L., Espanha***	15,00%	•
SABA - Sociedade abastecedora de Aeronaves, Lda., Portugal	25,00%	•
Belem Bioenergia Brasil, S.A., Brasil	49,99%	•
Subgrupo Galp Gás Natural Distribuição		
Floene Energias, S.A. (anteriormente denominada Galp Gás Natural Distribuição, S.A.), Portugal**	2,49%	•
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal**	1,48%	•
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal**	2,49%	•
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal**	2,49%	•
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal**	2,49%	•
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal**	2,42%	•
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal**	2,49%	•
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal**	2,49%	•
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., Portugal**	2,49%	•
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal**	2,47%	•

* A Galp detém influência significativa, apesar de deter 50% das ações da Aero Serviços, SARL.

**A Galp detém influência significativa, apesar de deter menos de 20% das ações.

*** As ações detidas no CMD (15%) resultam do processo de liquidação da antiga Galp Disa Aviación onde a Galp teve uma participação de 50%

32. Eventos subsequentes

Política contabilística

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados, se significativos, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Programa de recompra de ações 2024

Em 12 de Fevereiro de 2024, a Galp anunciou o início de uma recompra de €350 m em ações da Galp Energia SGPS, S.A. com o objetivo de reduzir o capital social emitido da Empresa, seguindo as diretrizes de alocação de capital relativas ao exercício de 2023 e as autorizações em vigor. A recompra está prevista para ser feita em 2024. Além disso, o Conselho de Administração da Galp aprovou um plano de remuneração baseado em ações como parte dos incentivos de longo prazo da empresa. Assim, a Galp procederá também à recompra de ações para o efeito, até 1% do capital social, conforme as autorizações em vigor.

Exploração do PEL 83, na Namíbia

A Galp em conjunto com os seus parceiros, perfurou e registou o primeiro poço de exploração (Mopane-1X) no bloco PEL83, *offshore* da Namíbia, que tinha iniciado em novembro de 2023.

A Galp confirmou a 10 de janeiro de 2024 a descoberta de uma significativa coluna de petróleo leve em areias com reservatórios de alta qualidade. Em adição, a 14 de março de 2024, a Galp perfurou com sucesso o segundo poço exploratório (Mopane-2X), descobrindo uma coluna significativa com óleo leve em reservatórios de elevada qualidade.

Sem impacto na demonstração consolidada dos resultados, demonstração da posição financeira ou demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dos eventos acima mencionados.

33. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Presidente:

Paula Amorim

Vice-presidente e Lead Independent Director

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-presidente e CEO:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Vilanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Teixeira Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra de Freitas

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Neves Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Almeida e Silva

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

Contabilista:

Cátia Cardoso

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (o Grupo ou a Galp), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 16.606 milhões de euros e um total de capital próprio de 5.329 milhões de euros, incluindo um resultado líquido de 1.451 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade de ativos não correntes, incluindo os potenciais impactos das alterações climáticas e transição energética

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A 31 de dezembro de 2023, o valor contabilístico de ativos não correntes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a 6.688 milhões de euros, dos quais 3.860 milhões no segmento de <i>Upstream</i> (Notas 5 e 6).</p> <p>A análise da recuperabilidade dos ativos não correntes é complexa, tendo em conta a quantidade significativa de julgamento envolvido na determinação da existência de indicadores de imparidade ou indicadores para a reversão de perdas por imparidade, particularmente no que diz respeito aos ativos com uma vida útil mais longa. Estes indicadores deverão refletir revisões significativas dos principais pressupostos com impacto no valor de longo prazo de um ativo, em detrimento de flutuações de valor de curto prazo.</p> <p>Os principais julgamentos para determinar se existem indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade incluem mudanças nas projeções de preços das <i>commodities</i> e margens de refinação, movimentos nas reservas de petróleo e gás, vida útil esperada dos ativos, mudanças no desempenho operacional dos ativos e nos pressupostos do plano de negócio, incluindo aqueles que se relacionam com objetivos do Grupo para a redução de emissões de carbono.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento e avaliação do processo implementado pelo Grupo para a definição das unidades geradoras de caixa e para a identificação de indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade. ▶ No que diz respeito às projeções de preços de petróleo e gás e margens de refinação procedemos à: <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da razoabilidade das projeções futuras de preços de curto e longo prazo de petróleo e gás através da comparação com as projeções de preços de analistas externos e preços adotados por outras empresas internacionais do sector do petróleo e gás; ▶ Comparação das projeções de preços de petróleo e gás da Galp com os cenários de preço <i>Net Zero Emissions 2050 (NZE50)</i> e <i>Announced Pledges Scenario (APS)</i> publicados pela Agência Internacional de Energia como potencial evidência contraditória para melhores estimativas de preços. O APS assume que todos os compromissos climáticos feitos pelos Governos de todo o mundo, incluindo as contribuições determinadas a nível nacional (NDC's) e metas de longo prazo de neutralidade carbónica são cumpridas integralmente e nos prazos definidos; e ▶ Avaliação da razoabilidade das margens futuras de refinação do Grupo através da comparação com as projeções de preço de analistas externos. ▶ No que diz respeito às reservas de petróleo e gás procedemos à: <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação das qualificações profissionais, independência e objetividade do perito independente da Gestão responsável pela preparação da estimativa de reservas de petróleo e gás e comparação dos volumes certificados com aqueles considerados nas análises de imparidade e nas estimativas de anos anteriores; ▶ Realização de testes sobre dados históricos para identificar indícios de distorção da estimativa ao longo do tempo; e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme descrito nas Notas 2 e 5, o mais complexo desses julgamentos está relacionado com a visão do órgão de gestão sobre as perspetivas de longo prazo dos preços de petróleo e gás. A previsão de preços futuros é inerentemente complexa, pois obriga a considerações que reflitam a evolução futura da procura de produtos petrolíferos tendo em consideração o crescimento económico global, a eficiência tecnológica e a atuação política e, do lado da oferta, considerações sobre investimentos e potencial dos recursos, custos do desenvolvimento de projetos futuros e sobre o comportamento dos detentores dos recursos. Estes julgamentos são particularmente complexos tendo em conta o aumento da incerteza em torno da procura e o ritmo da descarbonização motivado pelas alterações climáticas e transição energética.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise de dados sobre a intensidade carbónica dos ativos do segmento de <i>Upstream</i> da Galp, de forma a avaliar o risco de que as reservas reconhecidas não sejam produzidas, focando-nos naqueles com maior intensidade carbónica e avaliando o potencial impacto no valor de longo prazo destes ativos. ▶ No que diz respeito às análises de imparidade de ativos individuais: <ul style="list-style-type: none"> ▶ De forma independente, e para os ativos materiais, avaliámos a existência ou não de indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade e considerámos a existência de evidência contraditória que indicasse um aumento ou diminuição significativa no valor recuperável dos ativos do Grupo, bem como comentários públicos ou compromissos assumidos pela Galp em relação à estratégia de descarbonização e em que medida impactam o valor recuperável dos ativos do Grupo; ▶ Análise das unidades geradoras de caixa identificadas pela Gestão tendo por base a prática da indústria e como os fluxos de caixa são gerados; ▶ Avaliação das taxas de desconto do Grupo, com o apoio de auditores com conhecimento especializado em avaliações, através da comparação com os dados relevantes de mercado e da indústria; ▶ Quando indicadores de imparidade foram identificados, analisámos os pressupostos mais significativos utilizados nas análises de imparidade através da comparação com as premissas assumidas no plano de negócios do Grupo, com o desempenho atual dos ativos e com as projeções de anos anteriores. Procedemos também à análise da consistência destes pressupostos com outros pressupostos utilizados pelo Grupo; ▶ Teste à integridade dos modelos de imparidade; e ▶ Realização de testes de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, nomeadamente, preços futuros de <i>commodities</i>, margens de refinação, preços de CO2 e reservas de petróleo e gás.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ No que diz respeito aos ativos em exploração e avaliação procedemos à avaliação do risco de recuperabilidade destes ativos, de acordo com os princípios contabilísticos previstos na IFRS 6 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, inquirindo a Gestão sobre o progresso destes projetos, incluindo o plano estratégico de longo prazo, despesas de capital projetadas e a viabilidade económica destes projetos, considerando a estratégia de descarbonização do Grupo. <p>Verificámos as divulgações apresentadas nas Notas 5 e 6 relacionadas com os ativos não correntes, incluindo a sensibilidade do valor contabilístico dos ativos a mudanças de pressupostos futuros dos preços do petróleo e gás.</p>

2. Registo de transações complexas no *Energy Management* e a valorização de instrumentos financeiros derivados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme descrito na Nota 19, a Galp apresenta ativos e passivos relativos a instrumentos financeiros derivados no montante de 261 milhões de euros e 199 milhões de euros, respetivamente, tendo registado no ano perdas não realizadas e ganhos realizados com instrumentos financeiros derivados no valor de 23 milhões de euros e 47 milhões de euros, respetivamente.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento e avaliação dos processos e controlos internos relacionados com a função do <i>Energy Management</i>; ▶ Teste à plenitude do sistema repositório de contratos para garantir que inclui todas as transações materiais, complexas e de longo-prazo; ▶ Obtenção do racional de negócio de transações complexas e de longo-prazo através da análise da documentação de suporte a estas transações, incluindo acordos e discussões com a Gestão; ▶ Avaliação da conformidade da contabilização dos instrumentos financeiros derivados com os princípios contabilísticos previstos na IFRS 9 Instrumentos Financeiros, incluindo a revisão das designações de cobertura de fluxos de caixa;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A função do <i>Energy Management</i> da Galp, a qual está integrada nos diferentes negócios do Grupo e com a sua contribuição financeira reportada no segmento <i>Industrial & Midstream</i>, executa diariamente um número significativo de transações em várias localizações geográficas. O volume e a complexidade destas transações têm aumentado de ano para ano à medida que a função do <i>Energy Management</i> assume um papel importante nas atividades de fornecimento de energia da Galp e na maximização do valor dos produtos comercializados pelo Grupo.</p> <p>O ambiente de sistemas de informação que suporta a função é complexo o que obriga a atividades financeiras de controlo tempestivas.</p> <p>Os requisitos regulatórios globais para os <i>commodity traders</i> continuam a aumentar, o que, juntamente com o aumento da complexidade das transações, traduz-se num maior risco financeiro, reputacional e operacional deste negócio.</p> <p>A análise de ganhos e perdas não realizados nas operações de negociação é complexa devido ao julgamento significativo utilizado para determinar o tratamento contabilístico apropriado e os principais pressupostos usados na mensuração destas operações. As operações de negociação nem sempre são realizadas em mercados ativos onde os preços estão prontamente disponíveis, aumentando a subjetividade usada na determinação da curva de preços e pressupostos, os quais são fundamentais para mensurar as operações de negociação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise, através de procedimentos de revisão analítica, dos saldos relacionados com os instrumentos financeiros derivados, de forma a corroborar se as variações ocorridas são consistentes com as expectativas formadas, tendo em conta as alterações no ambiente de negócio, as alterações dos preços das principais <i>commodities</i> e o número de transações; ▶ Teste da curva de preços futuros e outros pressupostos relevantes usados nos modelos de valorização da Gestão, incluindo a comparação com cotações de corretores externos, agentes de mercado e as nossas avaliações independentes; ▶ Envolvimento de especialistas na execução de testes independentes dos modelos complexos usados na valorização de instrumentos financeiros derivados que não apresentam preços públicos e cujas avaliações são baseadas em pressupostos predominantemente não observáveis (nível 3) na hierarquia do justo valor. Os nossos testes foram baseados em pressupostos obtidos de forma independente tendo por base corretores externos e na comparação de alguns dos parâmetros não observáveis; ▶ Conciliação por amostragem, de posições abertas à data da Demonstração da Posição Financeira Consolidada com confirmações independentes de contrapartes; e ▶ Revisão, conciliação e verificação da adequabilidade e consistência dos cálculos dos relatórios gerados pelos sistemas de informação e folhas de cálculo relativas aos instrumentos financeiros derivados. <p>Revisão da adequabilidade das divulgações, relacionadas com os instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Notas 19, 20 e 27), incluindo as relativas ao justo valor, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Além disso, os riscos inerentes ao negócio podem criar a oportunidade de atividade de negociação não autorizada, distorção deliberada das posições de negociação da Galp ou qualificação incorreta de posições. Isto cria um risco de perdas subvalorizadas, ganhos de negociação sobrevalorizados e/ou manipulação de bónus individuais por meio de alocações inadequadas de lucros/perdas entre períodos.</p>	

3. Encerramento da refinaria de Matosinhos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme anunciado em dezembro de 2020, a Galp decidiu concentrar as suas atividades de refinação em Sines, descontinuando as operações de refinação em Matosinhos. Subsequentemente, a Galp anunciou o protocolo para desenvolver conjuntamente com o Município de Matosinhos e a CCDR-N uma solução integrada para a criação de um distrito de inovação que renovará a área onde a refinaria estava instalada.</p> <p>Em outubro de 2023, o Grupo deu início aos trabalhos de demolição da refinaria de Matosinhos no seguimento da primeira fase do plano de desativação submetido à Agência Portuguesa do Ambiente, tendo procedido à atualização dos impactos financeiros futuros com base em informação mais atualizada.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento do plano atualizado da Galp para a descontinuação das operações de refinação em Matosinhos, incluindo interações com o Grupo de trabalho da Galp criado para este efeito, com especial enfoque nas alterações face ao ano anterior e na adaptação da área do parque aos requisitos operacionais considerando a sua utilização futura; ▶ Teste à plenitude dos ativos sujeitos a imparidade e avaliação da razoabilidade dos pressupostos e dos julgamentos significativos subjacente à determinação do seu valor recuperável. Para os ativos que não foram sujeitos a imparidade, avaliamos a existência de potenciais indicadores de imparidade, nomeadamente, através do entendimento da sua utilização futura e projetando o valor recuperável desses ativos tendo por base documentação técnica; ▶ Entendimento do processo e das alterações à estimativa de custos a incorrer com o desmantelamento, desativação e descontaminação. Os nossos procedimentos incluíram a confirmação da consistência desta estimativa com a avaliação técnica efetuada pelos peritos independentes, prática da indústria e pressupostos utilizados pela Gestão;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Assim, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tem reconhecida uma provisão para desmantelamento, desativação e descontaminação da refinaria de Matosinhos no montante de 269 milhões de euros (Nota 18).</p> <p>A materialidade dos montantes envolvidos e o grau de julgamento associado na (i) avaliação do montante recuperável de determinados ativos situados na refinaria de Matosinhos no contexto da sua utilização futura; e (ii) estimativa dos custos de encerramento tendo em conta a experiência passada limitada em atividades que sirvam de referência às estimativas de custos futuros, que muitas vezes dependem da extensão da contaminação dos ativos a desmantelar, do impacto e calendário associados às ações corretivas necessárias bem como dos requisitos ambientais que tenham de ser cumpridos, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da razoabilidade dos principais dados e pressupostos utilizados na determinação dos custos futuros com o encerramento, nomeadamente: (i) dimensão da área industrial e da capacidade de armazenamento dos tanques, comparando esses dados com fontes públicas disponíveis ou documentação técnica; (ii) fatores de custos, através da análise de estudos e de documentação relacionada com instalações ou locais previamente desativados; ▶ Avaliação das qualificações profissionais e objetividade dos peritos independentes do órgão de gestão responsáveis pela preparação da estimativa de custos com a descontaminação e desmantelamento; ▶ Análise dos contratos e outra documentação (incluindo pesquisas sobre litígios e reclamações apresentadas contra o Grupo) para avaliar potenciais obrigações ou divulgações de responsabilidades contingentes; e ▶ Avaliação da razoabilidade dos critérios de mensuração da provisão tendo em consideração o calendário previsto para a execução das atividades e a razoabilidade da taxa de desconto, com o apoio de profissionais com conhecimento especializado em avaliações. <p>Verificámos a adequabilidade das divulgações apresentadas na Nota 18, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- ▶ elaboração do Relatório Integrado de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório Integrado de Gestão, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Integrado de Gestão.

Sobre a relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Galp Energia, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2023 para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2026;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 5 de abril de 2024; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Rui Abel Serra Martins**
Num. de Identificação: 09133435
Data: 2024.04.05 17:43:02+01'00'

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731



Demonstração da posição financeira

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

		(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)	
	Notas	2023-12	2022-12
Direitos de uso de ativos	6	165	137
Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	5.870.011	3.914.942
Ativos por impostos diferidos	16	181	181
Outras contas a receber	11	90	90
Outros ativos financeiros	12	150	1.332.850
Ativos não correntes		5.870.597	5.248.199
Outros ativos financeiros	12	122.766	1.079.780
Clientes	11	787	3.718
Outras contas a receber	11	5.144	10.080
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	182.934	344.227
Caixa e seus equivalentes	13	288.918	459.061
Ativos correntes		600.549	1.896.866
Total do ativo		6.471.146	7.145.065
Capital social e prémios de emissão	22	773.083	897.117
Reservas	22	188.092	193.828
Resultados acumulados		813.800	1.143.543
Total do capital próprio		1.774.975	2.234.488
Dívida financeira	14	2.418.067	2.880.302
Responsabilidades por locações	6	96	68
Outras contas a pagar	15	1.433	2.106
Passivos não correntes		2.419.596	2.882.476
Dívida financeira	14	428.457	767.400
Responsabilidades por locações	6	73	72
Fornecedores	15	980	472
Outras contas a pagar	15	41.113	35.391
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	136.240	331.376
Outros passivos financeiros	12	1.669.714	893.389
Passivos correntes		2.276.577	2.028.101
Total do passivo		4.696.171	4.910.577
Total do capital próprio e passivo		6.471.146	7.145.065

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.



Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

	Notas	2023-12	2022-12
(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)			
Prestação de serviços	23	9.002	10.363
Outros proveitos operacionais	23	4.041	269
Proveitos financeiros	23 e 26	112.659	58.209
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9 e 23	468.220	1.020.187
Total de proveitos e ganhos		593.921	1.089.028
Fornecimentos e serviços externos	24	(5.631)	(4.776)
Custos com o pessoal	24 e 25	(6.267)	(8.293)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos e direitos de uso	6 e 24	(85)	(74)
Outros custos operacionais	24	(804)	(1.221)
Custos financeiros	24 e 26	(152.018)	(68.479)
Total de custos e perdas		(164.805)	(82.843)
Resultado antes de impostos e outras contribuições		429.116	1.006.185
Imposto sobre o rendimento	16	8.528	2.223
Resultado líquido do exercício		437.644	1.008.408
Resultado básico por ação (valor em Euros)		0,55	1,24
Resultado diluído por ação (valor em Euros)		0,55	1,24
Resultado líquido do exercício		437.644	1.008.408
Total do rendimento integral do exercício		437.644	1.008.408

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração das alterações no capital próprio

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

	Notas	Capital social	Ações próprias	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)								
Saldo em 1 de janeiro de 2022		829.251	0	82.006	193.828	191.206	500.387	1.796.676
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	0	1.008.408	1.008.408
Rendimento integral do exercício		0	0	0	0	0	1.008.408	1.008.408
Distribuição de dividendos	22	0	0	0	0	(420.446)	0	(420.446)
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados		0	0	0	0	500.387	(500.387)	0
Recuperação de ações		0	(150.151)	0	0	0	0	(150.151)
Cancelamento de ações		(14.139)	150.151	0	0	(136.012)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022		815.112	0	82.006	193.828	135.134	1.008.408	2.234.488
Saldo em 1 de janeiro de 2023		815.112	0	82.006	193.828	135.134	1.008.408	2.234.488
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	0	437.644	437.644
Rendimento integral do exercício		0	0	0	0	0	437.644	437.644
Distribuição de dividendos	22	0	0	0	0	(422.226)	0	(422.226)
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados		0	0	(82.006)	(30.805)	1.121.219	(1.008.408)	0
Recuperação de ações		0	(500.000)	0	0	0	0	(500.000)
Cancelamento de ações		(42.029)	500.000	0	0	(457.971)	0	0
Programa de Incentivos a longo prazo		0	0	0	25.069	0	0	25.069
Saldo em 31 de dezembro de 2023		773.083	0	0	188.092	376.155	437.644	1.774.975

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.



Demonstração dos fluxos de caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

		(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)	
	Notas	2023-12	2022-12
Recebimentos de clientes		19.694	16.413
Pagamentos a fornecedores		(10.138)	(9.779)
Pagamentos ao pessoal		(3.272)	(3.589)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(25.720)	(1.979)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(7.121)	(18.687)
Recebimentos de dividendos		468.420	1.020.187
Fluxos das atividades operacionais (1)		441.862	1.002.566
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		920.000	0
Juros e proveitos similares		92.558	37.404
Empréstimos concedidos		996.932	17.225
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		(1.517.500)	(817.421)
Empréstimos concedidos		(21.027)	(771.788)
Fluxos das atividades de investimento (2)		470.963	(1.534.580)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.025.985	6.542.678
Pagamentos provenientes de:			
Recompra de ações	22	(500.000)	(150.150)
Empréstimos obtidos	14	(2.114.187)	(5.714.774)
Juros de empréstimos obtidos		(90.593)	(35.894)
Juros e custos similares		(1.918)	(8.407)
Locações	6	(86)	(74)
Juros de locações	6	(4)	(5)
Dividendos/Distribuição de resultados		(422.226)	(420.446)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.103.029)	212.927
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(190.203)	(319.087)
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(21)	2.336
Caixa e seus equivalentes no início do período		459.061	775.812
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		268.837	459.061

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

Notas às demonstrações financeiras

1. Informação corporativa

A Galp Energia SGPS, S.A. (adiante designada por "Galp" ou "Empresa") foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de "Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.", tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrol, S.A. (atualmente denominada por Petrol, S.A.); GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (atualmente denominada por Galp New Energies, S.A.) e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. ("Transgás, S.A." atualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

A Empresa tem por objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2023 evidenciada na Nota 22.

Parte das ações da Empresa representativas de 92% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na Euro-next Lisbon.

2. Informações materiais sobre a política contabilística, estimativas e julgamentos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2023. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas

Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee ("SIC") e International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: €k) moeda funcional, arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As informações materiais sobre a política contabilística adotada encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As informações materiais sobre as políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 9); (ii) imparidade para contas a receber e outros ativos financeiros (Nota 11 e 12); e (iii) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 16).

Políticas contabilísticas gerais

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

Alterações do exercício

Para melhor leitura da posição financeira e destacar assuntos que se entende como relevantes, em conformidade com a IAS 1, a demonstração da posição financeira apresenta uma rubrica nova "Outros passivos financeiros" (Nota 12), que inclui, exclusivamente, naturezas de empréstimo/cashpooling passivo da Empresa com empresas do Grupo Galp. Como tal, e para fins comparativos, foi reclassificado tais naturezas do ano anterior da rubrica "Outras contas a pagar" (Nota 15) para a nova rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota 12).

Aquisição de ações próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos ao capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Empresa.

A Galp iniciou em 15 de fevereiro de 2023 um programa de recompra de ações próprias, no montante de 500 milhões de euros.

Em 15 de dezembro de 2023 a Galp concluiu este programa de recompra de ações. No âmbito da conclusão do programa, o Conselho de Administração da Galp aprovou a redução do capital social da Empresa através da extinção de 42.028.823 ações próprias, representativas de aproximadamente 5,16% do seu capital social em 1 de janeiro de 2023. Preço médio de recompra da ação foi de 11,90€/ação.

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

Normas e interpretações aprovadas e publicadas pela União Europeia

As normas IFRS aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida a 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação de passivos como não correntes e correntes (emitida a 23 de janeiro de 2020); Classificação de passivos como não correntes e correntes - diferimento da data efetiva (emitida a 15 de julho de 2020); Passivos não correntes com covenants (emitida a 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível.

As normas IFRS aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2023 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida a 23 de maio de 2023)	09/11/2023	01/01/2023	2023	Sem impacto previsível. *
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável.
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto previsível.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos.
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos.
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável.

* Transposição para a lei fiscal em Portugal ainda não ocorreu.

4. Ativos tangíveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos tangíveis encontravam-se totalmente depreciados.

5. Ativos intangíveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

6. Direitos de uso e responsabilidades por locações

Política contabilística

Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e

- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado utilizando o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas contábilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso são detalhados como segue:

	Viaturas	2023-12	Unid: €k 2022-12
Custo	436	436	322
Amortização acumulada	(270)	(270)	(186)
Total	165	165	137
Saldo inicial	137	137	149
Adições	114	114	62
Depreciação/Amortização	(85)	(85)	(74)
Saldo final	165	165	137

As responsabilidades por locações são como segue:

	2023-12	Unid: €k 2022-12
Inferior a um ano	76	75
Um a cinco anos	99	69
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	175	144
Corrente	73	72
Não corrente	96	68
Responsabilidades por locações na Demonstração da posição financeira	168	141

Os montantes reconhecidos nos resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	Notas	2023-12	2022-12
Juros de locações	24 e 26	4	5
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	24	105	18
		109	23

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa são como segue:

	2023-12	2022-12
Pagamentos relativos a locações	(86)	(74)
Pagamentos relativos a juros locações	(4)	(5)
Atividades de financiamento	(90)	(79)

7. Subsídios

Não aplicável.

8. Goodwill

Não aplicável.

9. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Política contabilística

As participações em empresas subsidiárias e associadas são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de perdas por imparidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias e associadas são registados nos resultados do exercício quando atribuídos. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico da participação financeira, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na mesma rubrica.

Empresa	País	Percentagem de capital detido	
		2023-12	2022-12
Empresas subsidiárias:			
Galp Energia, S.A.	Portugal	100%	100%
Galp Energia E&P, B.V.	Holanda	100%	100%
Galp New Energies, S.A.	Portugal	100%	100%
Petrogal, S.A.	Portugal	100%	100%

	Participações financeiras			Resultados relativos a participações financeiras		
	Custo aquisição	Imparidade	Valor líquido	Dividendos	Outros	Total
Participações financeiras em subsidiárias	5.870.011	0	5.870.011	468.420	0	468.420
Galp Energia, S.A.	104.272	0	104.272	0	0	0
Galp Energia E&P, B.V.	1.278.722	0	1.278.722	355.338	0	355.338
Galp New Energies, S.A.	991.805	0	991.805	113.082	0	113.082
Petrogal, S.A.	3.495.213	0	3.495.213	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 12)				0	(200)	(200)
	5.870.011	0	5.870.011	468.420	(200)	468.220

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Imparidade

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na Demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na Demonstração dos resultados na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos.

O valor recuperável das participações financeiras é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da respetiva unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete os riscos específicos da unidade geradora de caixa.

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são como segue:

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes acontecimentos:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Petrogal, S.A., procedeu ao reembolso de prestações suplementares, no montante de €920.000 k.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu a um aumento de capital, na sua subsidiária Petrogal, S.A. no montante global de €2.250.000 k.

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu à entrega de prestações suplementares, no montante de €550.000 k, à sua subsidiária Galp New Energies, S.A..
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu à entrega de prestações suplementares, no montante de €50.000 k, à sua subsidiária Galp Energia, S.A..

No âmbito do programa de incentivos longo prazo (Notas 22 e 25), a Empresa registou os seguintes montantes, no custo de aquisição das suas subsidiárias, por contrapartida de reservas livres:

	Unid: €k
Empresas subsidiárias:	
Galp Energia, S.A.	11.117
Galp Energia E&P, B.V.	2.255
Galp New Energies, S.A.	41
Petrogal, S.A.	11.656
	25.069

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da liquidação do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, a Empresa procedeu ao abate da participação detida, tendo registado uma perda de €200 k.

10. Inventários

Não aplicável.

11. Clientes e outras contas a receber

Política contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao valor da transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um standard da política de risco global da Empresa.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

Clientes

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

		2023-12	2022-12
			Unid: €k
			Corrente
	Notas		
Clientes	28	787	3.718
Clientes		787	3.718
Não vencidos		787	3.718
Antiguidade da dívida líquida de cliente		787	3.718

Conforme mencionado nas políticas acima, as contas a receber de clientes estão agrupadas em características de risco de crédito compartilhado e em dias de atraso. Para a Empresa, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao risco
Não vencidos	Baixo
Vencidos até 180 dias	Médio
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto
Vencidos a mais de 365 dias	Muito alto

Outras contas a receber

As Outras contas a receber apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos		0	0	362	0
Outras contas a receber/ outros devedores		76	90	334	90
Saldos devedores de fornecedores		101	0	45	0
Adiantamentos a fornecedores		1	0	1	0
Pessoal		(26)	0	114	0
Outros		1	90	174	90
Empresas relacionadas	28	13	0	0	0
Ativos resultantes de contrato		1.235	0	5.721	0
Juros a receber		0	0	3.510	0
Outros acréscimos de proveitos		1.235	0	2.211	0
Custos diferidos		3.820	0	3.663	0
Seguros pagos antecipadamente		140	0	674	0
Outros custos diferidos		3.680	0	2.989	0
Outras contas a receber		5.144	90	10.080	90

12. Outros ativos e passivos financeiros

Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outros ativos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	150	0	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	122.766	0	1.079.780	1.332.500
		122.766	150	1.079.780	1.332.850

Unid: €k

Na rubrica de Ativos financeiros não mensurados ao justo valor encontra-se incluído operações de *cashpooling* com outras entidades relacionadas, que vencem juros a taxas de mercado.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	País	Percentagem de capital detido	
		2023-12	2022-12
ISPG Portugal	Portugal	-	66,67%
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Portugal	10,98%	10,98%
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	Portugal	1,45%	1,45%
Galp Eswatini Limited	Eswatini	0,01%	0,01%
Omegas - Soc. D'etuded du Gazoduc Magrhed - Europe	Marrocos	0%	0%

Unid: €k

	Participações financeiras		
	Custo aquisição	Imparidade	Valor líquido
Galp Eswatini Limited	0	0	0
Adene - Agência para a Energia, S.A.	114	0	114
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	1	0	1
Omegas - Soc. D'etuded du Gazoduc Magrhed - Europe	35	0	35
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	150	0	150

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da liquidação do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, a Empresa procedeu ao abate da participação detida, tendo registado uma perda de €200 k (Nota 9).

Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outros passivos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

			Unid: €k
			Corrente
	Notas	2023-12	2022-12
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	1.669.714	893.389
		1.669.714	893.389

Na rubrica de Passivos financeiros não mensurados ao justo valor encontra-se incluído operações de *cashpooling* com outras entidades relacionadas, que vencem juros a taxas de mercado.

13. Caixa e seus equivalentes

Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor significante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2023-12	2022-12
Caixa e seus equivalentes		288.918	459.061
Descobertos bancários	14	(20.081)	0
		268.837	459.061

14. Dívida financeira

Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a dívida financeira detalha-se como segue:

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários		140.081	841.000	20.000	1.161.000
Empréstimos bancários e papel comercial		120.000	841.000	20.000	1.161.000
Descobertos bancários	13	20.081	0	0	0
Empréstimos por obrigações e notes		288.376	1.577.067	747.400	1.719.302
Origination fees		(2.122)	(2.933)	(2.600)	(4.453)
Empréstimos obrigacionistas e notes		290.498	1.580.000	750.000	1.723.756
Dívida financeira		428.457	2.418.067	767.400	2.880.302

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de principal	Movimentações descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Unid: €k
						Saldo final
Empréstimos bancários	1.181.000	1.100.000	(1.320.000)	20.081	0	981.081
Empréstimos bancários e papel comercial	1.181.000	1.100.000	(1.320.000)	0	0	961.000
Descobertos bancários	0	0	0	20.081	0	20.081
Empréstimos por obrigações e notes	2.466.702	150.000	(750.000)	0	(1.260)	1.865.442
Origination fees	(7.053)	0	0	0	1.997	(5.056)
Empréstimos obrigacionistas	1.473.756	150.000	(250.000)	0	(3.257)	1.370.498
Notes	1.000.000	0	(500.000)	0	0	500.000
Dívida financeira	3.647.702	1.250.000	(2.070.000)	20.081	(1.260)	2.846.523

O custo médio da dívida financeira para o período em análise, incluindo os encargos com descobertos bancários, ascendeu a 3,53% (1,68% em 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa liquidou os seguintes Empréstimos obrigacionistas e Notes:

Reembolsos	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Unid: €k
				Reembolso
GALP ENERGIA/2017-EMTN-EUR 500.000.000 FIXED RATE NOTES	500.000	Fixed	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 100,000,000.00 Floating Rate Notes due 2023	100.000	Euribor 6M + spread	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 150,000,000.00 Floating Rate Notes due 2023	150.000	Euribor 6M + spread	Março 2023	Março 2023
	750.000			

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram emitidas os seguintes empréstimos obrigacionistas:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade
GALP ENERGIA 2023	150.000	Euribor 6M + spread	Março 2028
	150.000		

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos bancários, correntes e não correntes, empréstimo obrigacionista, excluindo origination fees e descobertos bancários, tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	Unid: €k		
	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não Corrente
2024	410.498	410.498	0
2025	305.000	0	305.000
2026	747.500	0	747.500
2027	1.015.000	0	1.015.000
2028 e seguintes	353.500	0	353.500
	2.831.498	410.498	2.421.000

15. Fornecedores e outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Fornecedores, correntes e não correntes, apresenta-se como segue:

	Notas	Unid: €k	
		Corrente	
		2023-12	2022-12
Fornecedores c/c		129	90
Fornecedores - faturas em receção e conferência		139	179
Fornecedores - empresas relacionadas	28	711	204
Fornecedores		980	472

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Outras contas a pagar, correntes e não correntes, apresenta-se como segue:

	Notas	Unid: €k			
		2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos		368	0	754	0
IVA a pagar		141	0	504	0
Outras tributações		227	0	250	0
Outras contas a pagar/outros credores		64	0	161	0
Saldos credores de clientes		0	0	2	0
Pessoal		76	0	168	0
Outros		(12)	0	(9)	0
Acréscimos de custos		40.669	1.433	34.425	2.106
Fornecimentos e serviços externos		1.383	0	4.576	0
Remunerações a liquidar		1.363	1.433	1.746	2.106
Juros a liquidar		37.507	0	27.736	0
Outros acréscimos de custos		416	0	367	0
Proveitos diferidos		12	0	51	0
Outros proveitos diferidos		12	0	51	0
Outras contas a pagar		41.113	1.433	35.391	2.106

16. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

Desde o exercício de 2001, a Empresa encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"). A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Estimativas relativas a posições fiscais incerta

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Gestão exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode ser diferente deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

	Notas	Unid: k€			
		Ativo		Passivo	
		2023-12	2022-12	2023-12	2022-12
Empresas do grupo	28	182.934	344.227	136.240	331.376
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		168.758	284.455	136.240	331.376
Estado e outros entes públicos		14.176	59.771	0	0
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		14.176	59.771	0	0

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado como segue:

	2023-12			2022-12		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto sobre o rendimento do período	(8.072)	0	(8.072)	(2.825)	0	(2.825)
Insuficiência (Excesso) estimativa de imposto	(14)	0	(14)	603	0	603
Restituição de impostos	(442)	0	(442)	0	0	0
Imposto do período	(8.528)	0	(8.528)	(2.223)	0	(2.223)

Unid: €k

Segue abaixo a reconciliação do imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023		Imposto sobre o rendimento	2022		Imposto sobre o rendimento
		Taxa			Taxa	
Resultado Antes de Impostos:	429 116	21,00%	90 114	1 006 185	21,00%	211 298
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Dividendos recebidos		(22,92%)	(98 368)		(21,29%)	(214 245)
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto		(0,00%)	(14)		0,06%	603
restituição de imposto anos anteriores		(0,10%)	(442)			
Tributação autónoma		0,01%	32		0,00%	85
Outros acréscimos e deduções		(0,01%)	(41)		0,00%	36
Taxa e imposto efetivo sobre o rendimento		(1,99%)	(8 528)		(0,23%)	(2 223)

Unid: k€

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de impostos diferidos ativos, não teve alterações, mantendo-se o saldo de €181 k.

17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Não aplicável.

18. Provisões

Não aplicável.

19. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

20. Ativos e passivos financeiros

Política contabilística

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A gestão determina a classificação dos investimentos no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos investimentos são reconhecidas na data da transação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor, as divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Desreconhecimento dos investimentos

Os Ativos Financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativos financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são detidos exclusivamente para pagamentos do capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Contas a receber e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber, outros devedores, outras contas a receber deduzidos das imparidades.

	Notas	2023-12	Unid: €k 2022-12
Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral	12	150	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	11 e 12	128.787	2.426.168
- menos custos diferidos, garantias e imposto a receber		(3.821)	(4.026)
Caixa e seus equivalentes	13	288.918	459.061
Ativos financeiros por categoria		414.034	2.881.553

Passivos financeiros incluem contas a pagar, outros credores, e credores das empresas relacionadas.

	Notas	2023-12	Unid: €k 2022-12
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	6, 12, 14 e 15	4.559.931	4.579.308
- menos proveitos diferidos, garantias e imposto a pagar		(380)	(804.552)
Passivos financeiros por categoria		4.559.551	3.774.756

21. Gestão de riscos financeiros

A Empresa encontra-se exposta a vários tipos de riscos de Mercado inerentes às atividades que conduz. A informação detalhada destes riscos e o impacto dos mesmos no Grupo Galp encontra-se refletido na nota 21 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

22. Estrutura de capital

Capital social

O capital social da Galp Energia é composto por 773.082.725 ações, com valor nominal de 1 Euro e totalmente realizado. Destas, 715.003.211, ou seja, 92% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 8% do capital social, são detidas

indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

	N.º de ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia B.V.	276.472.161	35,76%	35,76%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	62.021.340	8,02%	8,02%
Free-float	434.589.224	56,22%	56,22%
	773.082.725	100%	100%

Ações Próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos do capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital próprio da Empresa. Qualquer diferença entre a quantia escriturada e a contraprestação é reconhecida em reservas (ou seja, capital próprio).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Galp executou o seu programa de recompra de ações no montante de €500.000 k. O número de ações adquiridas foi de 42.028.823 ações, ao preço médio de €11,90 por ação. Estas ações foram canceladas em 31 de dezembro de 2023 (Nota 2).

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2023, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia SGPS, S.A. dividendos no montante de até €425.062 k, relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2022, correspondendo a um dividendo de €0,52 por ação.

Deste montante, €213.133 k foi pago aos acionistas, em 20 de setembro de 2022 a título de adiantamento sobre lucros e o montante de €208 819 k, liquidado em 23 de maio de 2023.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. aprovou o pagamento de dividendos, a título de adiantamento sobre lucros, de €0,27. Decorrente desta aprovação, a Empresa em 25 de agosto de 2023, liquidado o montante de €213.407 k.

Reservas

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023-12	2022-12	Unid: €k
Reservas legais	163.022	165.850	
Outras Reservas	25.069	27.977	
Total	188.092	193.828	

Reservas legais

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Reservas, no Capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas *todas as outras reservas*.

Plano de incentivos de longo prazo (LTI)

O montante de €25.069 k contabilizado em outras reservas durante o ano de 2023, respeita ao montante de ações próprias afetas ao plano de incentivos de longo prazo (LTI) registado por contrapartida de Participações financeiras em subsidiárias (Notas 9 e 25).

23. Proveitos e ganhos

Política contabilística

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

As diferenças de câmbio originadas pelos saldos com Fornecedores e Clientes são reconhecidas em Resultados operacionais.

O detalhe dos proveitos e ganhos da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

	Notas	2023-12	2022-12
			Unid: €k
Prestação de serviços		9.002	10.363
Outros proveitos operacionais		4.041	269
Proveitos suplementares		4.019	264
Outros		22	5
Proveitos financeiros	26	112.659	58.209
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	468.220	1.020.187
Total		593.921	1.089.028

24. Custos e perdas

Os custos e perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

	Notas	2023-12	2022-12
Fornecimentos e serviços externos		5.631	4.776
Deslocações e estadas		331	448
Trabalhos especializados		3.911	3.226
Outros custos		1.389	1.102
Custos com o pessoal	25	6.267	8.293
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos e direitos de uso	6	85	74
Outros custos operacionais		804	1.221
Outros impostos		508	580
Outros custos operacionais		296	641
Custos financeiros	26	152.018	68.479
Total		164.805	82.843

Unid: €k

25. Custos com pessoal

Política contabilística

Custos com pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Empresa.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Empresa registou em custos com pessoal os seguintes montantes:

	2023-12	2022-12
Remunerações órgãos sociais	4.170	5.136
Remunerações pessoal	756	1.147
Encargos sociais - pessoal	97	124
Encargos sociais - órgãos sociais	880	1.110
Outros seguros	169	173
Outros gastos	196	603
Total	6.267	8.293

Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações dos órgãos sociais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

	2023-12	2022-12
Remunerações	3.783	4.108
Prémios	231	723
Subsídios	157	305
Outros encargos e regularizações	880	1.110
Total	5.050	6.246

Os planos de remuneração de empregados baseados em ações são de incentivos de longo prazo (LTI). A atribuição de ações da empresa no âmbito dos LTI é concedida sob certas condições a empregados elegíveis. O número real de ações que podem ser adquiridas varia entre 0% e 160% dos prémios, dependendo do resultado das condições de desempenho prescritas durante um período de três anos com início em 1 de janeiro do ano do plano. O plano LTI compreende um plano de incentivos contínuo de 3 anos, sendo que em cada ano será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A.. Dado que os planos de remuneração de empregados baseados em ações são a nível do Grupo, relativamente às ações da Galp Energia SGPS, S.A., foi decidido que a empresa mãe iria adquirir as suas próprias ações para as entregar em espécie aos empregados das suas subsidiárias. Assim, em substância, a Galp Energia SGPS, S.A. como entidade *holding* e entidade mãe reconhece a totalidade dos planos LTI das suas subsidiárias em Capital Próprio por contrapartida de um contributo de capital (ie aumento de participação financeira) nas suas

entidades mães intermédias. O montante reconhecido em Capital Próprio foi de €25.069 k por contrapartida de Participação financeira a 31 de dezembro 2023. Quando o montante dos planos altera devido a condições que não são de mercado, um ajustamento na reserva de LTI em Capital Próprio LTI é efetuado contra Participação financeira. Quando os planos são cumpridos, por entrega das suas ações próprias diretamente às subsidiárias (e subsequentemente aos empregados) um ajustamento de Capital Próprio (reserva de LTI e ações próprias contra resultados transitados) é efetuado dentro do Capital Próprio sem impactar os resultados do exercício. Os outros antigos plano de LTI para empregados que eram pagos em dinheiro foram cancelados.

Os planos LTI por triénio e valores acumulados reconhecidos em Capital Próprio por contrapartida de Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são:

	Unid: €k
	2023
Total	25.069
Plano 1 (2021-2023)	7.812
Plano 2 (2022-2024)	12.830
Plano 3 (2023-2025)	4.427

26. Proveitos e custos financeiros

Política contabilística

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas, locações e planos de benefício de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

	Notas	2023-12	2022-12
			Unid: €k
Proveitos financeiros		112.659	58.209
Juros de depósitos bancários		10.423	379
Outros juros obtidos e proveitos - Empresas relacionadas	28	98.851	57.830
Resultado líquido com diferenças de câmbio		3.232	0
Outros proveitos financeiros		153	0
Custos financeiros		(152.018)	(68.478)
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(100.419)	(50.498)
Juros relativos a locações		(4)	(5)
Resultado líquido com diferenças de câmbio		0	(16.280)
Outros juros e encargos suportados - Empresas relacionadas	28	(42.608)	(1.696)
Outros custos financeiros		(8.987)	(0)
		(39.360)	(10.269)

27. Ativos e passivos contingentes

Política contabilística

Os ativos e passivos contingentes surgem de eventos não planeados ou inesperados que poderão originar influxos ou exfluxos económicos da Empresa. A Empresa não reflete nas suas contas este tipo de ativos e passivos, pois podem não se efetivar. Os ativos e passivos contingentes são divulgados em anexo às contas.

	Unid: €k	
	2023-12	2022-12
Venture Global, LLC	1.809.955	1.875.117
Contratos de afretamento FPSO	1.746.271	1.466.342
Contrato Rio Grande LNG, LLC	1.961.736	2.031.856
Projeto Coral South FLNG	445.435	471.689
Cercena Investments, S.L.U.	125.272	150.581
Grenergy	155.000	155.000
Direção Geral Impostos/Direção Geral do Tesouro	35.548	35.686
Oil Insurance Limited	-	16.595
Outras relacionadas com atividades principais	3.862.650	2.591.584
	10.141.867	8.794.451

De acordo com os contratos estabelecidos, com a Venture Global, LLC e com a Rio Grande LNG, LLC, relativo à compra de venda de LNG, a Galp emitiu cartas de conforto, no montante global dos contratos, de €1.809.955 k e de €1.961.736 k, respetivamente.

Relativamente a 6 contratos de afretamento de FPSO's a Galp emitiu cartas de conforto no montante de €1.746.271 k em nome da TUPI BV, na proporção da Galp no consórcio BM-S-11.

Adicionalmente, ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS deverá prestar uma garantia (DSU-Debt Service Undertaking) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção sua participação. Esta garantia deverá terminar no momento do Actual Completion Date (estimado para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2023, a parcela Galp da DSU ascendia a €400.891 k. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS SA presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos" um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG), o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2023, a parcela Galp da DSU relativa à ENH ascendia a €44.543 k.

Passivos contingentes

No decorrer das suas operações comerciais, a Empresa celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins comerciais.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

Para dar cumprimento à sua estratégia de investimento em energias renováveis, o Grupo entrou em PPA's, tendo a Galp emitido cartas de conforto em nome da Galp Energia Espanha, a favor de Cercena Investments no montante de €125.272 k e da Grenergy, no montante de €155.000 k.

Outras garantias relacionadas com as atividades principais estão essencialmente relacionadas com a atividade de comercialização de petróleo.

28. Transações com partes relacionadas

Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras:

- (a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

- (b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2023 podem ser resumidos como se segue:

Saldos Ativos

	Cientes (Nota 11)	Outras contas a Receber (Nota 11)	Empréstimos concedidos (Nota 12)	Corrente Impostos correntes (Nota 16)	Total
Empresas do Grupo	779	1	122.766	168.758	292.304
Empresas conjuntamente controladas e associadas	8	11	0	0	19
Saldos ativos:	787	13	122.766	168.758	292.323

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Saldos Passivos

	Fornecedores (Nota 15)	Empréstimos obtidos (Nota 12)	Impostos correntes (Nota 16)	Corrente Acréscimos e Diferimentos (Nota 15)	Total
Empresas do Grupo	711	133.376	136.240	1.161	271.488
Saldos passivos:	711	133.376	136.240	1.161	271.488

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Transações

	Gastos operacionais (Nota 24)	Rendimentos Operacionais (Nota 23)	Gastos Financeiros (Nota 26)	Rendimentos Financeiros (Nota 26)	Unid: €k
Empresas do Grupo	(3.704)	9.482	(42.608)	98.851	
Empresas conjuntamente controladas e associadas	(409)	70	0	0	
Transações:	(4.113)	9.552	(42.608)	98.851	

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

29. Informação sobre matérias ambientais

Não aplicável.

30. Eventos subsequentes

A 12 de fevereiro de 2024, a Galp anunciou um novo programa de recompra de ações de 350 milhões de euros com o objetivo de reduzir o capital social emitido da Galp Energia SGPS, S.A.. A recompra está prevista ser efetuada ao longo do ano.

Adicionalmente, devido à aprovação do novo plano de incentivos de longo prazo (LTI) que compreende a entrega de ações próprias aos *senior managers*, a Galp vai também proceder à recompra de ações próprias para este propósito num montante até 1% do capital social.

31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 5 de abril de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente:

Paula Amorim

Vice-Presidente e Lead Independent Director:

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-Presidente:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Villanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Sequeira

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

Contabilista Certificado:

Cátia Cardoso



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.471.146 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.774.975 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 437.644 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade dos Investimentos em empresas subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A 31 de dezembro de 2023, o montante de Investimentos em empresas subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S.A., ascende a 5.870.011 milhares de euros (Nota 9).</p> <p>Os investimentos em empresas subsidiárias são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade, sendo o risco de imparidade analisado à data de balanço de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se foram identificados indicadores, o valor contabilístico do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento económico e de mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>O risco de imparidade dos Investimentos em empresas subsidiárias, foi considerado uma Matéria Relevante de Auditoria pela relevância do montante escriturado face ao total do ativo, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliámos a existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em empresas subsidiárias, à luz de fontes internas e externas de informação que se traduzam em impactos potencialmente negativos para o desempenho de cada uma das subsidiárias; ▶ Comparámos os capitais próprios das empresas subsidiárias e o seu valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão com o seu valor contabilístico; ▶ Obtivemos e analisámos, nos casos aplicáveis, os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos principais ativos de investimentos em subsidiárias, incluindo a coerência dos principais pressupostos utilizados com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A.; ▶ Analisámos, com o apoio de auditores com conhecimento especializado em avaliações, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para o teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ▶ Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ▶ Avaliámos a razoabilidade dos montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em subsidiárias. <p>Verificámos também a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas notas 2 e 9 das Notas às demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Integrado de Gestão, do Relatório de Governo Societário e do relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Galp Energia, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2023 para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2026;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 5 de abril de 2024; e

- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Galp Energia, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Rui Abel Serra Martins**
Num. de Identificação: 09133435
Data: 2024.04.05 17:43:53+01'00'

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731